

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVÁÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**AS REFLEXÕES DE AGOSTINHO EM *DE MAGISTRO*:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

TATIANE PALMIÉRI ERZINGER

**PARANAVÁÍ
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**AS REFLEXÕES DE AGOSTINHO EM *DE MAGISTRO*:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada por TATIANE PALMIÉRI ERZINGER, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientador:

Prof. Dr. CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES

PARANAVAÍ
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

| | |
|------|--|
| E73r | <p>Erzinger, Tatiane Palmiéri</p> <p>As reflexões de Agostinho em <i>De Magistro</i>: contribuições para a formação docente / Tatiane Palmiéri Erzinger. - - Paranavaí, 2016. 103 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes</p> <p>Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar.</p> <p>1. História da Educação. 2. Santo Agostinho. 3. Cristianismo. 4. Formação docente. 5. Transformação social. I. Mendes, Claudinei Magno Magre, orient. II. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar. III. Título.</p> <p>CDD 21.ed.370.9</p> |
|------|--|

TATIANE PALMIÉRI ERZINGER

**AS REFLEXÕES DE AGOSTINHO EM *DE MAGISTRO*:
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes (Orientador) – Unespar

Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliveira – UEM – Maringá-PR

Prof.^a Dr.^a Conceição Solange Bution Perin – Unespar

Prof. Dr. Sezinando Luis Menezes – UEM – Maringá-PR

Data de Aprovação:

22/08/2016.

Dedico este trabalho

A Deus, que me leva a acreditar na frase de Santo Agostinho: “Enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer”.

Aos meus pais, Cleusa e Beés (*in memoriam*), por todo amor dedicado ao longo de minha vida.

Ao meu esposo Márcio por todo seu apreço e carinho, pela compreensão, apoio e companheirismo em todos os momentos. Sei que ele não mediu esforços para que este sonho se realizasse, sem a sua ajuda, e confiança não conseguiria concretizar mais essa etapa da minha vida.

A minha filha amada pelo período de ausência, pelos finais de semana e feriados que não conseguia dispensar todo meu carinho e atenção a ela.

Aos meus irmãos e cunhadas pela confiança e por torcerem por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu orientador exemplo de humildade, dedicação, paciência, por ter recebido meu trabalho de forma profissional e acolhedora.

A todos meus professores da UNESPAR e professora Terezinha Oliveira da UEM que participaram da minha formação científica, por me instigarem a sempre querer aprender.

Aos meus colegas de curso especialmente a Nilza Mulatti e Núbia Pimenta de Souza, seres humanos de um profissionalismo exímio, que muitas vezes compartilhei momentos de alegrias e tristezas, angústia e conforto, que sempre esteve ao meu lado me ajudando e apoiando, sem o companheirismo e humanismo de vocês com certeza essa caminhada teria sido mais árdua.

Aos professores do PDE Vanderlei Amboni e Rita Pizoli e querida colega de trabalho Iracema Vagetti Galbiati por sempre terem acreditado no meu potencial e me incentivado a trilhar caminho tão profícuo.

Ao meu primo e professor de língua portuguesa, Fabrício de Souza Cardoso, pelo apoio e indispensável ajuda na correção.

Agostinho: Logo, se toda a inteligência é boa, e quem não usa da inteligência não aprende, segue-se que todo aquele que aprende procede bem. Com efeito, todo aquele que aprende usa da inteligência e todo aquele que usa da inteligência procede bem. Assim, procurar o autor de nossa instrução, sem dúvida, é procurar o autor de nossas boas ações. Deixa, pois, de pretender descobrir não sei que mau ensinante. Pois e, na verdade, for mau, ele não será mestre. E caso seja mestre, não poderá ser mau.

(AGOSTINHO, O Livre Arbítrio, I, c.1, §3)

ERZINGER, Tatiane Palmiéri. **As reflexões de Agostinho em *De Magistro*: contribuições para a formação docente.** 103 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientador: Claudinei Magno Magre Mendes. Paranavaí, 2016.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo examinar as possibilidades da obra de Agostinho, especialmente *De Magistro*, para a reflexão acerca da formação docente. Examinando os problemas e os diagnósticos da educação no Brasil da atualidade, acreditamos que, para a solução, pelo menos em parte, da formação docente, duas são as atitudes a serem tomadas. A primeira, a formação continuada; a segunda, que faz parte, em certos aspectos, da primeira, é a leitura dos clássicos. Daí nos valermos da obra *De Magistro* como um texto que pode estimular a reflexão acerca da função docente. Para o exame da obra de Agostinho, estudaremos o contexto da incisiva atuação do cristianismo na reconstrução e no desenvolvimento da Europa Ocidental após a derrocada do Império Romano, a partir do retomada de momentos distintos, mas complementares e extremamente relevantes não só para a época, como também para os dias atuais, procurando, assim, constituir uma base para refletirmos sobre a formação que temos provido na atualidade, bem como a inexpressividade de indivíduos e instituições formadoras sobre a nossa sociedade. Também pretendemos evidenciar aspectos pedagógicos de Agostinho e como ocorria o processo ensino-aprendizagem entre ele e seu filho. O mestre da igreja conclamava o educador a ter amor à sua profissão, lecionar com dedicação e compromisso. Posto isso, cabe ressaltar que elegemos o autor em destaque, porque a educação agostiniana incentivava a formação integral e estimulava o domínio do conhecimento como uma condição da boa aprendizagem, por meio de atitudes que demandavam compromisso e autonomia. Destacamos a obra *De Magistro*, tendo em vista o homem e sociedade cristã agostiniana. Em seguida, a partir desse entendimento, buscaremos identificar a expressividade da formação docente que auxilie uma prática com o compromisso e responsabilidade com o processo educativo. Para tanto, os escritos de Agostinho (1973), Gilson (2010), Novaes Filho (2009), Le Goff (2005), Duby (1982), Guizot (1999), Nunes (1978), Gatti e Barreto (2009), entre outros, nos auxiliarão a conhecer os benefícios da leitura dos clássicos na constituição de um professor pesquisador e a entender a contribuição da obra agostiniana, *De Magistro*, para a formação docente. Assim sendo, acreditamos que a abrangência do presente estudo é bastante salutar, tanto para nosso aprimoramento pessoal, quanto para a reflexão de questões sociais e educativas do momento vigente.

Palavras-chave: Santo Agostinho; Cristianismo; História da educação; Formação docente; Transformação social.

ERZINGER, Tatiane Palmiéri. **Reflections of Augustine in *De Magistro*: contributions to teacher training.** 103 f. Dissertation (Master in Teaching) – State University of Paraná. Supervisor: Claudinei Magno Magre Mendes. Paranaíba, 2016.

ABSTRACT

This master's thesis aims to examine the possibilities of the work of St. Augustine, especially *De Magistro*, for reflection about the teacher training. Through the analysis of problems and diagnoses of the current Brazilian education, the solution, at least in part, of teacher training, relies on two attitudes. The first, continuing education; the second, which is part, in some aspects of the first, is the reading of the classics. Hence, this study analyzed the book *De Magistro* as a text that can stimulate reflection on the teaching function. For the examination of St. Augustine's work, we investigated the context of the incisive role of Christianity in the reconstruction and development of Western Europe after the collapse of the Roman Empire, from the rescue of separate but complementary and highly relevant periods, not only for the time but also to the present day, thus seeking to provide a basis to reflect on the training given today, and the meaninglessness of individuals and educational institutions on our society. We also intend to highlight pedagogical aspects of St. Augustine and the teaching-learning process between him and his son. The teacher of the church requested the educator to have love for profession, teach with dedication and commitment. That said, it is noteworthy that we chose St. Augustine because the Augustinian education encouraged the integral formation and attitudes that required commitment and autonomy. We highlight the work *De Magistro*, in view of the man and Augustinian Christian society. Subsequently, from that understanding, we sought to identify the expressiveness of teacher training to assist a practice associated with commitment and responsibility to the educational process. Therefore, the writings of Agostinho (1973), Gilson (2010), Novaes Filho (2009), Le Goff (2005), Duby (1982), Guizot (1999), Nunes (1978), Gatti and Barreto (2009), among others, assisted us to know the benefits of reading the classics in the constitution of a research professor and to understand the contribution of the Augustine's work, *De Magistro*, for teacher training. Therefore, the scope of this study is very beneficial both for personal improvement, and for the reflection of social and educational issues of the current time.

Key words: St. Augustine; Christianity; History of education; Teacher training; Social transformation.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | EDUCAÇÃO NO BRASIL ATUAL | 15 |
| 2.1 | PROBLEMAS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO | 15 |
| 2.2 | REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA | 19 |
| 3 | INTERDISCIPLINARIDADE | 30 |
| 3.1 | A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UMA POSSIBILIDADE DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO | 30 |
| 3.2 | FORMAÇÃO DOCENTE: ALTERNATIVA POSSÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES DO EDUCANDO ... | 33 |
| 3.2.1 | Razões de lermos os clássicos | 39 |
| 4 | CONTEXTO HISTÓRICO DE AGOSTINHO | 42 |
| 4.1 | CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO | 42 |
| 4.1.1 | Possibilidade de educação para a consolidação de valores essenciais | 44 |
| 4.1.2 | A estabilidade trazida pela igreja | 49 |
| 4.1.2.1 | Uma breve biografia de santo Agostinho | 53 |
| 4.1.2.2 | A proposta de educação na obra <i>De Magistro</i> , de santo Agostinho | 66 |
| 4.1.2.3 | As reflexões de Agostinho em <i>De Magistro</i> : contribuições para a formação docente | 82 |
| 5 | CONCLUSÃO | 94 |
| | REFERÊNCIAS | 100 |

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta da pesquisa, em nível de mestrado, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR da Unespar – Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí, na linha de educação, história e formação de professores.

A escola tem buscado, dia a dia, melhorar os índices educacionais que, durante os últimos anos, têm informado nosso baixo desempenho em relação aos países desenvolvidos. E a via percorrida para se chegar a esse fim tem sido romper com paradigmas superados, por meio da implementação de novas metodologias de ensino, da atualização contínua de nosso efetivo, como também da reformulação do ambiente de trabalho, para que tenhamos condições de oferecer uma educação de qualidade.

Nesse sentido, a partir da ponderação entre nossa vivência prática em diferentes níveis e funções de ensino e nossas leituras e reflexões, assumimos com veemência a necessidade de nos aprofundarmos sobre o papel que compete aos profissionais da educação, apontando e significando elementos essenciais, como a formação do professor, seu domínio do conteúdo e das práticas metodológicas, que, por sua vez, vem sendo posto em *xequê* de tempos em tempos.

Posto isso, não conseguimos excluir ou mesmo minimizar o protagonismo exercido pelos sujeitos e instituições formadoras quanto à qualidade da educação, seja qual for o contexto e as condições para o exercício do educador. Por isso esse trabalho visa, entre outras coisas, ressaltar que obras clássicas, independente da época, podem favorecer uma apropriação mais atenta do presente. Investigaremos um período que consideramos importante legado para a humanidade, com o objetivo de recuperar princípios e práticas de um período histórico que nos auxiliem na reflexão de uma problemática do presente.

Dentre essas lições, acreditamos que a obra *De Magistro* é fundamental para refletirmos sobre a proposição de alternativas que visem minimizar os problemas relacionados à educação que tanto nos têm nos afligido atualmente. Ela também nos auxilia a evidenciar nossas responsabilidades enquanto profissionais, os quais possuem papel preponderante na construção do conhecimento, não devendo se sujeitar à sua mera reprodução.

Evidentemente, não estamos transpondo formulações de um período a outro, julgando que poderíamos aplicá-las mecanicamente, sem levar em conta as distinções históricas. Isso seria cometer um anacronismo. Todavia julgamos que a experiência vivenciada no passado pode, em determinadas situações, constituir-se em ponto de partida para uma reflexão sobre os dilemas contemporâneos. Por acreditar ser essa uma das características dos clássicos, propusemo-nos a apresentar um estudo baseado na obra agostiniana.

Partimos do entendimento de que a educação se configura em um amplo processo formativo, que extrapola o ambiente escolar, tanto na dimensão individual quanto na coletiva, perpassando a compreensão de homem e de sociedade de um período específico. Em suma, percebemos que a totalidade do processo educativo corresponde e expressa a maneira como os homens organizam a sociedade e se lançam para o futuro. Portanto, a formação do homem deveria ser a preocupação central da humanidade em todos os tempos, pois dela depende a própria vida em sociedade.

Dessa forma, buscamos compreender como o homem foi se modificando, como foi ocorrendo sua formação, como foi se adaptando a novas realidades e de que maneira interpretava seus problemas.

Tentaremos entender o comportamento, a formação e a educação do homem durante a transição da Antiguidade para a Idade Média. Analisaremos as vias percorridas pela educação em uma sociedade em que inúmeros acontecimentos e fatos abalaram as estruturas sociais, provocando mudanças significativas no comportamento do indivíduo.

Decorrente de tais considerações, elegemos as seguintes problemáticas como norteadoras das nossas reflexões, a saber: Qual a importância da formação docente para a qualidade do processo ensino-aprendizagem? De que maneira as reflexões e considerações de Agostinho, no *De Magistro*, podem contribuir para a questão da formação docente nos dias atuais? Intriga-nos também o fato de constatarmos que alunos de determinada escola aprendem mais do que os de outras. E ainda nos preocupa a falta de expressividade de instituições e de indivíduos formadores que, por sua vez, não contemplam a proposta pedagógica, deixando a desejar no tocante ao cumprimento da função social da escola, que é a de transmitir os conteúdos historicamente acumulados pela humanidade.

Para identificar a contribuição das ideias agostinianas, tomaremos como base de investigação a obra *De Magistro*, que nos auxiliará na compreensão do papel do educador frente aos desafios contemporâneos. Por meio dela, fica evidente que a função do mestre vai além de simplesmente ser um mero transmissor do processo ensino-aprendizagem. As contribuições de santo Agostinho (354-430) para a formação docente são significativas, uma vez que suas observações podem ser consideradas atuais ao colocarem em evidência a importância da prática pedagógica eficaz para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, propomos estudar a história da educação a partir da Antiguidade, estabelecendo um recorte específico e necessário das lições do cristianismo, tamanha sua amplitude e complexidade, tendo em vista, é claro, a problemática norteadora de nossa proposta. Ela pode nos ajudar a conhecer e compreender a nossa realidade para não cometermos os mesmos erros.

Doravante, almejamos identificar a expressividade dos escritos de santo Agostinho, especialmente no que concerne à obra *De Magistro*, para observarmos os aspectos pedagógicos e o método de ensino utilizado por ele no decorrer do diálogo, contributo fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas em sua totalidade.

Tal pesquisa justifica-se na medida em que leva em conta a influência exercida por santo Agostinho sobre a educação, que não ficou restrita ao seu tempo, já que perpassou a Idade Média e exerce influência até a atualidade.

Por fim, entendemos que a investigação em questão elucidará os objetivos elencados, com grande possibilidade de refletirmos sobre a crise educacional por que atravessa nosso país na atualidade, além disso, poderá fornecer subsídios para que as potencialidades dos alunos sejam desenvolvidas com excelência. Os professores utilizam práticas pedagógicas pautadas em teorias que não têm sanado as deficiências da educação, deixando lacunas que comprometem a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Daí a necessidade de que os profissionais recebam uma formação inicial e continuada de qualidade.

Com relação à formação inicial, as pesquisas têm demonstrado que os cursos de licenciatura estão longe da realidade das escolas e pouco têm contribuído para uma nova identidade na formação docente. Quanto à formação continuada, que o professor recebe no decorrer de sua carreira, a situação mais frequentemente encontrada pauta-se na realização de cursos para a atualização dos conteúdos; no

entanto tais cursos são, muitas vezes, ineficientes, por não abordarem a prática em sala de aula em seus estudos. De acordo com Nóvoa (1997, p. 27),

Práticas de formação contínua organizadas em torno dos professores individuais podem ser úteis para a aquisição de conhecimentos e de técnicas, mas favorecem o isolamento e reforçam uma imagem dos professores como transmissores de um saber produzido no exterior da profissão.

□ Estruturamos nossa pesquisa em seções, visando obter, dessa forma, melhor organização. No primeiro capítulo, ressaltamos os problemas relacionados à educação. Apresentamos uma reflexão sobre as exigências necessárias ao professor que deseja desempenhar de forma eficaz sua prática docente.

No segundo capítulo investigamos a interdisciplinaridade como possibilidade de enfrentamento dos problemas relacionados à educação. Também analisamos as razões que justificam a necessidade de se ler os clássicos, bem como sua importância para a formação dos professores.

No terceiro capítulo procuramos entender o contexto histórico no qual Agostinho estava inserido, como também sua biografia. Em seguida, examinamos duas análises do *De Magistro*, elaboradas por autores consagrados. Na segunda seção desse capítulo trataremos de textos importantes, constituídos de comentários que tratam da formação dos professores no Brasil.

Para tentar encontrar respostas às suas inquietudes, durante um período de sua vida, Agostinho foi adepto do maniqueísmo, doutrina fundada por Mani, que se fundamentava na luta entre o bem e o mal.

Por fim, promovemos uma discussão sobre a importância de se ler o *De Magistro* para a formação dos professores. Na sequência, adentramos na análise das suas contribuições como professor dentro da obra citada. Nela, certificamo-nos de que sua família priorizava a boa formação. Seus estudos foram custeados pelo seu pai com a ajuda financeira de Romaniano, um amigo da família que acreditava no potencial de Agostinho.

Nesta pesquisa utilizamos a metodologia por meio de uma revisão literária. Segundo Köche (2006), a revisão bibliográfica pode ser definida como aquela desenvolvida na tentativa de explicar um problema, utilizando-se de conhecimentos disponíveis a partir de teorias publicadas em livros e obras congêneres.

Para tanto, tomamos como base, além das obras do próprio Agostinho (1973), os escritos de autores como Gilson (2010), Novaes Filho (2009), Le Goff (2005), Duby (1982), Guizot (1999), Nunes (1978) e Gatti e Barreto (2009).

É nossa intenção mostrar que a educação sempre esteve e está atrelada às necessidades da sociedade e que, em virtude disso, ela deve estar em consonância com as exigências de cada época, atuando sobre a formação dos homens de acordo com o andar da sociedade.

Procuramos, ainda, entender como se deu a educação no contexto histórico em que Agostinho estava inserido, tendo em vista sugerir algumas propostas alternativas que porventura possam auxiliar no enfrentamento dos desafios educacionais da nossa época.

2 EDUCAÇÃO NO BRASIL ATUAL

2.1 PROBLEMAS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

As pesquisas realizadas no setor educacional nos remetem a índices alarmantes que evidenciam, frente aos desafios contemporâneos, que o papel do docente e seu processo de formação continuada são de fundamental importância para possibilitar condições de aprendizagem e incentivar os profissionais da escola a melhorar a qualidade de ensino apesar das dificuldades que a profissão lhes impõe.

O PISA é '[...] uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.'¹ (INEP, 2013, fl. 1). Em 2012, foram avaliados alunos de 65 países, nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências, e o Brasil ocupou o 55º lugar em Leitura, o 58º em Matemática e 59º em Ciências. O foco principal desta última prova foi a Matemática, e os resultados brasileiros, quando comparados à avaliação de 2003 (que teve foco nessa disciplina), são interpretados como de aumento expressivo. No entanto, é preciso considerar que na avaliação de 2003, na qual participaram 41 países, em Matemática, o Brasil ficou em último lugar, com 356 pontos. Em 2012, com 65 países participantes, a pontuação brasileira foi de 391 pontos e a colocação no ranking entre os 10 últimos. Em uma década subimos apenas 35 pontos, continuamos entre os últimos colocados e ainda abaixo da média da OCDE. Resultados insatisfatórios no cenário educacional, uma vez que demonstram que quase metade dos estudantes não alcançaram o nível 2 (de uma escala que vai até 6) em proficiência nessas áreas. Isso significa que a maior parte dos estudantes brasileiros, aos 15 anos, consegue somente observar informações matemáticas diretas e realizar cálculos aritméticos simples. No caso da Leitura, os alunos não conseguem estabelecer relações ou deduzir informações de um texto (OLIVEIRA, 2014, p. 605).

Com esses dados, constatamos o baixo desempenho dos alunos, ao serem submetidos a avaliações internacionais, como o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), nacionais, como a Prova Brasil e o Saeb. Nessa busca pela compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos torna-se imprescindível uma análise da conjuntura em que a escola está inserida. Nesse processo, é preciso compreender as políticas públicas e suas intencionalidades, sem isentar a escola de sua responsabilidade como instituição educativa.

As políticas públicas voltadas à educação no Brasil foram historicamente assumindo um caráter centralizador, tendo em vista que as reformas educacionais estão associadas às mudanças dos padrões existentes nos sistemas de ensino. Na atualidade, a legislação contempla a gestão democrática para a educação, o que implica certo grau de autonomia e de descentralização até mesmo quando se trata de formação continuada (pelo menos em nível de discurso).

A descentralização, que não chega até ao nível da escola e não provoca mudanças, não gera a necessidade de um papel diferenciado por parte dos sujeitos educacionais. Muda apenas quem elabora as normas que a escola deve cumprir. Mas é importante ficar claro que a ação de todos os profissionais da educação só faz sentido se contribuir para que o trabalho do professor resulte em aprendizagem dos alunos. A escola que se busca com a descentralização é uma escola autônoma, aberta, flexível, democrática, participativa, um espaço de socialização. Para que tenha sentido, a escola tem que estar a serviço do êxito dos estudantes, sendo capaz de proporcionar interação com a comunidade escolar. Ela deve ser composta por um corpo docente comprometido com os resultados dos alunos e precisa contar com a participação efetiva dos pais. Enfim, uma escola onde o aluno seja valorizado e estimulado a aprender.

Na atualidade observamos que se fala muito da situação em que se encontra o sistema de ensino. Jornalistas, colunistas, universitários, especialistas, todos têm uma opinião formada a respeito, muitas vezes apresentam “receitas prontas”, como se se tratasse de um problema de simples solução. No entanto, Nóvoa (2009) ressalta que há uma ausência dos professores nessas discussões, uma espécie de leniência por parte dos profissionais, o que tem acarretado a perda de visibilidade da categoria no espaço público.

Assim, entendemos que a escola acaba assumindo múltiplas funções, muitas das quais não são da sua competência, o que ocasiona excesso de atividades educativas. Em contrapartida, verificamos o esvaziamento da função prioritária: a transmissão do conteúdo.

Como afirma Saviani (1996, p. 157):

Isto nos permite compreender por que assistimos hoje em dia uma verdadeira hipertrofia da escola. Em outros termos: tende-se a considerar e a atribuir à escola tudo aquilo que é educativo; a escola tem que absorver todas as funções educativas que antes eram

desenvolvidas fora da escola, já que hoje há uma tendência a esperar que as mesmas sejam desenvolvidas dentro da escola.

Podemos inferir isso ao citar as campanhas de conscientização contra a dengue, drogas, educação para o trânsito, que chegam à escola comprometendo o espaço das atividades pedagógicas já planejadas. Além das campanhas esporádicas, há ações incluídas na rotina escolar como, por exemplo, a aplicação de flúor, encaminhamento ao dentista, urologista, psicólogo etc. Ainda exemplificando, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) elegeu a data 12 de junho como o dia nacional de Combate ao Trabalho Infantil. No Brasil foi sancionada a lei 11.542/2007, tornando aquela data oficial. O Ministério Público do Trabalho, com base nas atribuições legais, requisita às Secretarias de Educação que insiram também esse tema para ser trabalhado com os alunos em sala, alertando que o não cumprimento implicará em penalidades legais.

As diferentes instituições públicas planejam as campanhas, mas atribuem à escola a função de executá-las. Ao cumprir as “ordens” determinadas pelos órgãos públicos, evidencia-se no trabalho do professor a sua submissão. Mesmo havendo críticas e questionamentos, o trabalho educativo das campanhas é realizado conforme o proposto. Usam-se o tempo, recursos humanos e materiais que deveriam ser destinados à mediação de conteúdos para atender a necessidades imediatas que chegam à escola. Se isso não bastasse, a “hipertrofia” escolar tende a se agravar quando o professor dispensa parte do seu tempo lidando com os mais variados problemas relacionados à indisciplina.

Essas análises nos remetem a outra questão própria da escola que é a organização das práticas pedagógicas, isto é, geralmente se planejam alterações no livro didático e renovação do currículo, mas a essência do processo de formação dos conceitos científicos permanece intacta. Assim, estamos diante do desafio do trabalho pedagógico: a condução do ensino intencional, o qual permite, por sua vez, identificar as situações e organizar as atividades que realmente contribuam para o desenvolvimento dos conceitos científicos.

As transformações que ocorrem atualmente exigem um professor mais dinâmico, com potencial para buscar a formação continuada, pois as transformações acontecem o tempo todo. Porém, em nossa vida, é possível observar que estamos

diante de uma nova sociedade, ou seja, outra realidade que nos desafia a cada momento.

O perfil do professor exige a construção de uma identidade profissional capaz de articular os saberes de forma eficaz e significativa, construída pelo compromisso por meio de sua ética. Sua identidade não é construída de forma planejada, pois a mesma vai se fazendo frente aos obstáculos que surgem no decorrer da nossa prática pedagógica.

Esse novo cientista-pesquisador é, então, um sujeito que se divide em sua busca e sua manipulação do conhecimento entre dois comportamentos: um individual e um em parceria. Individualmente, o pesquisador é ainda aquele que se relaciona com o objeto pesquisado e o analisa em suas características e singularidades. Debruça-se sobre a realidade e dali extrai conhecimentos - não necessariamente novos -, mas essencialmente originais; a sua marca, em que apresenta todas as suas possibilidades de articulação de informações anteriormente adquiridas que auxiliem na compreensão da situação estudada (FAZENDA, 1998, p. 136).

Podemos compreender, com base nessa autora, que o professor pesquisador precisa buscar informações, utilizando um método científico que tenha como objetivo aumentar o conhecimento do aluno sobre algo já visto ou descobrir algo novo. Do ponto de vista de Fazenda (1998, p. 136):

Na atualidade, o cientista-pesquisador recupera sua origem humana e incompleta e, como todos os demais sujeitos sociais contemporâneos, preocupa-se com sua atualização e seu aperfeiçoamento permanentes. Preocupa-se com a divulgação de seus posicionamentos, com a comunicação de suas descobertas e de seus estudos. Sabe, no entanto, que a sua verdade traduz apenas a sua maneira de olhar a realidade, com todas as deficiências e incompletudes de sua mirada. A humanização do cientista-pesquisador impõe-lhe mais uma necessidade: a de busca, já não apenas do conhecimento e da reflexão original, mas, sobretudo, de parcerias e de comunicação.

Dessas acepções, podemos ressaltar que esse novo pesquisador é, então, um professor que se divide em sua busca pelo conhecimento entre dois modelos de comportamento: um individual e outro baseado na formação de parcerias com os demais professores. É por meio do diálogo que ocorre a partilha dos interesses pela pesquisa. Esta última serve como requisito importante entre as diversas exigências para o profissional da educação.

Faz-se necessário, também, termos, por parte das instituições mantenedoras, maior incentivo à pesquisa, e, conseqüentemente, caberá ao professor, diante desse novo contexto, envolver-se com a ampliação de seus estudos nesse campo para proporcionar o desenvolvimento da autonomia e emancipação, objetivando a intervenção na realidade.

2.2 REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA

Para Saviani (2013), a educação (processo de ensino) representa a possibilidade de apreendermos o conhecimento histórico e socialmente produzido pela humanidade. Nesse sentido, ressalta a necessidade de um método que, partindo da prática social, retorne à prática social, ou seja, a prática social constitui o ponto de partida e de chegada da prática educativa. O professor já possui uma síntese do conhecimento, ainda que precária. Já o aluno encontra-se no estágio de síncrese, visão sincrética. Para atingir a síntese, ele necessita da aprendizagem dos conteúdos clássicos.

[...] o qualitativo 'dos conteúdos' é empregado para acentuar a função primordial da escola: a transmissão do saber e sua apropriação pelos alunos. O saber escolar é entendido como o conjunto dos conhecimentos selecionados entre os bens culturais disponíveis, enquanto patrimônio coletivo da sociedade, em função dos seus efeitos formativos e instrumentais (LIBÂNEO, 1989, p. 12-13).

A atividade docente tem que se fundamentar na práxis, ou seja, a relação entre teoria e prática deve nortear a atividade docente. Tal relação é de suma importância na prática pedagógica do educador. Os professores precisam instigar o aluno, despertar seu interesse para que o aprendizado realmente aconteça. Devem utilizar o conhecimento científico demonstrado por meio da realidade de seus alunos. De acordo com Pimenta (2006, p. 83), "A essência da atividade (prática) do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico e prático de como garantir que a aprendizagem se realize como consequência da atividade de ensinar".

Outra postura com que nos deparamos com frequência é a do professor que não tem clareza sobre as variadas tendências pedagógicas existentes e que se diz eclético, que aceita tudo que lhe é apresentado. Isso compromete significativamente o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que sua prática pedagógica ocorrerá de maneira fragmentada.

Saviani (2013) destaca a modalidade tradicional, uma terminologia usada para se referir ao modelo que vigorou durante determinado período histórico. Nela, a escola é organizada na forma de classes, com um professor, centro do processo, cabendo a este expor o conteúdo que deveria ser assimilado pelo aluno, sujeito passivo no processo pedagógico. De acordo com esse modelo, exige-se do professor que ele domine a sua área do conhecimento, ou seja, diz respeito aos conteúdos cognitivos. O que devemos priorizar dessa tendência é o domínio do conhecimento.

Quanto à segunda categoria de conhecimentos que é priorizada pelo autor em destaque, há preocupação com as disciplinas pedagógicas, o mesmo é nomeado de modelo pedagógico-didático.

Trata-se do conhecimento didático-curricular, ou seja, um conhecimento que diz respeito ao modo como aqueles conhecimentos do primeiro tipo, da primeira categoria, devem ser organizados para efeito do processo de produção de conhecimento nos alunos. Estamos aqui diante do saber didático-curricular porque envolve a organização dos conhecimentos específicos em função do processo de ensino-aprendizagem, isto é, como esses conhecimentos são dosados, sequenciados e trabalhados na relação professor-aluno (SAVIANI, 1997, p. 132).

Podemos inferir por meio do estudo desse autor que antes se esperava que o professor dominasse apenas o conteúdo de sua disciplina. Atualmente, defende-se que o mesmo entenda de didática e estratégias, ou seja, os fundamentos históricos e pedagógicos de como ensinar.

Para Saviani, há uma terceira categoria de conhecimentos que se revela útil ao professor no desempenho de sua função docente. “Trata-se do ‘saber-pedagógico’, relativo aos conhecimentos produzidos pelas ciências da educação e sintetizados nas teorias educacionais, visando articular os fundamentos da educação com as orientações que se imprimem ao trabalho educativo [...]” (SAVIANI, 1997, p. 134).

Faz-se necessário que o professor conheça o contexto histórico que determina o trabalho educativo. Nesse sentido, o autor em destaque anuncia a terceira modalidade.

Além dessas três modalidades, há outro tipo de saber relativo à compreensão das condições sócias-históricas que determinam a tarefa educativa. Entende-se que os alunos devam ser preparados para integrar a vida da sociedade em que estão inseridos de modo a desempenhar nela determinados papéis de forma ativa e, o quanto possível, inovadora. Espera-se, assim que o professor saiba compreender o movimento da sociedade identificando suas características básicas e as tendências de sua transformação, de modo a detectar as necessidades presentes e futuras a serem atendidas pelo processo educativo sob sua responsabilidade. A formação do professor envolverá, pois, a exigência de compreensão do contexto com base no qual e para o qual se desenvolve o trabalho educativo, traduzida, aqui, na categoria do saber crítico-contextual (SAVIANI, 1997, p. 135-136).

Assim, entendemos que o educador deveria ter o olhar de um historiador e analisar nas entrelinhas a sociedade na qual estamos inseridos. Além de dominar o contexto histórico, é essencial que o professor tenha postura de profissional comprometido, com o objetivo de mediar da melhor forma possível o processo de aprendizagem. Nesse sentido, é imprescindível o saber atitudinal:

Finalmente, eu incluiria uma quinta modalidade que eu chamaria de 'saber atitudinal'. Esta categoria compreende o domínio dos comportamentos e vivências consideradas adequadas ao trabalho educativo. Abrange atitudes e posturas inerentes ao papel atribuído ao professor, tais como disciplina, pontualidade, coerência, clareza, justiça e equidade, diálogo, respeito às pessoas dos educandos, atenção às suas dificuldades, etc. Trata-se de competências que se prendem à identidade e conformam a personalidade do professor, mas que são objeto de formação por processos tanto espontâneos, como deliberados e sistemáticos (SAVIANI, 1997, p. 136).

Os estudos desses autores vêm ao encontro de nossos anseios, no sentido de mostrar que o professor é o sujeito do processo ensino-aprendizagem. Ele não deve ficar na zona de conforto, exercendo uma postura defensiva, colocando a culpa no Estado, na limitação da estrutura física, ou até mesmo na família, eximindo-se, dessa forma, da parte que lhe cabe. O ideal seria que todos desempenhassem sua função tendo como fundamento o saber atitudinal e sendo o condutor da organização e efetivação do trabalho pedagógico.

Para que o educador tenha condições de realizar um trabalho diferenciado e consiga estabelecer uma aprendizagem significativa, é preciso que o mesmo também seja um autêntico estudante, que se disponha a estudar com afinco, aprimorando, assim, seu conhecimento.

Em se tratando dos gestores do sistema educacional, faz-se necessário que apresentem momentos específicos de estudo e planejamento coletivo, para a realização de estudos que promovam os saberes e levem em consideração os desafios impostos ao cotidiano escolar.

Uma das alternativas pedagógicas possíveis seria mudar o foco dos conteúdos disciplinares, atribuindo sentido prático a eles, oportunizando aos alunos a possibilidade de favorecer sua realidade. Tal alternativa permite que eles se posicionem de maneira crítica, responsável e construtiva diante das desigualdades, utilizando o diálogo como forma de amenizar essas diferenças.

Também é de suma importância trabalhar projetos centrados no resgate de valores, tendo como objetivo desenvolver no aluno o sentimento de confiança em suas capacidades para que obtenha perseverança, ao buscar o conhecimento, e exerça sua cidadania e, conseqüentemente, sinta-se corresponsável por esse processo, agente transformador.

A formação plena do indivíduo é condição para a melhoria das relações sociais. Para Libâneo (2008, p. 66), a busca de educação de qualidade pressupõe o estabelecimento de princípios educativos:

[...] Educação de qualidade é aquela que promove *para todos* o domínio de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades cognitivas operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em outras palavras, escola com qualidade social significa a inter-relação entre qualidade formal e política, é aquela baseada no conhecimento e na ampliação de capacidades cognitivas, operativas e sociais com alto grau de inclusão.

Educação de qualidade prima pela apropriação do saber que a humanidade já consolidou em suas diversas experiências e contexto histórico. Demanda realizar a contextualização da sua prática docente com o intuito de instigar o aluno a ser curioso, ativo, cidadão e crítico.

Nesse sentido, os conteúdos da grade curricular devem objetivar a formação da cidadania, da diversidade e da democracia, condições essenciais para aceitação do outro. Por meio do conhecimento, conquistamos habilidades para a inserção no mercado trabalho, mas também é inegável que ele pode nos tornar pessoas melhores, menos arrogantes, mais tolerantes, mais democráticas, conhecedoras e praticantes de atos éticos e lícitos (OLIVEIRA, 2014, p. 613).

O processo de escolarização é de suma importância para a consolidação da educação humana e integral, pois aprender é modificar a subjetividade. No entanto, se ocorrer uma mediação inadequada por parte do educador, certamente haverá prejuízo nas relações internas que o aluno precisa desenvolver quanto ao conteúdo.

A instituição escolar constitui um espaço propício aos professores, local em que podem exigir mais de seus alunos, onde surgem possibilidades de se efetivar o ordenamento da consciência. Se do aluno não for requerido o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, ele permanecerá no mesmo patamar.

[...] tratamos as crianças, adolescentes e jovens de forma a não exigir deles as responsabilidades que a vida adulta, em sociedade, exigirá. Nós, adultos, professores, esquecemos que a educação se faz seguindo o princípio aristotélico. Só com muita persistência, repetição e disciplina conseguiremos que nossos filhos aprendam a controlar as necessidades fisiológicas e emocionais, assim como a portar-se em uma mesa, em lugares públicos, etc. Todas essas atividades são ensinadas repetidamente até que eles se habituem. Assim, educamos nossas crianças para andar, falar, mas consideramos que as aprendizagens escolares e reflexivas serão aprendidas com o ato de ir para as escolas, que esse processo ocorrerá naturalmente, porque, afinal, todo ser humano possui intelecto. Do ponto de vista de Aristóteles, o filósofo retomado por Fleming, essa aprendizagem – que na *Ética a Nicômoco* é definida como instrução – exige um árduo e contínuo trabalho que envolve o ensino, função que cabe ao professor (OLIVEIRA, 2014, p. 609).

O educador tem o papel de instrumentalizar o educando para o estabelecimento de suas relações cognitivas. É fundamental que se leve o aluno a entender e a participar da realidade que o rodeia, despertando, assim, em seu íntimo, um sentimento de pertença, de forma que ele se sensibilize e, a partir desse ponto, inicie o processo de superação da realidade em que está inserido. É preciso quebrar o paradigma de que se ensina apenas com o objetivo de passar no vestibular, para fazer a Prova Brasil, ou ainda para a realização de outros testes similares.

A educação escolar assume papel de suma importância para enfrentarmos os desafios de uma sociedade cambiante. Libâneo (2008, p. 49-50) relata que são latentes na atualidade a competitividade, o individualismo, a dispersão ética e moral.

No campo da ética, o mundo contemporâneo convive com uma crise de valores, predominando um relativismo moral baseado no interesse pessoal, na vantagem, na eficácia, sem referência a valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia, o respeito à vida. É preciso a colaboração da escola para a revitalização da formação ética, atingindo tanto as ações cotidianas quanto às formas de relações entre povos, etnias, grupos sociais, no sentido do reconhecimento das diferenças e das identidades culturais. Além disso, ao lado do conhecimento científico e da preparação para o mundo tecnológico e comunicacional é necessário a difusão de saberes socialmente úteis, entre outros o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, a luta contra a violência, o racismo e a segregação social, os direitos humanos.

Ao professor é necessária a sensibilidade cognitiva para que o aluno se aproprie do conhecimento. Quem não faz a crítica social considera que o problema da escola é apenas do professor. Mas, para quem faz uma análise mais profunda, fica evidente que o problema é mais amplo, de caráter estrutural.

O problema é que o professor não dá conta de mediar de forma adequada o conteúdo recebido, este, por si só, muitas vezes insuficiente. E ainda tem de lidar com outras dificuldades no seu dia a dia, tais como a indisciplina, a falta de limites, a desestrutura familiar, os problemas financeiros que não permitem que o educando viva em condições dignas e tenha a mínima condição de estar na escola, a insuficiência de materiais didático-pedagógicos ou ainda a ausência de recursos tecnológicos apropriados.

Do ponto de vista de Saviani (1999, p. 4),

As medidas tomadas pelo governo, ainda que partam de necessidades reais e respondam com alguma competência a essas necessidades, padecem de uma incapacidade congênita de as resolver. Isto porque a lógica que as preside as torna presas de um círculo vicioso eivado de paradoxos: as crianças pobres teriam melhor rendimento escolar se seus pais participassem mais ativamente da educação escolar dessas crianças; mas para isso eles deveriam ter uma melhor e mais alto nível de instrução, precisamente o que lhes foi negado. As crianças pobres teriam êxito na escola se não precisassem trabalhar; mas elas precisam trabalhar exatamente porque são pobres. Esses paradoxos se manifestam também no próprio campo econômico: os trabalhadores seriam mais produtivos

se tivessem maior nível de instrução; mas para terem maior nível de instrução eles precisariam ser mais produtivos para que a economia do país pudesse gerar os recursos que permitiriam maior investimento em educação.

Apesar de defendermos que o papel do professor é preponderante para melhorarmos os índices educacionais, constatamos que depois dos anos 1990 surgiram as ONGs, que começaram a fazer mediações na sociedade em geral, sobretudo no âmbito das políticas sociais, na tentativa de suprir as deficiências de um Estado pautado em políticas neoliberais, que tirava parte de suas responsabilidades e a colocava nos ombros dos indivíduos:

Essa educação vem sendo propagada por diferentes meios, mas a escola continua sendo espaço privilegiado para a conformação técnica e ético-política do 'novo homem', de acordo com os princípios hegemônicos. O 'novo homem', nessa visão de mundo, deve: sentir-se responsável pela amenização de uma parte da miséria do planeta e pela preservação do meio ambiente; estar preparado para doar uma parcela do seu tempo livre para atividades voluntárias nessa direção; exigir do Estado em senso estrito transparência e comprometimento com as questões sociais, mas não deve jamais questionar a essência do capitalismo. À escola, portanto, é transmitida a tarefa de ensinar as futuras gerações a exercer uma cidadania 'de qualidade nova', a partir da qual o espírito de competitividade seja desenvolvido em paralelo ao espírito de solidariedade, por intermédio do abandono de perspectiva de classe e da execução de tarefas de caráter tópico na amenização da miséria em nível local (FALLEIROS, 2005, p. 211).

Nesse contexto, exige-se das pessoas uma "nova postura cidadã", por meio da participação em audiências públicas, trabalhos voluntários, doações para os mais variados órgãos, entre tantas outras obrigações que caberiam exclusivamente ao governo, afinal, para tais finalidades, temos o dinheiro arrecadado pelos diversos tributos que nos são impostos. No fundo, esses organismos compõem, no marco da sociedade civil, o que Gramsci define como promover o pensamento do consenso.

Araújo¹ (informação verbal) nos alerta que em muitas ocasiões a escola é compreendida como um espaço de disputas e contradições. Não deveria ser a personalização do porquê, de quem é o culpado, se a culpa é do professor, da formação pedagógica ou da escola. Não podemos considerar que estamos promovendo uma educação redentora, pois isso seria muito pretensioso, infactível. A

¹ Informação fornecida por Renan Bandeirante de Araújo, em aula ministrada na UNESPAR, □□Paranavaí, □ em 2015.

sociedade está regida pelos valores do capital e a escola é o lugar onde se propagam essas ideias hegemônicas, independente da concepção teórica.

Mészáros, em sua obra *A Educação para além do capital*, não discute a escola, a gestão escolar, mas questões mais amplas que interferem no sistema educacional. Não adianta considerar que um professor, sozinho, solucionará os problemas existentes.

Vista nesta perspectiva, torna-se bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que cimenta o sistema capitalista; nem é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou 'consenso' quanto for capaz a partir de dentro e através dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada a promulgação activa – ou mesmo a mera tolerância – de um mandato as suas instituições de educação formal que as convidasse a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo: ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. E por isso que, também no domínio educacional, os remédios 'não podem ser formais; eles devem ser essenciais'. Por outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2007, p. 117).

Se não entendermos o problema estrutural, não conseguiremos resolver nossas especificidades. Mészáros percebe a escola como um espaço de contradição social. Dentro dessa concepção, temos que fazer atividade de contrainteriorização: estar no lugar, negando o que o sistema reproduz, realizando atividades com alternativas sustentáveis. Porém, dialeticamente, sempre temos a teoria da tese e antítese, para construir uma nova síntese (MÉSZÁROS, 2007, p. 112).

Contrainteriorização é não aceitar o que está posto. Isso nunca pode ser uma ação isolada, caso contrário, sofreremos consequências drásticas. Por mais que a estrutura educacional seja edificada sobre os moldes fordistas, a educação é um processo de emancipação. Realizar um bom plano de aula é de fundamental importância para tentarmos desenvolver as potencialidades do educando (MÉSZÁROS, 2007, p. 121).

Segundo Araújo² (informação verbal), a educação permite deslocamentos, a ocupação. A sala de aula é um espaço de autonomia, porque na época do regime militar os professores eram presos, eram colocados olheiros para fiscalizar os conteúdos que estavam sendo trabalhados. Nas lutas democráticas que remonta a Saviani, Frigotto, Paulo Freire, no começo dos anos 1980, eles exigiram, nas reivindicações, a questão da autonomia do professor em sala de aula. Temos que cumprir as formalidades, porém temos autonomia para fazer atividades que contribuam para o desenvolvimento da criticidade do educando.

Também, de acordo com Mendes³ (informação verbal), temos professores conformados com a situação que lhes é imposta: não atinam com a necessidade de buscar uma formação contínua condizente com os desafios contemporâneos. Optam por não sair do *status quo*, ou seja, preferem deixar as coisas como estão, entrando em um estado letárgico em que, por meio da apatia, abandonam seu protagonismo, comprometendo o futuro do educando que, na maioria das vezes, não apresenta maturidade suficiente para exigir mais de seu mestre.

Não podemos eximir o Estado de seu papel de proporcionar condições dignas de trabalho e valorização dos profissionais da educação, sobretudo quanto à formação contínua de seu corpo docente. Não obstante as falhas cometidas pelo governo, quando da elaboração dos cursos de capacitação, isso não impede que o professor busque atualizar-se e suprir as carências de sua formação, pois a essência do professor é ser um eterno pesquisador que saiba relacionar a teoria com a prática.

Não resolveremos o problema da educação com paliativos se não passarmos pelos problemas essenciais. De acordo com Araújo⁴ (informação verbal), o problema da escola não se resume a problema de gestão. O ponto fulcral é que ela expressa todo o movimento de degradação do capital no mundo contemporâneo. Ela se manifesta na organização, nos conteúdos, nas relações ensino-aprendizagem e na estrutura da qual ela faz parte. Isso estará manifestado nos professores e nos alunos. Somos sujeitos históricos sociais e temos que refletir sobre essas questões. Temos que nos preocupar com a formação docente de qualidade para estabelecer o

² Informação fornecida por Renan Bandeirante de Araújo, em aula ministrada na UNESPAR, □□Paranavaí, □ em 2015.

³ Informação fornecida por Claudinei Magno Magre Mendes, em aula ministrada na UNESPAR, □□Paranavaí, □ em 2015.

⁴ Informação fornecida por Renan Bandeirante de Araújo, em aula ministrada na UNESPAR, □□Paranavaí, □ em 2015.

movimento de contrarrevolução. Constituir grupo e realizar atividades que permitam discutir os problemas sociais. Desse modo, ao analisarmos o artigo da revista *Histedbr on-line*, constatamos que muita coisa ainda precisa ser revista no tocante à formação docente:

– que a Nação assuma a educação realmente como prioridade, comprovada nos ricos e importantes investimentos realizados na formação inicial e continuada (cultura geral, específica na área de conhecimentos, profissionalizante e formação pedagógica – ‘Didática’); – que se dobre o valor do investimento do PIB (Produto Interno Bruto) na educação, para garantir a efetivação das políticas educacionais, para que sejam colocadas efetivamente em prática, ultrapassando o nível dos discursos políticos vazios existentes; – que os currículos da formação docente possam subsidiar a abertura para a superação de paradigmas conservadores da modernidade, e possa adotar uma visão mais ampliada sobre a interdisciplinaridade, o trabalho em grupo, o processo de *ensinagem* na perspectiva da construção do conhecimento, a avaliação, a interdependência entre a teoria e a prática; tudo isso considerando o *tripé* ensino, pesquisa e extensão; – que os currículos dos cursos de formação de professores garantam a formação que contemple conteúdo, técnica (forma), formação pedagógica e, também, a formação política; – que haja revisão dos investimentos na carreira do professor, com planos de carreira eficientes e garantia de salários dignos e valorização dos profissionais que se destacam na missão de ensinar; – que o profissional docente tenha melhores condições de trabalho no cotidiano escolar: horas destinadas ao planejamento conjunto, ao estudo, à reflexão sobre a sua prática, à troca de experiências e à busca de estratégias e recursos inovadores; – que se promova conscientização da sociedade como um todo, sobre o valor da educação para o país e, conseqüentemente, dos educadores que são os atores coadjuvantes desse processo (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 109-110).

É imprescindível, nas formações continuadas, refletir sobre o essencial, sobre o processo ensino-aprendizagem. Precisamos realmente nos ater ao que é nossa função, ao que é fundamental. Aprimorar nosso conhecimento para obtermos êxito, tendo em vista reduzir o índice de alunos que estão saindo da escola sem conhecimento suficiente que lhes proporcione autonomia e condições de entender e modificar a realidade em que estão inseridos. Partindo dessa premissa, defendem os seguintes autores:

[...] Crê-se, desse modo, que a cidadania completa que só pode ser efetivada numa sociedade igualitária, construída com o esforço conjunto, paciente, ativo e esperançoso de toda a sociedade. A mobilização e a força dos educadores têm importância fundamental

para a missão de construir um sistema educacional de ensino superior, que realmente prepare e certifique professores, dotados de ampla e sólida formação, para, conseqüentemente, poderem contribuir com uma escola de educação básica, muito mais profícua, portanto, de boa qualidade e eficiente no processo de ensinagem (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 110).

A partir dessa reflexão, podemos afirmar que o papel do professor é extremamente complexo. No decorrer dos anos evidenciamos uma formação docente incoerente, desestruturada, muitas vezes à deriva. Sendo assim, comungamos da ideia de que a formação docente, fundamentada numa prática pedagógica interdisciplinar, pode contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

3 INTERDISCIPLINARIDADE

3.1 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UMA POSSIBILIDADE DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

Entre as práticas pedagógicas necessárias para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral de nossos alunos, temos a utilização de aulas interdisciplinares, as quais se fundamentam por meio do diálogo entre as disciplinas e objetivam a superação do saber fragmentado e estanque, para que o educando possa contextualizar e dar significado aos conteúdos propostos.

Vale ainda destacar que a legislação garante oferta de vagas na escola. Todavia, neste espaço, não se realiza sua função social, ou seja, a de contribuir para a formação de seres humanos intelectualmente mais bem preparados, além de proporcionar aulas desenvolvidas com qualidade, que permitam ao educando a capacidade de interpretar conscientemente as relações com o mundo de forma crítica.

O primeiro passo para a aquisição conceitual interdisciplinar seria o abandono das posições acadêmicas prepotentes, unidirecionais e não rigorosas que fatalmente são restritivas, primitivas e ‘tacmanhas’, impeditivas de aberturas novas, camisas-de-força que acabam por restringir alguns olhares, tachando-os de menores. Necessitamos, para isso, exercitar nossa vontade para um olhar mais comprometido e atento às práticas pedagógicas rotineiras menos pretensiosas e arrogantes em que a educação se exerce com competência (FAZENDA, 1998, p. 13).

O grande desafio da nova formação, sem sombra de dúvida, é colocar em prática a interdisciplinaridade. O professor deve incrementar sua prática educativa com aulas dinâmicas, que estejam, por sua vez, mais atentas aos desafios contemporâneos e que sejam coerentes com a demanda dessa geração. Tal procedimento poderá instigar o aluno a ir além do conteúdo visto em sala, dando continuidade ao que foi trabalhado.

Algumas reflexões da autora Adelar Hengemuhle também merecem destaque, quando ela defende a ideia de que, se tirarmos a centralidade do professor na sala

de aula, não teremos êxito no processo ensino-aprendizagem. Quem deve comandar a sala de aula é o professor, este deve dirigir o processo com autoridade que vem do conhecimento. Uma aula bem planejada contribui para que o interesse por parte dos alunos seja aguçado. Com a problematização do conteúdo, estes passam a atribuir sentido ao que lhes é ensinado. Temos que perceber o processo e atuar da forma que é possível, fazendo a crítica, sendo protagonistas do processo (HENGEMUHLE, 2014, p. 105).

Também, segundo Fazenda (1998, p. 107),

Os professores devem estar intimamente envolvidos no processo de pesquisa e os pesquisadores precisam se justificar diante dos docentes, e não os docentes diante dos pesquisadores. Cabe ao professor a missão de decidir e assumir a responsabilidade do processo educativo em sua classe. Por isso, na pesquisa, na ação, o professor tem controle pleno e responsável de ator pesquisador, ao passo que a responsabilidade do pesquisador consiste em assegurar que se obtenha um aprendizado máximo da atuação do professor tal como procede, por meio de um ato que é ao mesmo tempo educativo e criativo.

Assim, entendemos que a iniciação científica acadêmica deve acontecer a partir do contexto social do aluno, possibilitando-lhe o desenvolvimento da autonomia. Por meio da problematização feita pelo professor e a sistematização dos resultados obtidos pelos alunos na pesquisa é possível abordar os diferentes saberes das áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, contribuindo com aulas que ofereçam maior dinamicidade ao processo.

Vale ressaltar que cada disciplina tem sua contribuição, dependendo da atividade desenvolvida, mas sempre tendo como prioridade a formação humana e integral do educando. Essa forma de trabalhar exige do professor uma nova postura, com o trabalho direcionando à pesquisa, buscando tornar o conteúdo mais interessante, mais significativo para o aluno, que esteja contextualizado e que atenda às suas expectativas. Nesse sentido, Fazenda ressalta que

[...] A atualização da interdisciplinaridade no plano pedagógico requer, portanto, que se leve em conta um conjunto de dimensões próprias à dinâmica real da sala de aula, [...] Sem que a prática interdisciplinar corra o risco de servir de receita no nível pedagógico, ou na ilusão de que tudo é possível, que é suficiente colocar quaisquer objetivos de aprendizagem citados aqui e, mais ainda, em

algum programa, para assegurar uma atividade de caráter interdisciplinar (FAZENDA, 1998, p. 59).

Na realidade, é de extrema importância o professor adotar uma prática interdisciplinar, pois isso proporciona ao processo pedagógico compromisso, autonomia e contribui para que aquele seja um pesquisador preocupado com sua formação continuada, sendo um agente inovador e criativo. Constatamos tal afirmação ao analisarmos a obra *Didática e Interdisciplinaridade*, de Ivani Fazenda:

Quando questionamos o caráter interdisciplinar da prática do conhecimento, é preciso ter bem presente que: é sempre articulação do todo com as partes; é sempre articulação dos meios com os fins; é sempre em função da prática, do agir. O saber solto fica petrificado, esquematizado, volatilizado; precisa sempre ser conduzido pela força interna de uma intencionalidade; a prática do conhecimento só pode se dar, então, como construção dos objetos pelo conhecimento; é fundamentalmente prática de pesquisa; aprender é, pois, pesquisar para construir constrói-se pesquisando (FAZENDA, 1998, p. 42).

É bom frisarmos que a ideia é elencar os conteúdos de forma a serem trabalhados a partir de um tema central, dentro das diversas áreas do conhecimento, e que tais conteúdos sejam abordados em sua totalidade, e nunca de forma fragmentada. A nova formação docente não se restringe à problematização da sociedade, ou a uma mera substituição dos conteúdos trabalhados. Ela surge como uma alternativa viável para resolver problemas emergenciais, como a fragmentação dos saberes, a falta de conexão entre as disciplinas, entre outros. Temos que ser respeitosos, desenvolvendo a capacidade de analisar de forma coerente os conteúdos produzidos até então. É preciso ter consciência histórica e integradora. Nessa perspectiva, demanda-se um profissional que domine a escrita e a narração, pois o perfil do educador consciente é ser um estudioso, dotado de um espírito investigativo no que concerne à sua disciplina, voltado à prática interdisciplinar. É preciso realizar o diálogo intelectual com outras ciências. Em última instância, Fazenda afirma que a interdisciplinaridade ocorrerá de forma plausível, considerando alguns pressupostos:

Depois de analisar os contextos histórico e curricular, considero que quatro questões formam a base para uma teoria do ensino interdisciplinar: pedagogia apropriada, processo integrador, mudança institucional e relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade [...] (FAZENDA, 1998, p. 110).

A escola é uma instância socializadora de saberes. A organização curricular pressupõe elementos articuladores que signifiquem e relacionem esses saberes. O ser humano se diferencia dos outros seres por se situar de forma crítica diante dos acontecimentos.

Entre os eixos epistemológicos que contribuem para que coloquemos em prática a interdisciplinaridade, destacamos a leitura e a problematização. A leitura é o requisito fundamental para avanço cognitivo, e a problematização é o questionamento do conhecimento do senso comum para sairmos da mera reprodução. Isso propiciará ao estudante o real sentido de aprender por meio da reflexão, formulação de hipóteses, compreensão da realidade, sendo um instrumento da ação docente.

Uma das crises do desempenho escolar sustenta-se na ausência da prática interdisciplinar efetiva em sala de aula, seja pela falta de material que aborde o tema nos cursos de formação, seja por mero desinteresse por parte do professor que não quer romper com seus paradigmas pedagógicos. O fato é que o quadro que encontramos hoje é o da apresentação do conhecimento fragmentado, desconectado com a realidade, que não proporciona a superação que se espera que o aluno atinja. A pesquisa no campo de educação precisa mudar o indivíduo. O conhecimento tem que transformar o sujeito histórico, sua realidade, de maneira consciente e consistente. Daí a necessidade de o professor receber uma capacitação que o leve a realizar seu plano de trabalho docente, abordando o conteúdo proposto de forma interdisciplinar.

[...] Por conseguinte, avançar do *senso comum* para a consciência filosófica 'significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, desagregada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional ativa e cultivada [...]' (SAVIANI, 1980, p. 10).

Cada professor em seu espaço de atuação deve partir da proposta de contribuir significativamente para a transformação da sua realidade. Para isso, os educadores envolvidos no processo necessitam compreender que a educação deve ser analisada como um longo período de transformações.

3.2 FORMAÇÃO DOCENTE: ALTERNATIVA POSSÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES DO EDUCANDO

Ao tratarmos da formação de professores no Brasil, temos de levar em consideração que a expansão do número de matrículas ocorreu somente na segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 70 e 80.

A escolarização no Brasil foi durante séculos apanágio das elites, em que pese a existência de propostas educacionais em documentos e estudos, em debates entre teóricos, filósofos, políticos e religiosos, e em algumas poucas escolas, porém sem um correspondente em política inclusiva da população como um todo na escola. Até esse período, era muito pequena a oferta de escolas públicas diante do crescimento populacional brasileiro. Tanto que a grande discussão dos educadores críticos dos anos 1960 e 1970 foi a questão da enorme massa populacional analfabeta ou semianalfabeta no Brasil, com poucas condições de efetiva participação na vida cidadã e no mundo do trabalho que se sofisticava. Estudantes de ensino médio e superior representavam uma quantidade mínima na população brasileira (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 11).

Durante muito tempo a escolarização no Brasil foi privilégio da elite. No entanto, a partir dos anos de 1960 e 1970, a preocupação dos educadores era o aumento do contingente da população analfabeta e da semianalfabeta, com mínimas condições de participação cidadã no mundo do trabalho, pois o pouco estudo ofertado era voltado para atender às necessidades do mercado de trabalho.

Assim, a formação de professores no país ainda sofre os impactos do crescimento efetivo tão recente e rápido das redes públicas e privadas de ensino fundamental, e das improvisações que foram necessárias para que as escolas funcionassem. Crescimento recente em face da história da escolarização em outros países, e crescimento vertiginoso em pouco mais de 40 anos, a considerar os dados da demografia educacional no Brasil. Esse crescimento do sistema escolar foi sem dúvida um mérito, provindo de grande esforço social, político e de administração, porém é chegado o momento de se conseguir que esse sistema tenha melhor qualidade em seus processos de gestão, nas atuações dos profissionais e nas aprendizagens pelas quais responde. Um dos aspectos a se considerar nessa direção, entre outros, é a formação dos professores, sua carreira e perspectivas profissionais (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 11).

O crescimento populacional e o aumento do número de matriculados foram um mérito de vários grupos da sociedade. No entanto é preciso que todos tenham o compromisso e a responsabilidade de contribuir para a qualidade no processo ensino-aprendizagem, não bastando apenas a inserção dos indivíduos na instituição de ensino. Nesse cenário, o professor exerce papel preponderante, tanto do ponto de vista político como cultural, para que as mudanças significativas na educação sejam efetivadas.

Atualmente, com as exigências e mudanças do mercado de trabalho, tem-se uma preocupação com a formação continuada dos professores que atuam em todas as modalidades de ensino. Segundo Saviani (1980), no Brasil temos o início da formação docente no final do século XIX, com as escolas normais, destinadas à formação de professores de “primeiras letras”. Vale ressaltar que a oferta de ensino era privilégio de poucos.

Apenas no final do século XX é que surge a preocupação com a formação de professores secundários, que equivalem aos professores que atuam hoje nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Com a expansão das indústrias e a crescente necessidade de mão de obra qualificada, aumenta a demanda de pessoas interessadas em estudar. Para atender a essas necessidades, são criados os cursos de bacharéis e uma complementação de um ano para o estudo de algumas disciplinas (a formação conhecida como “3+1”). As autoras do livro *Professores do Brasil: Impasses e desafios* relatam que,

Considerando a legislação brasileira a partir dos anos 1960, os fundamentos legais que nortearam a estrutura curricular dos cursos de formação de professores no país encontravam-se nas Leis nos 4.024/61, 5.540/68, 5.692/71 e 7.044/82, e decorrentes normatizações em nível federal e estadual (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 38).

As autoras em questão (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 38) destacam que, desde as primeiras décadas do século XX, os modelos de formação de professores que vigoravam no Brasil eram o de conclusão das escolas normais, que capacitavam para atuação no ensino primário, e o de licenciatura superior, que por sua vez habilitava para a atuação no ensino secundário. Com a instituição da lei nº 5.692/71, que modificou a legislação vigente, determinou-se a implantação do

magistério. Ficou evidente a perda significativa na qualidade do ensino, culminando no currículo do ensino de segundo grau.

Como a quantidade de professores não era suficiente para atender à demanda do sistema educacional, havia a implantação de cursos em caráter suplementar para suprir às necessidades vigentes. A partir dessa realidade, a formação de docente passou a ocorrer de forma fragmentada. Foram, então, criados os Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMS), com o objetivo de garantir a melhoria na formação de docentes para a atuação nos anos iniciais de escolarização.

Em 1982 foi implantada a licenciatura curta para preencher à demanda do mercado de trabalho, sendo a licenciatura em ciências (com componentes de biologia, física e química) e em estudos sociais (com componentes de história, geografia, sociologia).

Com a promulgação da lei nº 9.394/96 (LDB), houve a determinação da formação superior para atuar na educação básica, e foi estabelecido um prazo para os professores se adequarem.

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2006).

Mesmo com a exigência do ensino superior para atuar na educação básica, ainda nos deparamos com profissionais que evidenciam certa carência pedagógica, oriunda de sua formação. Muitas vezes tais problemas, que por certo repercutirão no desenvolvimento das potencialidades do aluno, são evidenciados pela formação inicial deficitária e também pela escassa formação continuada, ofertada ao professor. Nesse sentido, Fazenda (1998, p. 161-162) relata que “Repensar a formação inicial e contínua com base na análise das práticas pedagógicas e docentes tem-se revelado uma das demandas importantes dos anos 90” [...].

Temos que saber qual formação responde às demandas socioeducacionais no cenário atual. Aqui entram em pauta a profissionalidade docente, que se fundamenta no domínio de requisitos básicos para a prática cotidiana, bem como a

interpretação crítica das políticas educacionais, leitura e entendimento dos documentos norteadores no cotidiano escolar, como por exemplo, o PPP, PDT, PPC. Enfim, o aluno precisa ver o professor como um exemplo a ser seguido, no âmbito epistemológico.

Quando os alunos chegam ao curso de formação inicial, já têm saberes sobre o que é ser professor. Os saberes de sua experiência de alunos que foram de diferentes professores em toda sua vida escolar. Experiência que lhes possibilita dizer quais foram os bons professores, quais eram bons em conteúdo, mas não em didática, isto é, não sabiam ensinar. Quais professores foram significativos em suas vidas, isto é, aqueles que contribuíram para sua formação humana. Também sabem sobre o ser professor pela experiência socialmente acumulada, pelas mudanças históricas da profissão, pelo exercício profissional em diferentes escolas, pela desvalorização social e financeira dos professores, pelas dificuldades de estar diante de turmas de crianças e jovens turbulentos em escolas precárias; sabem um pouco sobre as representações e os estereótipos que a sociedade tem dos professores pelos meios de comunicação (FAZENDA, 1998, p. 165-166).

A importância do trabalho do professor é analisar nas entrelinhas, nas raízes. Se o docente não domina a natureza do diálogo, não terá uma boa bagagem formativa. É preciso despertar situações investigadoras que possibilitem a aprendizagem do educando. O professor precisa instigar o aluno, despertar seu interesse para que o aprendizado aconteça. Ele deve utilizar o conhecimento científico, demonstrado por meio da realidade de seus alunos. De acordo com Pimenta (2006, p. 83), “A essência da atividade (prática) do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico e prático de como garantir que a aprendizagem se realize como consequência da atividade de ensinar [...]”.

Dessa forma, temos que refletir sempre sobre como tem caminhado a formação continuada do professor. Tal formação é essencial para entendermos a escola num contexto mais amplo. A educação é a possibilidade de aprender o conhecimento histórico e socialmente produzido pela humanidade. Todo o conteúdo que formos trabalhar, no sentido do saber universal, deve estar fundamentado no entendimento do contexto social e ter em vista a evolução cognitiva do aluno.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental que o professor aprofunde seus estudos por meio de capacitações disponíveis em nível de graduação e pós-

graduação. Sua formação é assunto de muitos estudos e discussões. Nóvoa (2009, p. 17), ao reunir um vasto material sobre formação docente, embasado em relatórios internacionais, artigos científicos, discursos políticos, documentos, livros e teses, afirma que há um consenso em relação aos grandes princípios e medidas sobre os professores e sua formação profissional. A partir da análise desse consenso, ele questiona: “Como fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer?”

Nóvoa assinala três medidas que podem ajudar a superar o dilema apresentado. A primeira medida consiste em *passar a formação de professores para dentro da profissão*. A comunidade dos formadores de professores e a comunidade dos professores precisam estar mais próximas. O professor deve se envolver de maneira mais efetiva em relação a sua própria formação.

O autor citado exemplifica como acontecem a formação dos médicos, o trabalho criterioso de estudantes e professores da área ao estudarem os casos de cada paciente: a reflexão conjunta, o diagnóstico e a terapia. Nesse caso, a reflexão partilhada não é uma mera palavra, há um envolvimento real na melhoria e na mudança da prática. Nóvoa também afirma que esse modelo constitui não só um importante processo pedagógico, mas também um exemplo de responsabilidade e de compromisso. Nesse aspecto, o autor sugere um sistema semelhante para a formação de professores, que consistiria em estudos aprofundados de cada caso, sobretudo dos casos de insucesso escolar, na análise coletiva das práticas pedagógicas, na obstinação e persistência profissional para responder às necessidades e anseios dos alunos, no compromisso social e na vontade de mudança.

A segunda medida, sugerida por Nóvoa (2009, p. 18), é a de que *é preciso promover novos modos de organização da profissão*. Muitas teorias e propósitos da educação tornam-se irrealizáveis pela escola pelo fato de a organização escolar estar marcada por fortes tradições individualistas ou por rígidas regulações externas, às vezes excessivamente burocráticas. Fala-se muito sobre autonomia, mas a cada dia surgem mais ações controladas. A cultura colaborativa precisa ser construída e mantida, é preciso reforçar os movimentos pedagógicos, discutir as ideias sobre o ensino e aprendizagem e elaborar perspectivas comuns, reforçando o sentimento de pertença e de identidade profissional.

A terceira medida apontada por Nóvoa (2009, p. 17) orienta que é necessário *reforçar a dimensão pessoal e a presença pública dos professores*. Trata-se de

desenvolver um conhecimento pessoal no interior do conhecimento profissional. A educação permanente passou por várias etapas. Primeiramente era um direito a ser reivindicado pelos educadores, logo após passou a ser necessidade e atualmente é vista como obrigação. No entendimento de Nóvoa (2009), a aprendizagem ao longo da vida justifica-se como direito da pessoa e como necessidade da profissão, mas não como obrigação. Verificamos na educação atual uma intensificação de programas de formação, muitas horas de curso, muitos certificados, certo consumismo de cursos constituintes do “mercado da formação”, chegando às vezes a complicar o cotidiano docente. Esse mesmo autor aponta como uma saída possível o investimento na construção de redes de trabalho coletivo que sejam o suporte de práticas de formação, baseadas na partilha e no diálogo profissional.

Assim, entendemos que é preciso planejar coletivamente encaminhamentos básicos na condução do processo de ensinar. Os momentos coletivos são sobrecarregados de assuntos meramente técnicos e administrativos, e as pautas pedagógicas são raras. Podemos citar, por exemplo, dentre as técnicas operatórias, operação de divisão, pois é nela que os alunos apresentam maior dificuldade de aprendizagem. Perante o conhecimento da rotina exaustiva da escola, nos raros momentos de estudo e recondução da prática, torna-se inevitável o questionamento: Esses momentos imprescindíveis para um trabalho eficiente e coeso são raros ou não existem no interior da escola? A reflexão e a recondução da prática pedagógica precisam estar em pauta na formação do professor e, portanto, estar mais próximas da realidade escolar e dos problemas sentidos pelos professores. Como ressalta Nóvoa (2009), “é preciso encurtar a distância que separa o excesso dos discursos da pobreza das práticas”.

A proposta de formação em serviço, aqui defendida, além da exigência legal, permite discutir coletivamente a organização do trabalho pedagógico por meio da implementação e potencialização dos planejamentos de forma a priorizar a defesa sistemática das máximas elaborações humanas. E, desse modo, dar coerência aos propósitos, materializando na prática o consenso que se vem elaborando em torno da aprendizagem docente e do desenvolvimento profissional. A partir desses levantamentos, é fundamental termos a oportunidade de lermos os clássicos para avançarmos e problematizarmos o conhecimento.

3.2.1 Razões de lermos os clássicos

As obras clássicas, independente do período, podem nos favorecer uma compreensão mais atenta do presente. Elas não resolverão os nossos problemas, mas sim nos auxiliarão na busca de um entendimento mais amplo das questões que são consideradas 'problemas sociais'.

Cabe observar que não são todos os pensadores do passado que nos possibilitam entender a educação, como podemos constatar na passagem a seguir.

Pode-se reconhecer o valor dos grandes literatos, dos cientistas, dos governantes, dos líderes religiosos, dos artistas, mas as suas obras só devem merecer contemplação num estudo de História da Educação, se tiverem efetivamente contribuído para o patrimônio das idéias pedagógicas ou se tiverem influenciado as instituições ou as atividades educacionais (NUNES, 1979, p. 1-2).

Não é o caso de Agostinho, que é considerado um pensador das inquietudes humanas, motivo pelo qual seus escritos são atuais e de grande relevância. Ele apontou caminho para o homem de seu tempo, com o intuito de formá-lo segundo os preceitos da doutrina cristã.

É bom frisarmos que, geralmente, Agostinho é examinado dentro da filosofia, da religião, mas não com tanta frequência no âmbito da educação. Na realidade suas ideias pedagógicas possuem características que vão além da educação cristã e têm grande potencial para subsidiar outros períodos educacionais. A escolha de Agostinho se justifica ao constataremos que seus escritos evidenciam uma preocupação com as questões humanas, que perpassam as discussões em diferentes tempos históricos, mesmo que sob outra perspectiva. Ele exemplifica como os homens do passado agiam e pensavam segundo as questões do seu momento, e, ao analisar esses fatores, podemos adquirir um valioso instrumento para compreender as questões relativas à educação em nossa sociedade.

Para entendermos um assunto mais complexo, é fundamental entendermos a história.

[...] o estudo histórico do ensino, ao mesmo tempo em que nos fará conhecer melhor o presente, proporcionará a oportunidade de revisar o próprio passado e pôr em evidência erros dos quais precisamos

tomar consciência, pois somos seus herdeiros (DURKHEIM, 1995, p. 24).

Nesse particular faz-se necessário destacar a importância do estudo histórico para a compreensão do nosso presente, especificamente da história da educação, pois isso nos permite conhecer nossa realidade, com o intuito de não cometermos os mesmos erros já constados em outras sociedades.

Partimos do pressuposto de que os clássicos, como afirmam Oliveira e Mendes (2010), são aqueles cujos autores souberam captar as questões da sua época, pois as reflexões que fizeram para o período servem para pensarmos as questões da atualidade.

A educação é um processo histórico e, por conseguinte, para a entendermos, temos que compreender a nossa história. Com efeito, cada sociedade constrói suas leis de acordo com suas necessidades. Os filósofos pensaram seu tempo, viram a demanda de sua época e propuseram algo de acordo com suas necessidades. Nesse sentido, seus escritos corroboram com a construção do legado cultural da humanidade.

[...] buscamos captar em outros períodos históricos como os homens realizaram suas ações, compreenderam e resolveram seus conflitos. Mas, acima de tudo, retomar, a partir das diferentes épocas, lições que possam nos ensinar a sermos, antes de tudo, pessoas envolvidas com as questões do nosso presente (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

Valemo-nos também de Bloch (1965, p. 40), que afirma que “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete no presente a própria ação”. É fundamental que não sejamos destruidores do que veio antes de nós. Temos que ser respeitosos e analisarmos os documentos de forma coerente. Em suma, devemos ter uma consciência histórica e integradora, como também ressalta a pesquisadora do excerto abaixo:

Sob esse aspecto, tudo é uma questão de saber aprender com os autores do passado. Lembrar que permaneceram até os dias de hoje justamente porque souberam dar uma resposta condizente com as exigências do seu tempo às questões que se colocavam para os seus contemporâneos. Justamente pelo fato de se encontrarem envolvidos com as questões da sua época é que a ultrapassaram, sobrevivendo a ela e se tornando referências para nós. O diálogo com os grandes homens do passado somente é possível, por

consequente, para aqueles que, no presente, são capazes de entender o seu mundo como história e não como verdade (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

Fundamenta-se nessa premissa a importância de se ler um autor clássico como Agostinho e a possibilidade de relacionarmos seus escritos com os problemas contemporâneos da Educação. Ele foi mestre envolvido com o ensino; aponta caminho para o problema que nós vivenciamos com a crise da educação atual.

Corroborar com essa ideia Calvino (1993, p. 11) ao afirmar, “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. Com base nele, podemos afirmar que os clássicos respondem às questões de sua época e estão aptos, hoje, a nos subsidiar na compreensão das questões contemporâneas.

Nesse sentido, o diálogo *De Magistro* é considerado um clássico, pelo fato de nos potencializar a entendermos dado assunto na sua totalidade. Na obra, Agostinho preconiza que o professor precisa dominar a linguagem, saber falar e conduzir de forma eficaz o processo de aprendizagem e falar com propriedade sobre os conteúdos de sua disciplina.

4 CONTEXTO HISTÓRICO DE AGOSTINHO

4.1 CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO

No período em que Agostinho viveu a parte ocidental do Império Romano desintegrava-se pela crise política, econômica e social, bem como pelas invasões nômades, desencadeadas a partir do século V. Diversos povos europeus e asiáticos saíram em massa do território onde moravam e foram viver em diferentes partes da Europa. Os romanos, que estranhavam as culturas diferentes, os denominavam de bárbaros⁵. Ocuparam regiões que já eram habitadas por outras populações. Em algumas oportunidades, esse encontro de culturas foi pacífico, em outras, o choque de culturas culminou em guerras e dominação.

Na sociedade civil, nada de governo, a administração imperial caiu, a aristocracia senatorial caiu, a aristocracia municipal caiu, a dissolução estava em toda parte: o poder e a liberdade são atingidos pela mesma esterilidade, pela mesma nulidade. Na sociedade religiosa, ao contrário, manifesta-se um povo animado, um governo ativo. As causas da anarquia e da tirania são numerosas: mas a liberdade é real e o poder também. Por toda parte encontram-se e se desenvolvem os germes de uma atividade popular muito energética e de um governo muito forte. É, em uma palavra, uma sociedade cheia de futuro, de um futuro agitado, carregado de bem e de mal, mas poderoso e fecundo (GUIZOT, 1999, p. 4).

Assim, utilizaremos a expressão *Idade Média* desprovida de qualquer conteúdo pejorativo, indicando unicamente o período histórico que tem início com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e que se estendeu até a tomada de Constantinopla, em 1453.

⁵ Origem da palavra Bárbaro- Do grego *barbaros*, que significa “estrangeiro”, “estranho” ou “ignorante”. A palavra original grega teria surgido a partir de uma onomatopeia, pois os gregos utilizavam a expressão *bar bar* para se referir às pessoas que não falavam a língua grega. Como não entendiam nada que os estrangeiros falavam, utilizavam o *bar bar bar*, semelhante ao “blábláblá”, em português. Posteriormente, a palavra passou a ser usada com a conotação de “indivíduo rude” ou “incivilizado”, e é com esse significado que acabou sendo transmitida para as línguas modernas. Os gregos e os romanos chamavam de bárbaros todos os estrangeiros que não sabiam falar grego. Bárbaro também pode se referir ao povo do Norte da Europa, que, por sinal, invadiu parte do Império Romano (Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/barbaro/>>. Acesso em: 20 jun. 2015).

Na verdade, os invasores bárbaros não destruíram tudo o que havia antes. Os antigos romanos e os bárbaros influenciaram-se mutuamente. A maneira de viver de um povo se misturou com a de outros povos. Quanto a esse assunto, Le Goff afirma que

A verdade é que os Bárbaros foram beneficiados com a cumplicidade ativa ou passiva da massa da população romana. A estrutura social do império, em que as camadas populares eram progressivamente esmagadas por uma minoria rica e poderosa, explica o sucesso das invasões (LE GOFF, 2005, p. 24).

Após a queda do Império Romano, instaurou-se o sistema feudal, primeiro fruto da barbárie. Guizot (1907) fez estudos sobre esse sistema, dando importância à história da civilização. Para esse autor, o processo social (crises e acontecimentos) somente interessa quando está relacionado ao desenvolvimento da civilização. Esta última terá que ser empregada no sentido de desenvolvimento do homem e da sociedade, ou seja, sempre que analisarmos um sistema, teremos como premissa saber se o mesmo contribuiu para o desenvolvimento do homem e da humanidade. Por isso “Não se pode conhecer e compreender o regime feudal, sem levar em conta a contribuição desse sistema para o mundo moderno” (GUIZOT, 1907, p. 121).

Quando houve a dissolução do Império Romano, parecia que a sociedade desconjuntava-se em todos os sentidos e, por toda parte, nascia, segundo os contemporâneos, uma anarquia geral. Mas Guizot (1907, p. 121) afirma que o regime feudal se fez necessário e era o único estado social que podia existir no século X: “[...] Contudo era uma sociedade nova que ia começar, tão necessária, tão inevitável, tão completamente a única consequência possível do estado anterior, que tudo coube no seu molde e adotou a sua forma”.

Guizot nos leva a dar atenção às alterações materiais, ao modo de ser ou de viver dos homens, gerado por uma revolução e por uma mudança social, pois não se tem estudado o que essas modificações produzem na vida material dos homens. “Com a implantação do feudalismo, houve a distribuição da população. Antes as pessoas viviam reunidas em massas mais ou menos numerosas, fixadas no interior das cidades, ou viviam deslocando de um lugar para o outro no interior do país” (GUIZOT, 1907, p. 121).

No século V, Osório, escrevia: 'Em meio dos escombros das grandes cidades, só grupos esparsos de míseras populações, testemunhas das calamidades passadas, atestam para nós os nomes outrora'. Este testemunho entre muitos outros, confirmado pelos arqueólogos, acentua um fato capital: o definhamento urbano, acelerado pelas destruições das invasões bárbaras. Sem dúvidas este definhamento das cidades não é senão um dos aspectos de uma consequência geral da violência dos invasores, que provocou destruição, ruína, pobreza, isolamento, retraimento (LE GOFF, 2005, p. 35).

A grande mudança que aconteceu foi que as pessoas deixaram de viver nas cidades e se deslocaram para o campo. "Os camponeses viram-se obrigados a se colocar sob dependência cada vez maior dos grandes proprietários, estes passaram também a ser chefes de grupos armados, e a situação do colono tornava-se cada vez mais próxima da do escravo" (LE GOFF, 2005, p. 21-22). Com a decadência do Império Romano, a igreja assumiu a tarefa de realizar uma missão civilizatória. Esse trabalho foi realizado por meio da educação.

4.1.1 Possibilidade de educação para a consolidação de valores essenciais

Consideramos, neste trabalho, a expressividade institucional e humana sobre a formação social e educativa da sociedade medieval, sendo a mesma fundamentada e organizada a partir de uma crença espiritual, o cristianismo. Entretanto, o cristianismo surgido em território dominado pelo Império Romano, enquanto este mantinha uma crença politeísta, acabou justificando uma origem marcada pela rejeição e perseguição sofrida pelos seguidores da crença em Cristo.

Contudo a aliança entre fé e razão foi fundamental para a conversão dos pagãos e o surgimento de uma nova perspectiva de vida, de uma reestruturação de uma sociedade que se encontrava marcada pelo caos, pela destruição tanto das instituições quanto do pensamento. Le Goff (2005, p. 325) destaca o sentimento de insegurança próprio do homem medieval:

O que domina a mentalidade e a sensibilidade dos homens da Idade Média e o que determina o essencial de suas atitudes é o sentimento de insegurança. Insegurança material e moral às quais, segundo a Igreja, não havia senão um remédio: apoiar-se na solidariedade do grupo, nas comunidades de que se parte, evitar a ruptura pela

ambição ou enfraquecimento desta solidariedade. Insegurança fundamental que é a da vida futura na eternidade, que não é assegurada a ninguém e que nem as boas obras e nem a boa conduta garantem totalmente.

No entanto, ainda que muitas pessoas se posicionem contra o poderio e as vicissitudes da instituição cristã, não há como negar ou diminuir seu importante papel sobre a humanização. Oliveira (1997, p. 316) destaca a importância da igreja pela sua organização e luta.

Pelo fato de ter-se apresentado, em todos os períodos de mudança ao longo da época medieval, com um mínimo de organização, de unidade, a Igreja constituiu-se em um apoio fundamental para o estabelecimento da sociedade moderna. Outro aspecto da trajetória da Igreja na sua luta pela civilização dos homens – talvez mais significativo para a sociedade moderna do que o próprio fato desta instituição estar organizada – diz respeito à sua luta, ao longo dos séculos medievais, para a conservação e desenvolvimento dos espíritos, do pensamento e da moral dos homens.

Como já destacamos, esse é um período de algumas significativas mudanças: a igreja, como instituição responsável pela manutenção da ordem entre os homens, depara-se com uma “nova sociedade”. Nesse sentido, tornou-se necessário reordenar as “novas” relações, de modo que, no seu objetivo de doutrinar a sociedade, a igreja utilizava-se da astúcia e do bastão. As mudanças referidas são entendidas como crescimento, o qual estava relacionado às conquistas materiais e às relações do homem com as coisas terrenas.

De todo modo, a Idade Média constituiu-se com passos cognoscitivos edificantes, sobre os quais santo Agostinho tem lugar de destaque. Inclusive, podemos postular que sua capacidade de abstração, concepção, aperfeiçoamento e propagação de valores necessários à época converteu-o em importante papel, o de pedagogo da humanidade cristã.

Santo Agostinho tem, merecidamente, um lugar de destaque. De todas as tarefas impostas ao intelecto humano talvez a mais difícil seja a de perceber, em período de enormes modificações fundamentais, o que está morto e destituído de sentido, e então conceber, aperfeiçoar e propagar valores mais adequados à nova era. A maioria dos homens, em todas as épocas, e muito mais em épocas de agitação do que nas de estabilidade, se apega firme e cegamente àquilo que lhe é familiar e aceito, evitando o frio desconforto do reajustamento mental e espiritual. Ao reconhecer o

que estava morto, ou agonizante, e ao dar sentido ao que estava vivo e nascia, Santo Agostinho teve poucos pares. As Confissões e a Cidade de Deus bastam para nos mostrar como lhe era poderosa a atração do passado. Sua superioridade está no reconhecimento de que para a sua geração e para as gerações futuras, nas condições de vida que deviam imperar, as vozes de Platão e do resto eram apenas ecos de um túmulo. Não repudiou a inspiração de Platão, utilizou-a, mas escolheu apenas aquilo que considerava de valor, adaptou-o às novas condições e fez dele parte da estrutura intelectual que teria sido incompreensível à Academia (BARK, 1979, p. 103).

Por conseguinte, todo itinerário cristão consolida-se no seguimento de Cristo, que, exaustiva e brilhantemente, santo Agostinho buscou e apresentou aos homens. Logo, valores como o amor a Cristo e o rigor espiritual passaram a ser defendidos como princípio diretivo de um modelo educacional, tendo em vista a purificação e reintegração humana e social.

Consideramos a expressividade das incursões cristãs não somente na dimensão do pensamento. “Esta longa Idade Média é a do cristianismo dominador, um cristianismo que é simultaneamente uma religião e uma ideologia e que mantém [...] uma relação muito complexa com o mundo feudal, contestando-o e justificando-o ao mesmo tempo” (LE GOFF, 1994, p. 38).

Assim, a sociedade medieval, tendo o cristianismo como fio condutor, fosse pela sua organização ou pela sua atuação conflituosa, acabou redesenhando um território, conferindo as condições e assegurando os caminhos indispensáveis à sua edificação.

Miccioli (1989, p. 39) pontua o fundamental papel do mosteiro na construção da Europa cristã, tendo em vista o aparato de esperança e salvação.

Se o santo é um homem que se distinguiu pela plenitude da sua fé, pela excelência de sua vida cristã, pela abundância de graças e pela vastidão dos poderes com que Deus o premiou, a leitura e a interpretação que se fazia da vida monástica – única forma autêntica e plena de vida cristã – sugeriam que, só por seu intermédio, as manifestações de santidade poderiam ainda existir e ser actantes na vida dos homens.

Nesse panorama, o monarquismo ocidental teve grande relevância para o desenvolvimento do medievo. Entretanto, no período anterior ao século VI, os mosteiros abraçavam princípios mistos, provindos de observâncias diferentes. Segundo Cambi (1999, p. 158), “[...] já no século V, as escolas monásticas (ou

abaciais) vinham acompanhando as escolas estatais romanas de gramática e de retórica, substituindo-as depois gradativamente e propondo uma formação não literária, mas religiosa”. A partir do século VI, a *Regra de São Bento* torna-se um documento para a organização monacal e, dentre as suas diretrizes, a orientação para o equilíbrio das ações era marcante: estudo, oração e trabalho manual, engendrado com muita disciplina.

Devemos, pois, constituir uma escola do serviço do senhor. Nela nada vamos estabelecer que seja duro ou pesado. Entretanto, se aparecer alguma coisa um pouco mais apertada por questão de conveniência, para emenda dos vícios ou conservação da caridade, não fuja logo, cheio de pavor, do caminho da salvação que não se começa sem passar por certo aperto inicial (A REGRA DE SÃO BENTO, 1993, p. 14).

Ainda que a caminhada para salvação seja penosa, é necessário que não se desista. No que se refere aos ensinamentos da regra, nela é explicitado o desprezo das próprias vontades e exaltada a obediência para viver segundo os preceitos do Cristo Senhor. “Aos indisciplinados e irrequietos deve questionar duramente; aos obedientes, mansos e pacientes, deve pedir insistentemente que façam progressos para melhor. Aos negligentes, porém, e aos que não fazem caso, insistimos em que repreenda e castigue” (A REGRA DE SÃO BENTO, 1993, p. 19).

Sobre os comportamentos desnecessários, praticados pelos religiosos do convento, a regra estabelece que,

Se houver um irmão teimoso ou desobediente, orgulhoso ou murmurador, ou que contraria em qualquer coisa a Santa Regra e despreza as ordens dos seus superiores, seja advertido pela primeira vez em particular pelos seus superiores, conforme o preceito de Nosso Senhor (A REGRA DE SÃO BENTO, 1993, p. 53).

As pessoas que não agiam de acordo com os preceitos estabelecidos eram inicialmente advertidas. Se insistissem no erro, poderiam sofrer castigos físicos e até mesmo serem excomungadas. No caso de demonstração de arrependimento, havia a possibilidade de serem admitidas novamente.

Assim, entre os séculos VI e VII, os mosteiros despontavam como instituições responsáveis pela promoção da sociedade, pois os mesmos reuniam inúmeras pessoas em seus arredores. Famílias inteiras dedicavam-se ao modo de vida

fomentada pelo estilo monástico, cujas fundações eram facilitadas por reis e bispos, mediante a concessão de enormes extensões de terras aos senhores feudais.

Miccioli (1989, p. 47) dispõe sobre a capacidade de atuação dos monges na sociedade:

A realidade monástica constitui uma presença demasiado consistente e articulada para não se tornar uma pedra importante e muitas vezes decisiva nas lutas pela distribuição do poder, e a autoconfiança e consciência do significado existencial e simbólico do seu próprio estatuto são, entre os monges, demasiado elevadas para não reivindicarem o direito de exercerem um juízo profético e resolutório sobre as ações dos homens.

Evidentemente, a expressividade das instituições monacais sobre seus monges e sobre a sociedade segue sustentada pelo amor e pelo rigor de seus líderes. Nesse sentido, é amplamente representativo o texto de Guizot (1999, p. 26-27), no qual o autor descreve um perfil de vida egoísta em contraposição ao perfil de vida solidária, identificando esta ao cristão.

Havia nas Gália, no fim do século IV e no V, um certo número de homens importantes e honrados, por muito tempo investidos nos grandes cargos do Estado, meios pagãos, meios cristãos, isto é, não tinham absolutamente partido tomado, e, para falar a verdade, pouco se importavam em tomar algum partido em matéria religiosa; pessoas de espírito, letradas, filósofos, cheios de gosto pelo estudo e pelos prazeres intelectuais, ricos e vivendo magnificamente. [...] após terem ocupado funções superiores no país, viviam em suas terras, longe da massa da população, passando seu tempo na caça, na pesca, nos divertimentos de todos os gêneros. [...] Essa forma de vida transcorria de maneira agradável, doce, variada, mas mole, egoísta, estéril, alheia a toda ocupação séria, a todo interesse potente e geral. [...] Eis agora qual era a vida de um bispo [...] Saint Hilaire levantava-se de madrugada; ele sempre morava na cidade; desde que tinha se levantado, quem quer que desejasse vê-lo era recebido; escutava as queixas, acomodava as divergências, fazia o papel de juiz de paz. Em seguida, dirigia-se à Igreja, celebrava a missa, pregava, ensinava, algumas vezes várias horas seguidas. De regresso para casa, tomava sua refeição, e durante esse tempo faziam-lhe alguma leitura piedosa; [...] Trabalhava também manualmente, ora fiando para os pobres, ora cultivando os campos de sua igreja. Assim, transcorria sua jornada, no meio do povo, em ocupações graves, úteis, de interesse público, que tinham, a cada momento, algum resultado.

Por fim, esse breve percurso é elucidativo, no sentido de identificar de forma simples a reconstrução do Ocidente pós-derrocada do Império Romano como um

fenômeno decorrente da sábia ação de líderes à frente de organizadas representações. Com isso, a igreja assumiu a direção dos homens e da sociedade. De acordo com o entendimento agostiniano, o processo educativo tinha como princípios direcionar o homem para a busca interior e possibilitar segurança para uma sociedade que estava sendo acometida por crise e insegurança.

4.1.2 A estabilidade trazida pela igreja

Duby recupera a importância da igreja para afirmar que os representantes desta contribuíram para que os chefes normandos saíssem da mais profunda barbárie, aderissem à causa cristã e em seguida se tornassem missionários do cristianismo. Sendo assim, notamos que a igreja, com seus representantes, teve papel de suma importância para a realização da obra civilizadora.

No ano de 391, o imperador Teodósio transformou o cristianismo em religião oficial do Império Romano. Com isso todos os habitantes do império teriam que ser cristãos. O fim do Império Romano não significou o fim do cristianismo. Os povos nômades que invadiram o império entre os séculos V e VII não eram cristãos. Entretanto os missionários acabaram convertendo esses povos ao cristianismo.

Nunca devemos esquecer que a mentalidade dos povos muda de acordo com a época histórica em que vivem. Por isso os europeus medievais enxergavam o mundo de maneira bem diferente da atual. A religião era muito importante na vida dos homens e mulheres medievais. Por exemplo, o prédio mais destacado de uma cidade era a catedral. Nas aldeias, a capela era o centro de tudo. Quase todos os livros e pinturas abordavam assuntos religiosos. Nas escolas, a religião acabava se tornando o assunto mais importante.

Os homens medievais tinham seu próprio jeito de entender Deus. Para eles, o cristianismo possuía um significado diferente daquele que tem hoje. As pessoas acreditavam que Deus e o Diabo estavam presentes em todos os acontecimentos da vida diária. Uma tempestade podia ser interpretada como um castigo de Deus aos pecadores. Uma peste podia ser causada pela maldade do demônio. Os fenômenos da natureza eram explicados diretamente pela vontade de Deus.

Não é difícil entender o respeito que a igreja conquistou. Numa época tumultuada de guerras e destruição, de reinos que nasciam e morriam em pouco tempo, de roubos e matanças, a igreja era a única instituição sólida. Parecia ser feita da solidez das coisas eternas.

Os religiosos desse período exerceram papel relevante:

Na desordem das invasões, bispos e monges – tais quais São Severino – tornaram-se chefes polivalentes de um mundo desorganizado: ao seu papel religioso agregaram um papel político ao negociar com os Bárbaros; econômico, ao distribuir víveres e esmolas; social, ao proteger os pobres contra os poderosos; até mesmo militar, ao organizar a resistência ou lutar ‘com armas espirituais’ quando as armas materiais não existiam [...] tentavam lutar contra a violência e moderar os costumes (LE GOFF, 2005, p. 40).

Dentro dessa nova realidade, notamos que a educação organizada por esses líderes era essencialmente voltada para o aprimoramento do homem, especificamente para o aspecto religioso e espiritual, sem nenhum objetivo político, social ou econômico. As pessoas confiavam muito na igreja. Tudo o que os padres diziam era considerado verdadeiro, sem discussão. A crença nas coisas religiosas era mais importante do que tudo e as pessoas tinham pavor da possibilidade de poderem ir para o inferno. Naquela época era a igreja que respondia a essas questões, por meio de orientações, consolando e estimulando seus fiéis.

As invasões bárbaras provocaram incêndios em centenas de bibliotecas. Milhares de livros da Antiguidade foram perdidos para sempre. A igreja teve papel cultural decisivo. Por meio dela, muitos livros de filosofia, literatura e ciências, dos gregos e dos romanos foram conservados. Nas escolas da igreja, as crianças e adolescentes aprendiam muitas coisas da cultura greco-romana antiga.

O infortúnio dos tempos fez aparecer um segundo tipo de escola cristã: a escola episcopal (não é muito diferente, pelo menos na origem, do precedente: sabe-se que muitos entre os grandes bispos do Ocidente, monges por formação e por ideal, organizaram em torno ou junto à sede de seu episcopado comunidades monásticas: lembremo-nos de Santo Eusébio em Verceil, Santo Agostinho em Hipona, São Martinho de Tours em Marmoutier [...]) (MARROU, 1975, p. 508).

Além de tudo, a igreja desempenhava importante papel. Eram os padres e freiras que atendiam e abrigavam os pobres, doentes, velhos e órfãos. Nos mosteiros e igrejas, ninguém poderia ser agredido ou preso. Ela também condenava a venda de produtos acima do preço usual e a cobrança de juros. Nesse aspecto, a igreja foi a norteadora da sociedade no momento histórico que estudamos.

[...] O dever dos bispos é proibir o que é mal, amparar os que fraquejam levantar os que se afastam do caminho direito; vem seguidamente o cargo do rei, que deve ser motivo de temor entre os povos, porque 'não existe poder que não venha de Deus'; assim, também os ricos e os juizes, que são delegados do rei, devem ser leais, humildes, generosos; devem julgar com equidade e não de acordo com os presentes recebidos, proteger as viúvas, os órfãos, os pobres, devem ser submissos aos bispos, não exercer violências sobre ninguém, não procurar riquezas injustas, dar aos indigentes em vez de tirar a outrem (DUBY, 1982, p. 95).

O poder da igreja foi fundamental para a sobrevivência da sociedade. O cristianismo foi o primeiro elemento unificador entre os homens. Desempenhou o papel de humanizar os indivíduos, tornando-se fundamental entre os séculos V ao XI, pois os indivíduos não tinham quem os dirigissem. Portanto, a igreja estabelecia a ética e a moral como princípio norteador para a vida dos homens medievais. É na igreja que se constrói a unidade do corpo de Cristo. Todos os membros põem em comum o fruto da sua função, para utilidade de todos, ou seja, o que se preza nesta sociedade é a humanidade, é a cooperação entre as pessoas, é a responsabilidade e o compromisso que uns têm para com os outros, como nos relata Marrou (1975, p. 481):

A Igreja como tal, por intermédio de um delegado especialmente nomeado para isto, é que instrua o catecúmeno: desde as primeiras gerações cristãs, vemos em função os 'mestres', [...], encarregados deste ensino e investidos para seu desempenho de um carisma próprio. A instituição do catecumenado desenvolve-se progressivamente, à medida que se multiplicam os novos convertidos: tomou sua forma definitiva em Roma por volta de 180; exige então uma longa prova, cuja duração está fixada em três anos, durante os quais é ministrado um ensino cuidadosamente programado. Muito cedo, parece, este deixa de ser confiado a 'didáscalos' especializados: normalmente, padres são encarregados dele, embora caiba ao bispo dar o último retoque a esta preparação: os discursos catequéticos que conservamos de São Gregório de Nissa, de Cirilo de Jerusalém, de Teodoro de Mopsuéstia, etc., mostram a que notável nível os grandes bispos do século IV haviam

elevado seu ensino. Santo Agostinho deu em seu tratado *De Catechizandis rubibus* (por volta de 405) uma teoria da catequese cujo valor propriamente pedagógico iria, por muitos séculos, assegurar-lhe sucesso.

A cultura greco-romana permanecia latente, guardada nos mosteiros. Eram os monges os únicos letrados em um mundo onde nem os servos nem os nobres sabiam ler. Uma constante se faz notar no pano de fundo do pensamento medieval: a tentativa de conciliar a razão e a fé. A máxima predominante empregada passa a ser: “*Crer para compreender, e compreender para crer*”.

Os padres recorriam inicialmente à filosofia platônica e realizavam uma grande síntese com a doutrina cristã, mediante adaptações consideradas necessárias. Dentre eles, destacamos São Jerônimo, que é considerado um grande teólogo da Igreja Católica:

EUSÉBIO SOFRÔNIO JERÔNIMO nasceu por volta de 340 na cidade de Stridon, que ficava na fronteira entre as províncias romanas da Dalmácia e da Panônia, perto de Viena, Áustria. Ficou conhecido como escritor, filósofo, teólogo, retórico, gramático, dialético, historiador, exegeta e doutor da Igreja. É de São Jerônimo a célebre frase: ‘Ignorar as Escrituras é o mesmo que ignorar a Cristo’ (CORRÊA, 2014).

A filosofia patrística auxiliava a exposição racional da doutrina religiosa e estava contida nos trabalhos dos denominados *Padres da Igreja*, cujas principais preocupações eram as relações entre a fé e a ciência, a natureza de Deus e da alma e a vida moral. São Jerônimo, Santo Agostinho e Santo Hilário aproximavam a igreja do seu povo. Em suas exegeses, conseguiam a proeza de fazer com que os bárbaros permanecessem por horas ouvindo-os.

Em suas cartas, Jerônimo registrava tanto confidências pessoais como tratados direcionados a terceiros, pois naquele tempo não existia distinção entre documentos pessoais e públicos. Nesses documentos ele discutia os problemas do ensino acadêmico, argumentava sobre os casos de consciência, reconfortava os aflitos, fazia elogios aos amigos, atacava os vícios e corrupções da sociedade da sua época, como a imoralidade sexual no clero, exortando a população à vida asceta e à renúncia do mundo, sempre se digladiando com seus adversários (CORRÊA, 2014).

Cada tempo histórico tem suas especificidades na promoção da educação. No contexto que abordamos, a pregação era um elemento fundamental para o desenvolvimento do ensino. Os indivíduos eram educados pelo ouvido, pelas palavras do outro, pelo que viam e viviam com os que os instruíam.

Alguns dos representantes da patrística foram Clemente de Alexandria, são Jerônimo, Orígenes e Tertuliano. Mas a principal figura é santo Agostinho (354-430), bispo de Hipona, cidade do Norte da África. Agostinho retoma a dicotomia platônica referente ao mundo sensível e ao mundo das ideias divinas. Segundo o seu entendimento, o homem recebe de Deus o conhecimento das verdades eternas: tal como o Sol, Deus ilumina a razão e torna possível o pensar correto.

4.1.2.1 Uma breve biografia de santo Agostinho

Aurelius Augustinus nasceu no dia 13 de novembro de 354 d.C. em Tagaste, na África. Durante sua trajetória de estudante, ele não tinha o desejo natural de aprender, e o método utilizado na época era o castigo físico, uma atitude disciplinar normal para o contexto da época.

Fui mandado à escola para aprender as primeiras letras, cuja utilidade eu, infeliz ignorava. Todavia batiam-me se no estudo me deixava levar pela preguiça. As pessoas grandes louvavam esta severidade. Muitos dos nossos predecessores na vida tinham traçado estas vias dolorosas, por onde éramos obrigados a caminhar, multiplicando os trabalhos e as dores aos filhos de Adão [...] (AGOSTINHO, 1996, p. 47).

Esse teólogo foi agraciado com uma formação humana considerável, apesar dos métodos coercitivos utilizados para incentivá-lo a ter amor e dedicação aos estudos. A felicidade pelo conhecimento é buscada desde a idade tenra, por alguns. Para outros, no entanto, tal desejo é despertado somente com a chegada da maturidade. Mas todos têm um potencial que pode ser desenvolvido e atingido em determinado momento (GILSON, 2010, p. 18).

Neste período da infância, cujo perigo temiam menos para mim do que o da adolescência, não gostava do estudo, e tinha horror de ser a ele obrigado. Por meio desta coação faziam-me um bem – embora eu procedesse mal –, pois não aprenderia se não fosse constrangido. Todavia, contra a vontade, ninguém procede bem, ainda que a ação em si mesma seja boa. Os que me obrigavam não agiam retamente. O bem que daí resultava vinha só de Vós, meu Deus. Nesses estudos a que me aplicavam, não tinham outra finalidade senão saciar os insaciáveis desejos de opulenta miséria e de ignominiosa glória [...] (AGOSTINHO, 1996, p. 50-51).

A questão que se coloca para santo Agostinho é a formação consistente, fato que contribuiu para que se tornasse um homem culto, admirado e grande teólogo da igreja. Seus objetivos principais eram dominar a oratória e convencer o outro, o que lhe conferiu grande poder de persuasão. Para alcançar tal feito, seu pai investiu na formação daquele. Isso se comprova ao verificarmos que famílias mais abastadas não tinham a mesma preocupação que o pai de Agostinho apresentava com a sua escolarização.

Quem não cumulava, então de louvores a meu pai, por ultrapassar até os recursos do patrimônio, só para conceder tudo o que era necessário ao filho que tinha viajado para longe por causa dos estudos? Numerosos cidadãos muitíssimo mais opulentos nem de longe mostravam tal cuidado pelos filhos. No entanto, meu pai não se preocupava com saber se eu crescia para Vós, isto é, se vivia castamente. Contanto que fosse *diserto!* [...] Mas, eu era antes um deserto quanto à vossa cultura, ó meu Deus, único, verdadeiro e bondoso Senhor do vosso campo – o meu coração (AGOSTINHO, 1996, p. 66).

Seus estudos foram custeados pelo seu pai, com a ajuda de Romaniano, um amigo da família, que priorizava a boa formação. Em um de seus livros mais famosos, *Confissões*, Agostinho declara suas travessuras ao roubar uma pera pelo simples fato de praticar um ato ilícito, com um grupo de amigos.

Havia, próximo da nossa vinha, uma pereira, carregada de frutos nada sedutores, nem pela beleza nem pelo sabor. Alta noite, pois tínhamos o perverso costume de prolongar nas eiras os jogos até essas horas, eu com alguns jovens malvados fomos sacudi-la para lhe roubarmos os frutos. Tiramos grande quantidade, não para nos banquetearmos, se bem que provamos alguns, mas para ao lançarmos aos porcos. Portanto, todo o nosso prazer consistia em praticarmos o que nos agradava, pelo fato de o roubo ser ilícito (AGOSTINHO, 1996, p. 68-69).

Ele era um homem de uma inteligência extraordinária, que buscava o sentido da vida, como também respostas para suas inquietações, e, acima de tudo, almejava a felicidade.

Vós sabeis, Senhor, meu Deus, tudo o que aprendi, sem dificuldade e sem mestre, acerca da eloquência, da dialética, da geometria, da música e da matemática, porque a prontidão de inteligência e a agudeza de instituição são dons vossos; mas nem por isso Vo-los oferecia em sacrifício. E assim, longe de me serem úteis, causavam-me ainda mais dano, porque insisti em apoderar-me da melhor parte da minha herança 'e não guardei em Vós a minha força, mas afastei-me de Vós para uma região longínqua, onde a dissipei nas paixões com meretrizes. De que me serviam estes dons preciosos se usava mal deles? Só compreendia como aquelas artes eram difíceis de entender, ainda aos meus estudiosos e inteligentes, quando lhe esforçava por lhas expor. Dentre eles, o melhor era só o que menos vagarosamente seguia a minha exposição (AGOSTINHO, 1996, p. 118).

No seu livro *Confissões*, ele relata a dor sentida ao ser obrigado a separar-se de sua concubina:

Entretanto os meus pecados multiplicaram-se. Sendo arrancada do meu lado, como impedimento para o matrimônio, aquela com quem partilhava o leito, o meu coração, onde ela estava presa, rasgou-se, feriu-se e escorria sangue. Retirara-se ela para África, fazendo-Vos voto de jamais conviver com outro homem e deixando-me o filho natural que dela tivera (AGOSTINHO, 1996, p. 166).

Nesse excerto Agostinho menciona que, antes de sua conversão, suas preocupações se concentravam em seu relacionamento com a mulher amada, com a qual não poderia ligar-se de uma vez por todas, pois estava impedida legalmente de fazê-lo. Juridicamente, ele era um 'honestiore', isto é, de categoria superior, proibido de contrair matrimônio com pessoas dos baixos estratos.

Constatamos também seu interesse pela filosofia e sua inserção no modismo de sua época, o estudo do maniqueísmo⁶, uma doutrina que ao mesmo tempo misturava a filosofia com a religião. Esperava ansiosamente por um encontro com

⁶ O **maniqueísmo** é uma filosofia religiosa sincrética e dualística fundada e propagada por Maniqueu, filósofo cristão do século III, que divide o mundo simplesmente entre *Bom*, ou Deus, e *Mau*, ou o Diabo. A matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom. Com a popularização do termo, maniqueísta passou a ser um adjetivo para toda doutrina fundada nos dois princípios opostos do Bem e do Mal (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Manique%C3%ADsmo>. Acesso em: 23 maio 2015).

Fausto, o líder dessa doutrina, que teria, segundo ele, a possibilidade de sanar suas dúvidas quanto aos problemas relacionados à sua crença. No entanto, ao conversar com Fausto, Agostinho constatou que em relação às disciplinas das artes liberais, aquele só dominava a gramática de modo superficial.

Resfriado assim o ardor com que me aplicava às doutrinas dos maniqueístas, desesperei ainda mais dos seus restantes mestres, depois que este, tão célebre, se revelou incapaz de resolver os numerosos problemas que me embaraçavam. Comecei a tratar com ele por causa da paixão que o inflamava pela literatura, que eu, como retórico, já então ensinava aos jovens de Cartago. Lia com ele, ou aquilo que ele desejava ouvir ou o que eu julgava conveniente ao seu espírito. Quanto ao mais, todo o esforço que determinadamente me impusera a fim de progredir nesta seita ruiu por completo logo que conheci aquele homem, mas não de tal forma que dos maniqueístas me separasse radicalmente. Com efeito, não encontrando outro caminho melhor que aquele por onde desesperadamente me lançara, resolvera contentar-me entretanto com ele, até que brilhasse outra via de preferível escolha (AGOSTINHO, 1996, p. 131).

Cabe ademais observar que os maniqueístas defendiam concepções opostas, como a existência do bem e do mal e a força de um Deus que gerava o bem e que gerava o mal, sendo tudo criado a partir desses opostos. E Agostinho, por meio de suas inquietações, percebeu que essa visão traria alguns problemas filosóficos, a que nem mesmo os representantes mais capacitados conseguiriam responder. Tais incongruências acarretaram seu desencantamento por essa doutrina.

Agostinho nasceu em Tagaste, mudando-se aos 13 anos para a cidade vizinha, Madaura, para estudar gramática. Segundo Marrou (1975, p. 454), em Cartago, estudou retórica e finalizou seus estudos superiores.

Mais de quatrocentos anos depois, revela-se-nos uma situação análoga para a África, a carreira escolar de Santo Agostinho: nascido na pequena cidade de Tagasta, na Numídia, aí recebe apenas uma instrução primária e, como Virgílio, vai para uma cidade mais ativa, a saber Madaura, a pátria de Apuleio, fazer seu estudo de gramática e iniciar sua retórica. Após uma interrupção, devida a razões materiais, no decorrer do seu décimo sexto ano, continua seus estudos superiores em Cartago. Órfão necessitado, tem de interrompê-los sem levá-los até o fim: ele também, aos dezoito anos, acabava de 'converter-se' à filosofia, mas é como autodidata que continua sua formação neste terreno. Outros, mais favorecidos socialmente, como seu discípulo, amigo e futuro colega Alípio, levam mais adiante seus estudos, atravessam o mar e vão a Roma estudar direito.

Em Tagaste, ele teve sua primeira experiência como professor e ensinou retórica por 13 anos. Atuou depois em Cartago, Roma e Milão, a capital do Império Romano (384). Por volta dos 19 anos, a leitura de Hortênsio, obra de Cícero (106-43 a.C.), hoje perdida, despertou-lhe, segundo declarou, o amor pela sabedoria (PEREIRA MELO, 2010, p. 56).

Era entre estes companheiros que eu, ainda de tenra idade, estudava eloquência, na qual desejava salientar-me, com a intenção condenável e vã de saborear os prazeres da vaidade humana. Seguindo o programa do curso, cheguei ao livro de Cícero, cuja linguagem, mais do que o coração, quase todos louvam. Esse livro contém uma exortação ao estudo da filosofia. Chama-se *Hortênsio*. Ele mudou o alvo das minhas afeições e encaminhou para Vós, Senhor, as minhas preces, transformando as minhas aspirações e desejos. Imediatamente se tornaram vis, a meus olhos, as vãs esperanças. Já ambicionava, com incrível ardor do coração, a Sabedoria imortal. Principiava a levantar-me para voltar para Vós. Não era para limar a linguagem – aperfeiçoamento que, segundo o meu parecer, compraria à custa do dinheiro da minha mãe –, não era para limar a linguagem, repito, que utilizava aquele livro – contando eu dezenove anos de idade e havendo já decorrido dois após a morte de meu pai. Não era o estilo, mas sim o assunto tratado que me persuadia a lê-lo (AGOSTINHO, 1996, p. 83).

Com base nessas considerações, é interessante observar a trajetória da vida de Agostinho. Quando ele se deparou com a leitura de *Hortênsio*, de autoria do filósofo Cícero, teve seu entusiasmo despertado para a questão filosófica.

Agostinho foi professor de retórica, reconhecido como grande mestre e doutor da igreja. Preconizava que a conversão do cristão ocorresse por meio do entendimento das palavras. Além disso, nos deixou contribuições inestimáveis para a formação docente, como podemos analisar no relato de Nunes (1978, p. 203):

Antes da sua conversão, Santo Agostinho, profissionalmente era mestre de retórica, literato e orador e, mais tarde, como sacerdote e bispo, sobre ser mestre de vida e de doutrina, imprimiu sempre em suas obras a marca indelével de pensador arguto e beletrista. Ora, tendo-se em mente o seu ardor pelos estudos, a sua experiência do magistério, o gosto das artes liberais e da filosofia, pode imaginar-se que o grande bispo de Hipona havia de se preocupar com a questão educacional entre os cristãos. [...]. Daí podermos deparar nas obras do santo Doutor com mina inexaurível de ensinamentos, conselhos e sugestões a respeito de assuntos educacionais [...].

Assim sendo, salientamos que Agostinho ensinava com vivacidade e muito empenho. Defendia o esclarecimento, a dedicação, a virtuosidade e acima de tudo a apropriação dos saberes que o homem já consolidara em diversas sociedades por meio de suas experiências vivenciadas. Tinha como pressuposto e método pedagógico relacionar o que ele ensinava ao conhecimento prévio do estudante, sempre traçando um paralelo com situações próximas daqueles a quem destinava sua fala.

Fez os estudos de gramática e de retórica em Cartago e em Tagaste e, conforme as Confissões, foi aluno brilhante (1). Durante esse período da juventude, deixou-se arrastar pelos maus exemplos e pelo temperamento ardente, entregando-se à luxúria. Ele mesmo confessa arrependido os pecados da adolescência (2), o que não é razão suficiente para que seja tomado como grande devasso, cumprindo observar-se, com Gabriel Riesco na sua biografia de Santo Agostinho, que acabou por surgir uma lenda negra a respeito dos pecados do jovem retórico africano que não foi nem melhor nem pior do que qualquer rapaz estróina do nosso tempo. Segundo seu próprio depoimento, Agostinho se manteve fiel à mulher com a qual vivia amancebado. Salvou-o, talvez, de outros excessos a preocupação com os livros e também o seu amor ao estudo. Agostinho terminou o curso de retórica em Cartago em 374 e foi nessa época que arranjou a amante de quem teve o filho Adeodato, tendo aderido, outrossim, à seita dos maniqueus. Voltou, então, para Tagaste e aí ensinou gramática durante dois anos, retirando-se em seguida, para Cartago, onde abriu uma escola de retórica. Em 384 estava em Roma, tendo, por fim, atingido o ápice da carreira de professor de retórica em Milão em 385, quando se distinguiu como orador oficial na Corte Imperial. Aí ouviu os sermões de Santo Ambrósio e leu os escritos de Plotino, o fundador do Neoplatonismo. Converteu-se à religião católica em 386, tendo recebido o Batismo na noite de 24 ou 25 de abril, na vigília de Páscoa de 387, juntamente com seu amigo Alípio e seu filho Adeodato. Em 388 regressou à África, e no ano seguinte morreu-lhe o filho. Agostinho foi ordenado e aclamado bispo de Hipona, cidade em que permaneceu até o fim de sua vida como pastor diligente, consagrado à evangelização por meio da palavra oral e escrita, tendo deixado um vasto acervo de obras que se lêem e estudam com proveito até os dias de hoje. Ele foi inegavelmente o mentor espiritual da Idade Média, máxime até o século XIII, e a sua concepção educacional influenciou e modelou a educação medieval, só vindo a surgir algo de equivalente durante o século XIII, com o aparecimento das grandes obras da Escolástica, principalmente de Santo Tomás de Aquino, que estudou com carinho e aprofundou a doutrina do Mestre de Hipona (NUNES, 1978, p. 204).

O relato de Nunes nos apresenta uma trajetória de vida pautada no compromisso com a sua formação e, em decorrência desse fato, deixou um legado

cultural para a humanidade, pois os primeiros currículos de que temos notícia são oriundos do pensamento agostiniano. Agostinho sistematizou e organizou os conhecimentos durante a Idade Média. Quando se propunha a fazer algo, fazia-o com excelência. É considerado um dos pensadores mais inteligentes da humanidade, pela complexidade e utilidade de seus escritos; ao ensinar o povo, fê-lo escrevendo, discursando, debatendo com seus amigos, capacitando pessoas que poderiam ensinar outros. Agostinho pregava que o cristão só alcançaria a beatitude, ou seja, a vida feliz, por meio do conhecimento e entendimentos dos preceitos dos ensinamentos cristãos (GILSON, 2010, p.19).

Após um período lecionando em Cartago, decide dirigir-se à capital do Império Romano. Dentre os fatores que motivaram sua mudança estava a notabilidade atribuída aos alunos de Roma, já que em Cartago os alunos comumente não respeitavam as regras estabelecidas.

Portanto, se resolvi dirigir-me a Roma, não foi porque meus amigos, que me aconselhavam essa viagem, me prometessem maiores lucros e maior dignidade, se bem que nesse tempo também estas razões moviam o meu espírito. O motivo principal e quase único assentava em eu ouvir dizer que os rapazes estudavam aí mais sossegadamente, refreados por mais regrada disciplina. Não invadiam desordenadamente e imprudentemente a escola de outro que não tinham como professor, nem eram admitidos sem sua licença. Em Cartago, pelo contrário, a liberdade dos estudantes é vergonhosa e destemperada. Precipitam-se cnicamente pelas escolas adentro e com atitude quase furiosa perturbam a ordem que o professor estabeleceu como necessária ao adiantamento dos alunos. Com uma insolência incrível, cometem mil impropérios que deviam ser punidos, se o costume os não patrocinasse (AGOSTINHO, 1996, p. 132).

Tornou-se o orador oficial do imperador de Roma, o que evidencia seu potencial e intelectualidade com tão tenra idade. Ao alcançar seu grande sonho de ocupar a cátedra municipal de retórica de Milão, onde ensinava desde o ano de 384, teve contato com o bispo Ambrósio, que exerceu inestimável contribuição para sua conversão. Esse contato ocorreu por meio dos sermões efetivados pelo bispo, os quais despertavam nele grande admiração.

Ardorosamente o ouvia quando pregava ao povo, não com o espírito que convinha, mas como a sondar a sua eloquência para ver se correspondia à fama, ou se realmente se exagerava ou diminuía a sua reputação oratória. Estava suspenso das suas palavras,

extasiado, porém indiferente e até mofando do que ele dizia. Deleitava-me com a suavidade do discurso, bem mais erudito do que o de Fausto, porém menos humorístico e sedutor na apresentação. Pelo que se refere ao assunto, não se podem comparar, pois um vagabundeava pelos enganos dos maniqueístas, e o outro ensinava com a máxima segurança a salvação (AGOSTINHO, 1996, p.131).

Sua contribuição para a educação é grandiosa, pois, de acordo com seus biógrafos, exerceu a função de professor com maestria, porque, entre outras qualidades, dominava a prática educativa. O bispo de Hipona deixou um legado considerável para o pensamento religioso e filosófico, é considerado uma das figuras mais importantes da patrística. Seus escritos nos possibilitam pensarmos sobre as problemáticas que nos afligem e nos auxiliam na nossa formação.

Santo Agostinho não foi apenas o último grande representante do pensamento latino na África no Norte romana, mas foi igualmente o último grande professor de retórica a deixar um legado respeitável de idéias pedagógicas. [...]. Quando retornou definitivamente à África, organizou em Tagaste, e mais tarde em Hipona, comunidades de estudiosos que se preparavam para ser professores cristãos bem adestrados (NUNES, 1978, p. 204-205).

A partir desses levantamentos, notamos que, para Agostinho, a educação deve ser a prioridade da essência humana, para conduzir o homem à perfeição. Para ele, quem alcança a sabedoria se liberta de todo excesso, não é mesquinho, evita transbordar no supérfluo, não se restringe aos limites inferiores da plena capacidade. “Mas que sabedoria é essa? A escritura nos diz: é a Sabedoria de Deus [...], Logo, só possui a beatitude aquele que alcança a Medida suprema através da Verdade. Eis o que é possuir a sabedoria: apoderar-se de Deus pelo pensamento, isto é, gozar dele” (GILSON, 2010, p. 22).

Segundo os preceitos agostinianos analisados, era de fundamental importância o homem voltar-se para dentro de si, para descobrir a inteligência e encontrar a verdadeira beatitude. Só alcançaremos a felicidade plena e a sabedoria se vivermos os preceitos defendidos por Deus.

[...] Santo Agostinho explica a maneira de dissipar as ambiguidades dos termos oriundos da má pontuação, da má pronúncia, do modo de expressão, bem como da apreensão em sentido literal de expressões figuradas. Primeiramente, ele disserta sobre a atitude do estudioso perante o sinal, e diz que fazer ou venerar um significante sem saber

o que significa é ser escravo de um sinal, *sub signoeninservit*⁷. Já aquele que, sem compreender a significação de um sinal, sabe que se trata de sinal, não está sob o jugo da servidão, enquanto só é livre e espiritual aquele que faz ou venera um sinal útil, divinamente instituído, e cuja força e significação ele entende [...] (NUNES, 1978, p. 211).

Ele ressaltava a importância da formação teórica como requisito essencial para a evangelização, bem como para a educação cristã. Defendia que a educação deveria ser pautada pela busca da compreensão da dúvida, do questionamento e do desenvolvimento humano e integral. Para ele, eram imprescindíveis a humildade para o processo de aprendizagem, bem como a criação de hábitos de aprendizagem.

Também era favorável ao aprimoramento da arte retórica.

A arte retórica, diz Agostinho, serve para inculcar a verdade e a falsidade, o bem e o mal. Ora, os maus servem-se dela para prejudicar o próximo. Mais razão, portanto, para que os bons a utilizem para fazer o bem. Santo Agostinho adverte aos que pretendem conhecer e ensinar que adquiram o talento da palavra, *facultatendicendi*, sobremodo conveniente a um homem da Igreja, a um eclesiástico que cumprirá a contento com a sua tarefa de pregador, se fizer o possível da sua parte, ao recorrer à retórica [...] (NUNES, 1978, p. 214).

Agostinho explica que racional é o que é feito ou dito pela razão. Sendo assim, é o poder racional que faz com que as pessoas que têm em comum a razão se comuniquem constantemente. Contudo a linguagem é essencial para as relações humanas e explicita o pensamento.

Em matéria de retórica, Santo Agostinho segue os passos de Cícero. De acordo com o *De Oratore*, aos três objetivos da oratória, já assinalados, correspondem três estilos de eloquência. Ser eloquente é poder tratar de pequenos assuntos de modo simples, *submisse*⁸; de assuntos médios em estilo moderado, *temperate*⁹, e de grandes assuntos de modo sublime, *granditer*¹⁰. Segundo esses parâmetros,

⁷ Sob signoeninservit. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁸ Submissamente. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁹ Temperately. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

¹⁰ Grandiosamente. Temperately Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

será orador eloquente aquele que procurar inculcar o bem por meio da instrução [...] (NUNES, 1978, p. 215).

Em seus sermões, Agostinho falava com muita propriedade e eloquência. Ele foi um ser humano de intensa luz. Foi considerado o mais sábio dos santos e o mais santo dos sábios. Ele escreveu muito, utilizando-se de recursos rebuscados da memória para exprimir as grandes questões de sua alma. Por seu incomensurável esforço, deixou-nos inúmeras obras publicadas.

Ele se preocupava com as questões humanas, com as contrariedades, com as vicissitudes da vida. Em determinadas situações, Agostinho propunha para seus concidadãos algumas alternativas de conviver com as adversidades, favorecendo a busca de valores essenciais para a convivência em sociedade, por meio da proposição de atitudes de solidariedade e respeito mútuo. Ele buscava grandes respostas aos problemas de seu tempo.

Os homens do baixo Império Romano tinham a expectativa de ser protegidos por influentes patronos particulares. O Estado era opressivo e corrupto, mas abarcava uma área muito mais estreita da vida dos cidadãos do que hoje. O indivíduo buscava proteção contra o mundo externo, compensação pelos agravos e a obtenção de vantagens, sobretudo na 'família'; fora da família, fazia-o submetendo sua sorte a algum homem poderoso, capaz de chefiar um pequeno império de aliados, clientes, dependentes, libertos e escravos que se estendia por todo o Mediterrâneo. Assim, como bispo, Agostinho viu-se à testa de uma 'família': a comunidade cristã de sua cidade, à qual ele frequentemente se refere como *família Dei*¹¹. Desde o reconhecimento oficial do cristianismo, o bispo assumiu seu lugar entre os homens influentes, dos quais se esperava que cuidassem dos seus e que eram efetivamente incentivados a fazê-los. Agostinho visitava presídios para proteger de maus-tratos os prisioneiros; intervinha, usando de tato, porém com firmeza, para salvar criminosos da tortura judicial e da execução; e, acima de tudo, cabia-lhe manter a paz em sua 'família', servindo de árbitro em seus processos judiciais (BROWN, 2005, p. 236).

Ao se tornar bispo no Norte da África, ele teve contato com o povo e dedicou-se ao que se propunha a fazer. Era tão dedicado e possuidor de uma sensibilidade extraordinária que as pessoas passaram a ter confiança nele, pois cumpria com suas obrigações, mesmo que em determinados momentos as considerasse

¹¹ Deus. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

enfadonhas. Afirmava que Deus sabia das necessidades de cada indivíduo e, para viver conforme seus preceitos, era preciso colocar em prática a justiça e caridade.

Podemos dividir sua vida em duas fases: a primeira, de busca pessoal de inquietudes, apaixonado pela vida, não se contentava com qualquer resposta; a segunda, dedicada à obra missionária de conversão dos não cristãos. Agostinho nos remete à construção do homem interior, que se edifica com valores perenes, que edifica o próprio eu, olhando para seus próximos. Enfatizava a importância do coleguismo, da amizade, da partilha, do atendimento de cada um, segundo a sua especificidade.

Ele nos ajuda a buscar soluções para nossos problemas educacionais, à medida que propõe uma prática pedagógica fundamentada no diálogo e na relação entre a teoria e a prática. Na sua época, o papel era objeto de luxo, Romaniano mandava para o hiponense caixotes de papel, como também lâminas de marfim, que eram utilizadas em ocasiões especiais.

Ele firmou sua posição graças a uma árdua luta por ela. No Império Romano não havia propriamente um sistema organizado e público de educação. Essa era uma tarefa particular, desenvolvida por mestres, não havendo a preocupação de uma educação destinada a toda a população.

Durante a República, Roma não teve, para falar com propriedade, política escolar; um grego como Políbio, habituado a ver as cidades helenísticas interessarem-se de perto pelos problemas da educação, espanta-se com esta 'negligência': o Estado romano abandona a educação à iniciativa e à atividade privadas. Eis aí uma das facetas que mostram o arcaísmo das instituições romanas, confrontadas com as do mundo helenístico [...] (MARROU, 1975, p. 457).

Em consonância com o autor supracitado, averiguamos que no Império Romano não havia propriamente um sistema organizado e público de educação, pois a mesma era uma tarefa particular, ministrada pelos mestres. Isso começará a ocorrer justamente a partir da decadência de Roma, cabendo à igreja o desempenho desse papel.

Por sua condição social, Agostinho não teve a oportunidade de empregar alguém que lhe ensinasse o grego:

Este método era evidentemente muito eficaz, pois exigia da criança latina duplo esforço: punha-a no que se refere ao grego, no mesmo

nível de um grego nato. Mas supunha um padrão de vida aristocrático que lhe limitava a difusão. Um pequeno burguês da África, como santo Agostinho, não experimentou o luxo de uma governanta grega: o grego, e ele se queixa disso, foi-lhe ensinado na escola como uma língua estranha, *língua peregrina*, quando o latim lhe fora revelado, sem esforço, na inconsciência e nos jogos da primeira infância (MARROU, 1975, p. 408).

Por essa lacuna deixada em sua formação, Agostinho destaca a importância de conhecermos outras culturas e outras línguas, o que permite ao indivíduo adquirir um entendimento mais amplo, por meio da análise do ponto de vista de outros povos, corroborando ainda a compreensão de nossas limitações. Também nos possibilita o contato com a obra original e não apenas com os tradutores que, muitas vezes, mudam o sentido do texto pelo desconhecimento de determinados termos.

Socialmente, o último meio que havia mantido firme a tradição do grego é o das grandes famílias aristocráticas da cidade de Roma, tradicionalmente conservadoras, ligadas às velhas tradições (não é, para muitos, a razão de sua tenaz fidelidade ao paganismo?) e que tantos vínculos, familiares ou econômicos, prendiam ao Oriente: o meio formado pelos amigos de Macróbio, o de onde sai Santo Ambrósio, onde se recrutam as filhas espirituais de São Jerônimo: o estudo do grego conservou-se aí melhor que na burguesia província a que pertencem o próprio São Jerônimo e Santo Agostinho, onde a cultura é menos avançada, mais utilitária, talvez (MARROU, 1975, p. 406).

As condições em que as crianças romanas eram alfabetizadas revelavam limitações estruturais impostas pelo período histórico em que viviam.

O pedagogo conduzia seu pequeno senhor à escola, [...]: constatamo-lo em Roma como em Pompéia ou em Cartago. A aula ministra-se quase ao ar livre, sumariamente isolada dos barulhos e das curiosidades da rua por meio de um tabique (*velum*¹²); as crianças, sentadas em escabelos sem encosto (não tem necessidade de mesas, escrevem sobre os joelhos), são agrupadas em torno do mestre, que pontifica de sua cadeira (*cathedra*¹³) posta sobre um estrado, assistido às vezes por um ajudante (*hypodidasalos*¹⁴) (MARROU, 1975, p. 414).

¹² O véu. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

¹³ Assento. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

¹⁴ Undermaster. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

Além dessa situação de precariedade, os salários dos alfabetizadores eram limitados a tal ponto que não conseguiam suprir suas necessidades básicas. Precisavam procurar outras fontes de renda, pois nessa sociedade os trabalhadores manuais eram mais bem remunerados.

Não nos deixemos impressionar por esta encenação; o mestre de primeiras letras continua sendo, em Roma como na Grécia, um joão-ninguém; sua profissão é a última das profissões, *remindignissimam*¹⁵, fatigante e penosa, mal paga: em 301 d.C., o *Edito* de Diocleciano fixa o salário do magister no mesmo nível que o do pedagogo, ou seja, 50 denários por aluno e por mês: no tempo em que um alqueire de frumento custava 100 denários, seria preciso reunir uma classe de trinta alunos para receber um salário equivalente ao de um operário qualificado, um pedreiro ou um carpinteiro, por exemplo, e não é certo, malgrado os progressos da pedagogia antiga, que muitas classes hajam atingido esta cifra. Assim, não pode surpreender que um mestre de primeiras letras de Campânia procure trabalho supletório na redação de testamentos (MARROU, 1975, p. 414-415).

Após sua conversão, Agostinho vivenciou um período de profunda tristeza, decorrente da perda de duas pessoas que lhe eram muito estimadas: seu filho, Adeodato, e seu amigo íntimo, Nebrídio. Essas ocorrências lhe trouxeram muita angústia e incertezas, como constatamos na citação abaixo:

Mas essa vida incorpórea e tranquila não tardaria a parecer muito vazia. No final desses anos, a morte fizera sua intervenção. Nebrídio e Adeodato estavam mortos. [...] esse golpe duplo é um dos hiatos mais significativos na biografia de Agostinho. Em seu diálogo 'Do Mestre', Adeodato havia parecido muito semelhante a seu pai: inteligente, bastante atrevido e muito mais bem preparado do que estivera Licêncio para descobrir as armadilhas dialéticas que o pai lhe preparava. No último livro que escreveu, Agostinho viria a citar um trecho de Cícero que talvez deixe transparecer a dor de sua perda: 'Por certo vem diretamente do coração de todo pai o que diz Cícero, ao escrever: 'És o único dentre todos os homens que eu desejaria ver superar-me em tudo' [...]' (BROWN, 2005, p. 166).

Com base nessas considerações, percebemos que seu filho, Adeodato, era sua grande paixão. Em *De Magistro*, ele demonstra um pensamento perspicaz, verificado pelo desenvolvimento do diálogo que ele estabelece com seu filho no

¹⁵ Remindignissimam. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

decorrer da obra. Nela, a razão é vista como um instrumento que auxilia o homem a organizar seus conhecimentos que é revelado por meio da fé.

4.1.2.2 A proposta de educação na obra *De Magistro*, de Agostinho

De Magistro é um texto de Agostinho, escrito no ano de 389. Na primeira parte ele realiza um diálogo com seu filho, Adeodato, sendo o articulador do debate, e o conduz com o objetivo de demonstrar que o conhecimento advém de Deus. Já na segunda parte, especificamente no final do capítulo X, evidenciamos um monólogo por meio do qual é explicitado que o discípulo adquire o conhecimento por intermédio do mestre interior, no caso, Deus. Ao analisarmos o diálogo entre os dois, constatamos a preocupação do pai com a formação do filho. Agostinho, no *De Magistro*, tem o intuito de demonstrar o quão seu filho era prodigioso com tão tenra idade, apenas 16 anos. “[...] Sabeis que todas as opiniões que aí se inserem, atribuídas ao meu interlocutor, eram as dele [...]. Notei nele coisas ainda mais prodigiosas. Aquele talento causava-me calafrios de admiração, pois quem, senão Vós, poderia ser o artista de tais maravilhas?” (AGOSTINHO, 1996, p. 237).

De Magistro se situa na fase inicial de toda a jornada do pensamento agostiniano. No primeiro capítulo é abordada a finalidade da linguagem sobre distintas acepções, mas Agostinho destaca a fala, a palavra e a memória enquanto sinais, chegando ao consenso de que a linguagem por si só não é suficiente para representar a verdade das coisas.

AGOSTINHO

– Que te parece que pretendemos fazer quando falamos?

ADEODATO

– Pelo que de momento me ocorre, ou ensinar ou aprender.

AGOSTINHO

– Vejo uma dessas duas coisas e concordo; com efeito, é evidente que quando falamos queremos ensinar; porém, como aprender? (AGOSTINHO, 1973, p. 323).

Esse trecho estabelece uma distinção entre ensinar e aprender, ainda que, a princípio, consideremos as falas complementares quanto à finalidade. Ademais, podemos pensar em aspectos essenciais dessa distinção mediante a identificação

das características próprias da linguagem. Por um lado, podemos utilizá-la para informar, comunicar e transmitir algo; por outro, podemos nos valer dela como importante meio para estimular o sujeito a buscar por si e a partir de si o conhecimento, em outras palavras, a aprendizagem não se configura apenas pelo discurso, mas precisa se sustentar mediante uma ligação intrínseca e significativa com a realidade do indivíduo. De todo modo, a linguagem/fala é evidenciada como importante elemento para o ensino, mas aprender pressupõe um exercício muito mais amplo dos sujeitos envolvidos no processo sobre o objeto cognoscitivo. “– Mas, então, de que maneira pensas que se possa aprender, senão perguntando?” (AGOSTINHO, 1973, p. 323).

O presente questionamento salienta a importância do uso da linguagem, mais especificamente do método dialético como recurso indispensável para o processo de ensino-aprendizagem, pois se acentua a perspectiva de processo e de conhecimento a ser construído mediante a consideração de ambos os polos do processo, isto é, o aprendiz e aquele que é responsável pela condução do processo. E ainda Agostinho indaga: “– Ainda neste caso, creio que só uma coisa queremos: ensinar. Pois, dize-me, interrogas por outro motivo a não ser para ensinar o que queres àquele a quem perguntas?” (AGOSTINHO, 1973, p. 323). Importante salientar que essa responsabilidade se sustenta perante a experiência e o domínio de um conhecimento mais elaborado por parte do autor, sendo assim, é insustentável a ideia da existência de um detentor de conhecimento pronto e acabado.

De Magistro ilustra que o mais experiente detém um conhecimento mais elaborado, porém não pronto e acabado. Ele sabe que não pode ensinar sem que suscite no outro a consciência de que ignora algo relevante para si, por isso interroga com a intenção de ensinar, mas o aprender depende dessa consciência. Portanto, querer aprender é uma condição indispensável para a busca e a construção do saber.

Neste trecho que se segue são destacados tanto o planejamento intencional quanto a habilidade e competência daquele que conduz o processo, pois, na medida em que consideramos a perspectiva dialética, devemos então considerar a possibilidade de surgirem novos elementos sobre o objeto investigado.

– Dizes a verdade.

AGOSTINHO

– Vês portanto que com o falar não nos propomos senão ensinar.

ADEODATO

– Não vejo isto claramente; porque se falar nada mais é que emitir palavras, isto fazemos também quando cantamos; às vezes o fazemos sozinhos, sem que esteja presente alguém que possa aprender; não creio que pretendamos então ensinar algo.

AGOSTINHO

– Há todavia, creio, certa maneira de ensinar pela recordação, maneira sem dúvida valiosa, como se demonstrará nesta nossa conversação. Mas, se tu pensas que não aprendemos quando recordamos ou que não ensina aquele que recorda, eu não me oponho; e desde já declaro que o fim da palavra é duplo: ou para ensinar ou para suscitar recordações nos outros ou em nós mesmos; o que fazemos também quando cantamos; ou, por acaso, não te parece? (AGOSTINHO, 1973, p. 323).

A passagem é importante, pois apresenta de forma bem sucinta o que se pretende desenvolver, suscita a linguagem em outra perspectiva.

ADEODATO

– Não, absolutamente: porque muito raramente acontece que eu cante para lembrar-me, mas freqüentemente para deleitar-me.

AGOSTINHO

– Compreendo o que queres dizer; mas não percebes que o que te deleita no canto não é senão uma certa modulação do som, que, pelo fato de se poder acrescentar ou subtrair às palavras, faz com que uma coisa seja o falar e outra o cantar? Em verdade, também com a flauta e a cítara se emitem modulações, cantam também os pássaros, e nós mesmos, às vezes, entoamos um motivo musical sem palavras, o que se pode chamar canto, mas não fala; tens algo a opor a isto?

ADEODATO

– Nada.

AGOSTINHO

– Parece-te então que a palavra não foi instituída senão para ensinar e recordar?

ADEODATO

– Assim pensaria se não me levasse a opinar contrariamente o fato de que, quando rezamos, sem dúvida falamos, e, certamente, não é lícito crer que ensinamos ou recordamos algo a Deus (AGOSTINHO, 1973, p. 323).

Discursos vazios não alteram nossa condição. A alteração depende do próprio homem que precisa buscar Deus, isto é, a Verdade, com rigor e persistência mediante o uso da razão e a prática da virtude, tal qual Cristo, Templo da Verdade divina e de materialidade mais evidente de que dispomos para buscarmos a sabedoria.

O homem se vale do discurso, mas além dele salienta a importância da ação, do conjunto entre mente e coração/sensibilidade, do rigor e amor no agir; trata-se de racionalidade compromissada, intencional, a exemplo do Pai, que tudo criou, tendo por sua maior criação o próprio homem. E Agostinho questiona: “– Portanto, não te preocupa o fato de que o soberano Mestre, ensinando a rezar aos seus discípulos, ensinou certas e determinadas palavras, pelo que não parece ter feito outra coisa senão ensinar como devemos falar quando rezamos?” (AGOSTINHO, 1973, p. 324).

O ensino se dá pela mediação da palavra, mas a aprendizagem propriamente dita só se efetiva quando a vivenciamos. Foi-nos ensinado o caminho para o bem viver, para a Verdade, mas de nada adianta a teoria: é preciso vivê-la na prática.

ADEODATO

– Isso não me preocupa de modo algum, pois não lhes ensinou palavras, mas, pelas palavras, aquelas coisas com que ficassem avisados quanto a quem e o que haviam de pedir quando orassem, como foi dito, no segredo da mente.

AGOSTINHO

– Entendeste certo: creio também teres notado, apesar de haver quem não concorde, que, mesmo sem emitir som algum, nós falamos enquanto intimamente pensamos as próprias palavras em nossa mente; assim, com as palavras nada mais fazemos do que chamar a atenção; entretanto, a memória, a que as palavras aderem, em as agitando, faz com que venham à mente as próprias coisas, das quais as palavras são sinais (AGOSTINHO, 1973, p. 324).

Nessa parte do diálogo é acentuada a importância da memória, não especificamente a individual de cada um, mas a histórica, de modo que a memória remonta uma busca para além das coisas aparentes, superficiais e fragmentadas. É a necessidade de recorrermos às memórias, ao que já passou, para construirmos uma visão de totalidade. Por fim, a memória retrata coisas ausentes, mas significativas, insiste sobre a importância dos sinais que significam coisas – que tanto podem se fazer presentes quanto ausentes materialmente, mas a memória e o pensamento resguardam e permitem que tenhamos acesso a elas.

A memória era um requisito imprescindível para a apreensão e entendimento da sagrada escritura. Em face disso, a memória e a linguagem são faculdades naturais essenciais para a consolidação da aprendizagem e decodificação dos signos, em seu sentido amplo.

Santo Agostinho defende uma ideia ou formulação sobre a apropriação do conhecimento, não o faz de forma direta, mas aos poucos, de maneira gradativa,

mediante o diálogo em que outro personagem vai suscitando problemas, opondo-se a sua formulação. Assim, no diálogo, santo Agostinho vai, progressivamente, conduzindo Adeodato a reconhecer que não sabe algo que é de exímia relevância para o seu viver. Muitas vezes agimos com boa intenção, imaginando que sabemos o que estamos fazendo; alguns ignoram literalmente as razões de seu fazer. Portanto, não basta falar para o profissional que ele age de modo incoerente: é preciso que tenha consciência de que desconhece algo que lhe é relevante, para que, dessa forma, disponha-se a procurar o auxílio de outras pessoas na busca pela verdade. Ele precisa estar convencido dessa necessidade, pois, para aprender e melhorar enquanto pessoa e ser social, o indivíduo precisa querer. Acreditar que conhece tudo é um impeditivo para a busca e, portanto, indício de mesmice e perpetuação do *status quo*.

Nesse sentido, Agostinho formulava as perguntas adequadas para ajudar as pessoas a conceberem, por si mesmas, a verdade.

O diálogo tem um princípio metodológico que remonta à tradição (Platão e seu mestre Sócrates). Durante sua trajetória de pensador arguto, sofreu grande influência dos escritos platônicos. Provavelmente, Agostinho imagina que o leitor colocaria as questões que Adeodato expõe.

A primeira parte examina e esgota a hipótese de a linguagem ser analisada como uma relação exterior entre o signo e seu significado, ou melhor, entre o conhecimento do signo e o conhecimento do significado. O signo pretende nos levar ao significado. Mas o diálogo mostra que a união entre signo e significado não acontece como esperávamos: o signo engendra apenas exterioridade, e não pode por si mesmo vencer a separação originária [...] (NOVAES FILHO, 2009, p. 43-44).

Em se tratando da questão entre o signo e o significado, o primeiro pretende nos levar ao significado da palavra (Sagrada Escritura); e Cristo é o signo, utilizado para revelar o significado (a Verdade-Deus), por meio da linguagem. E ambos, tratados mediante a exterioridade, não atingem o resultado esperado. Seria o fato de que a Verdade-Deus não é atingida pela exterioridade, sendo preciso e justificável recorrer ao desenvolvimento da interioridade.

Não basta o acesso ao conteúdo: é preciso compreendê-lo. Dito de outro modo, o homem pode ter acesso à Palavra, mas não viver segundo ela, por não a

compreender ou por não ter a percepção do significado disso para sua vida. Não percebe e não sente o poder divino em si, em seu mundo.

Por isso é preciso nos fazer convencidos da relação entre uma coisa e outra, isto é, do poder divino de criar tudo o que existe e também de possibilitar o conhecimento disso ao homem. Para tanto, é preciso interiorização, a fim de que percebamos os laços intrínsecos dos feitos e propósitos divinos.

Assim, por meio do diálogo, santo Agostinho põe por terra, um após o outro, os argumentos, as críticas, as restrições que se colocam ao seu pensamento ou formulação.

A escolha do diálogo como forma literária, como maneira para expor seu pensamento, não é gratuita. O diálogo tem o poder ou a intenção de convencer o leitor, considerando as possíveis observações que seriam feitas ao autor.

[...] ainda que a natureza do signo seja a remissão a outra coisa, ainda que sua pretensão natural seja comunicar, transmitir conhecimento, unindo um signo ao seu significado, tudo o que um signo faz por si mesmo, exatamente porque tem a propriedade da significação, é separar, isto é, duplicar-se em signo e significado. Desta forma, podemos começar a compreender por que a primeira parte do diálogo não era apenas um jogo com as palavras, mas um exercício preparatório para a segunda parte. Há uma perfeita continuidade entre ambas. A segunda parte representa uma completa inversão da perspectiva adotada até o capítulo nono. Ao examinar a linguagem, a primeira parte explora e esgota a tentativa de explicá-la dando privilégio à exterioridade; caberá então à segunda parte exhibir o subsolo de interioridade que a sustenta (NOVAES FILHO, 2009, p. 44-45).

A obra acima mencionada leva o leitor a inferir sobre o papel da linguagem no processo ensino-aprendizagem. Destaca, inicialmente, que a relação entre mestre e aluno coloca sempre em evidência as palavras ensinar e aprender. O diálogo salienta implicitamente importantes elementos para a questão da formação humana, começando pela distinção entre ensinar e aprender. O ensino permanece o tempo todo sobre a perspectiva do mestre mediante a utilização da fala, o qual comunica, transmite, questiona com a intenção de ensinar o que considera relevante sobre seu ponto de vista. A questão em destaque é o aprender, mas este permanece sem resposta. Isso reforça a máxima de que, para ensinar, precisamos aprender.

Ao relatar de forma mais detalhada ao seu filho a definição de linguagem, Agostinho deixa claro que ela é um conjunto de sinais e de sons que faz parte do

processo de aprendizagem. As palavras, ao serem ouvidas e compreendidas, são memorizadas e, quando se fala, a mente, além de pensar na palavra mencionada, pensa no objeto ou ideia que a palavra representa. Agostinho tematiza o problema da linguagem, cuja preocupação maior é o sentido da palavra e não somente a descrição de um fenômeno.

O autor discorre sobre a natureza do signo e destaca que as palavras são diferentes de acordo com o idioma de cada povo. Defende que o conhecimento ocorre de forma interior, mediado pelo mestre. Por meio do conhecimento prévio tem-se a possibilidade de alcançar o conhecimento na sua integralidade. A linguagem é o ponto de partida para mobilizar, despertar o indivíduo para a busca e a consolidação do conhecimento de um para o outro.

Importa destacarmos, em relação à capacidade humana de compreensão, alguns aspectos essenciais. Embora o homem se valha de inúmeros meios relevantes, para tornar possível o conhecimento humano, estes, na verdade, apenas concorrem para a promoção humana na medida em que sustentam a possibilidade do conhecimento progressivo, tomando como princípio as coisas que lhe são mais evidentes, entendidos como conhecimento prévio, em direção à Verdade. Nós, os homens, enquanto criação divina – imagem e semelhança do criador –, fomos dotados de capacidades próprias para nos aproximarmos da verdade.

[...] No que diz respeito a todas as coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, a qual soa por fora, mas a verdade que dentro de nós preside à própria mente, incitados talvez pelas palavras a consultá-la. Quem é consultado ensina verdadeiramente, e este é Cristo, que habita, como foi dito, no homem interior, isto é: a virtude incomutável de Deus e a sempiterna Sabedoria, que toda alma racional consulta, mas que se revela a cada um quanto é permitido pela sua própria boa ou má vontade. E se às vezes há enganos, isto não acontece por erro da verdade consultada, como não é por erro da luz externa que os olhos, volta e meia, se enganam: luz que confessamos consultar a respeito das coisas sensíveis, para que no-las mostre na proporção em que nos é permitido distingui-las (AGOSTINHO, 1973, p. 351).

Ademais, Cristo, mais que palavras, é a representação da sabedoria necessária aos homens para o bem viver. Feito exemplo, dispõe de humanidade e divindade, portanto, constitui-se como possibilidade concreta de conhecimento progressivo. A Verdade em Cristo se faz acessível a todos que, assim como Ele, dispõem de alma racional e livre-arbítrio para trilharem o caminho para a Verdade.

ADEODATO

– Eu, na verdade, pela admoestação das tuas palavras aprendi que estas não servem senão para estimular o homem a aprender, e que é já grande coisa se, através da palavra, transparece um pouquinho do pensamento de quem fala. Se, depois, foi dita a verdade, isto nê-lo pode ensinar somente Aquele que, falando por fora, avisa que habita dentro de nós; Aquele que, pela sua graça, hei de amar tanto mais ardorosamente quanto mais eu progredir no conhecimento. Mas nos confrontos dessa tua oração, que usaste sem interrupção, sou-te grato particularmente por isto: que ela previu e resolveu todas as objeções que estava preparado para fazer e nada foi por ti descurado daquilo que me tornava duvidoso e sobre o que não me responderia assim aquele secreto oráculo, como foi afirmado pelas tuas palavras (AGOSTINHO, 1973, p. 356).

Após longa discussão, pai e filho chegam à conclusão de que ensinamos por meio de sinais, sejam eles audíveis ou gestuais, e também o mesmo caso ocorre quando observamos as ações que podem ser efetuadas de imediato após determinada solicitação, por exemplo: comer, correr, andar, falar, entre outros comandos.

O inestimável talento demonstrado por Adeodato no diálogo, sua perspicácia e admirável inteligência nos fazem refletir quanto à chance de tratar-se de um interlocutor mais velho. Quanto a esse assunto, Ricci (1956, p. 325) afirma que

Adeodato se nos parece antes como a encarnação ideal e literária de um tipo de juvenzinho, que a conversão ao cristianismo e o batismo tornaram dócil e diligente, do que uma pessoa realmente vivida, tão grande é sua paixão de aprender tão alta disciplina e tal a qualidade dos sentimentos por ele expressos. Sem dúvida esta impressão, que pode surgir no leitor com facilidade, não pode ir além duma mera impressão, porque passando da leitura à primeira vista a uma compreensão atenta do escrito, poder-se-á observar claramente que se Adeodato demonstra excelentes faculdades de mente, não está absolutamente a salvo de certas características psicológicas estritamente próprias da idade de um adolescente que, como se sabe, é sempre oprimido por graves problemas e cheio de intuições muitas vêzes portadoras de uma luminosidade e exatidão que podem deixar atônitos os adultos.

Assim, por meio do exercício dialético, Adeodato mostra toda a sua capacidade de raciocínio, condizente com a ordem lógica do pensamento. Sua arma de combate – a dialética – está a serviço da fé, constituindo-se no instrumento necessário para bem a defender.

Agostinho discorre sobre a natureza do signo e destaca que as palavras são diferentes de acordo com o idioma de cada povo. Afirma que não é por meio da palavra que alcançamos o conhecimento das coisas, pois a possibilidade de conhecer ocorre de forma interior.

O diálogo que tem como interlocutores pai e filho (Adeodato) examina a fala enquanto ação significante, a finalidade da linguagem, a força interior e não apenas a palavra em sua dimensão interior. Já apresenta a questão a respeito das pretensões da linguagem: os sinais linguísticos ensinam algo sobre as coisas? Se com palavras só se aprendem palavras, como chegar à realidade mesma das coisas? A solução agostiniana dada ao problema é a conhecida metafísica da interioridade que tem suas próprias características: as palavras são sinais exteriores do conhecimento que é dado sempre pelo Mestre interior, identificado nessa obra com Cristo (ALVES, 2012, p. 83).

Nesse sentido, constatamos o poder das palavras do mestre, que não podem ser utilizadas simplesmente para transmitir um saber descritivo daquilo que o homem já sabe, elas precisam ser utilizadas de modo a instigá-los a pensar e buscar as relações que não estão tão evidentes, que se encontram nas entrelinhas. Os enganos não decorrem por erro da verdade consultada. Se nós somos dotados de potencialidades e condições para buscar a verdade à proporção que nos é permitido, certamente precisamos de uma devida atenção para não assumirmos posições que nos impediriam de prosseguir, tais como a recusa em realizar atividades e corresponder com as expectativas do professor. Isso evidencia, todavia, que os enganos advêm da própria conduta humana, do modo como o ser humano se posiciona e se relaciona consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

É importante destacar que a vastíssima obra de Agostinho nos concede uma rica contribuição para a educação. Isso porque o diálogo que tem como interlocutor pai e filho evidencia a importância da linguagem, as diversas formas de comunicação, o ensino e o aprendizado. Para santo Agostinho, não são as palavras que ensinam ao serem pronunciadas, mas sim a verdade interior.

Desse modo, é do Mestre interior que provém a 'iluminação'; do homem é exigido o acolhimento interior. Tal acolhimento se dá por meio do uso consciente da razão. A teoria da iluminação não representa uma invasão da mente humana por parte de uma potência divina. É um instrumento por meio do qual se realiza a verdadeira natureza mental do homem. O aprender se não é propriamente um recordar-se, é certamente um extrair de si mesmo e

da intimidade do próprio pensamento. Aqueles que aprendem, o fazem verdadeiramente ao considerar em si mesmos, através da contemplação da verdade interior, se as coisas ditas são verdadeiras. Aprendem quando verificam em sua interioridade que são verdadeiras as coisas ditas pelo Mestre (ALVES, 2012, p. 85).

Na citação acima podemos inferir que o verdadeiro mestre é o interior (Deus); já o mestre terreno tem a função de estimular seu discípulo a encontrar o conhecimento que já possui de modo infuso, por meio da iluminação do próprio Deus.

Quanto às coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, que é exterior, mas a verdade que dentro de nós reside, em nossa mente, estimulados talvez pelas palavras a consultá-la. Quem é consultado ensina em verdade, e este é o Cristo que habita, como foi dito, no homem interior, isto é, a virtude única de Deus e a eterna Sabedoria, que toda alma racional consulta, mas que se revela ao homem na medida de sua própria boa ou má vontade (AGOSTINHO, 2008, p. 401).

Nesse sentido, Agostinho acredita que Deus ilumina por meio do uso consciente da razão e permite aos homens recordar-se do conhecimento. Dito de outro modo, a inteligência não seria capaz de descobrir verdade essencial nenhuma sem a iluminação eterna de Cristo. Desde que o mestre esteja falando a verdade. Santo Agostinho acreditava que, quando o homem domina seu corpo, ele tem a possibilidade de caminhar rumo a um processo formativo santificador, pois Deus seria a fonte do verdadeiro conhecimento.

[...] não chame ninguém de mestre na terra, pois o verdadeiro e único Mestre de todos está no céu. E o que há nos céus, no-lo ensinará. Aquele que, por meio dos homens, também nos admoesta com sinais exteriores, para que, voltados para Ele interiormente, sejamos instruídos (AGOSTINHO, 2008, p. 409).

Para o autor em evidência, encontraremos o verdadeiro conhecimento ao ignorarmos a materialidade e buscarmos a interioridade. Nesse contexto, somente Cristo poderia ser chamado de Mestre, uma vez que os mestres terrenos exerciam a função de incitar seus alunos a alcançarem a Verdade em seu interior. Agostinho preconizava a importância da formação humana e integral para o desenvolvimento do indivíduo, bem como o fato de sermos criteriosos no entendimento das palavras.

Essas constatações também foram ressaltadas por Novaes Filho:

Os argumentos exploram diferentes classes gramaticais, para mostrar que as palavras sempre podem ser tomadas como nomes, em função de regras igualmente tomadas à gramática. O resultado será antigramatical, porque negará a pertinência estrita das classes de palavras, embora apoiado no artifício de argumentar com base em regras escolares simples. Com efeito, aplicando aquelas regras, Agostinho mostra que qualquer palavra pode ser tomada 'gramaticalmente' como nome. O sentido geral da argumentação consiste em mostrar que cada palavra requer atenção ao arco que une todo e qualquer vocábulo a um significado que ele nomeia, para além do universo estrito das palavras. Por isto as regras escolares são importantes, ao mostrarem que mesmo certas palavras, tais como conjunções e advérbios, que só teriam referência ao interior do universo linguístico, na verdade requerem a atenção a um significado que está além delas mesmas como signos (NOVAES FILHO, 2009, p. 56).

Constatamos nessa citação a preocupação com o domínio da palavra para a busca da sabedoria. Nesse sentido, o papel do professor é de suma importância para a qualidade do ensino e, apesar do hiponense ser um teólogo cristão, seus escritos permitem que o professor fundamente sua prática pedagógica na pesquisa, no domínio da linguagem para alcançar a beatitude e a formação humana e integral.

[...] o professor não deve olhar para a própria exposição da matéria, como se ela devesse aparecer aos próprios olhos como um modelo artístico de explanação. Ao contrário, deve apagar-se, sob tal aspecto, diante dos seus ouvintes, ficando satisfeito, desde que se faça entender por eles. Desse modo, diz Santo Agostinho, o êxito do ensino depende em boa parte do professor que deve trabalhar com alegria, pois isso ajuda os alunos a se tornarem receptivos, e torna a exposição agradável. Às vezes, pode acontecer que haja entre os alunos alguns muitos eruditos e que, por alguma razão, se tornaram ouvintes. Nesse caso, o professor não deve preocupar-se. Fale, como se estivesse a lidar com pessoas que ignoram o assunto das lições; toque de leve nos temas já conhecidos e exponha com calma o que, de regra, se propõe aos incultos e aos ignorantes. Desse modo, o aluno erudito não deixa de tirar proveito da aula, uma vez que relembrou o que sabia e aprendeu algo que ignorava (NUNES, 1978, p. 222).

Cabe, ademais, observar aspectos pedagógicos de santo Agostinho e como ocorria o processo ensino-aprendizagem entre ele e seu filho. Na obra *De Magistro* ele analisa a prática pedagógica utilizada para saber como seu filho adquiria o conhecimento.

Em suma, o conhecimento do significado (res) é condição para o conhecimento da significação do signum. O gesto pode permitir não

o conhecimento da coisa significada, mas apenas a associação entre a coisa e a palavra, signo sonoro empregado para significá-la. Agostinho quer dar outro rumo à associação das coisas aos seus signos. Existe sim uma relação, embora nada se aprenda com signos. Trata-se na verdade de aprofundar a nova tese. De um lado: os signos é que são apreendidos graças à visão das coisas, ao conhecimento das coisas. De outro: de onde vem o conhecimento das coisas? Até agora nos perguntamos se os signos ensinavam coisas, isto é, se o conhecimento das coisas dependia dos respectivos signos. Agora, a recusa completa dessa idéia dá lugar a uma inversão: é o conhecimento das coisas que assegura valor aos signos (NOVAES FILHO, 2009, p. 70).

De acordo com Novaes Filho, Agostinho postulava que nada se pode ensinar com signos.

Se é o conhecimento do significado o que leva ao conhecimento dos signos, isso requer então que seja abandonada a procura na exterioridade, para inquirir a presença interior de conhecimento, até aqui apenas indicada pela experiência do insucesso das palavras (NOVAES FILHO, 2009, p. 56).

As palavras são úteis, no entanto, pois, se não tivermos domínio delas, não teremos conhecimento.

Qual então o valor das palavras, se nada ensinam? Assim como procede contra o maniqueísmo, Agostinho também aqui não condena a finitude como portadora de um mal intrínseco; o papel da filosofia é conhecer os limites e procurar na finitude um ponto de apoio para ir além. O papel das palavras, agora fica limitado a advertir, incitar a atenção a considerar, a procurar. Mas se a coisa mesma não for vista, apreendida, não há conhecimento. Por quê? Porque só ensina aquele que apresenta a coisa mesma. Esta é exigência para reconhecer alguém que ensine: é preciso que esse alguém apresente aos sentidos ou à mente aquilo que se quer conhecer (NOVAES FILHO, 2009, p. 79).

A palavra por si só nos estimula que procuremos o significado das coisas. O discípulo aprende, quando reflete sobre as palavras do mestre, e o encaminhamento argumentativo do debate nos faz refletir sobre os aspectos metodológicos das aulas. Em outras palavras, “O professor deve procurar, sim, descer das alturas do pensamento ou das ambições culturais até o nível dos seus ouvintes, tratando de se fazer entender, de falar com clareza, e de explicar qualquer dificuldade encontrada pelos alunos” (NUNES, 1978, p. 223).

O pensamento deve ser sempre estimulado e desenvolvido, com o intuito de promover as potencialidades de nossos educandos na totalidade. Analisemos este excerto de Novaes:

A conclusão do *De magistro* quer ser apenas, ela também, uma advertência, um signo para a identificação dessa verdade interior com o Cristo, verdade, força e sabedoria. A princípio, isso se baseia a autoridade escriturária: Primeira Epístola aos Coríntios 1, 24. A importância desta passagem está em que as palavras apenas advertem para o Cristo, única caução do conhecimento. O diálogo como um todo quer mostrar a necessidade de uma presença, que preenche uma carência e restitui sentido a tentativas fracassadas. Há uma distância, mas também há conhecimento. Ora, uma vez que não é intenção da filosofia agostiniana fazer com que o exame dos limites da linguagem resulte na sua completa desvalorização, foi imperativo procurar outro sentido para as palavras. Esse sentido será a sua utilidade [...] (NOVAES FILHO, 2009, p. 85).

De Magistro explica o conhecimento humano pela teoria da Iluminação. A nossa consciência, quando elabora seus conceitos, não está fazendo uma abstração a partir da realidade, nem está tendo a lembrança de uma ideia preexistente divina. O verdadeiro conhecimento só pode ser buscado por meio da comunicação que tem como objetivo a busca da Verdade interior.

Nesse exercício, segundo o entendimento agostiniano, ninguém é digno de ser chamado de mestre, pois somente Cristo é o único mestre dos homens.

[...] Nesta obra sobre o *Mestre*, Santo Agostinho ensina sem rebuscos que o homem só aprende quando é iluminado interiormente pelo Mestre que é Cristo, a luz interior da verdade que ensina e esclarece o homem interior. Assim, o ouvinte ou o aluno conhece a verdade não por meio das palavras exteriores dos professores e dos pregadores, mas através da contemplação exercida pelo olho secreto e simples da mente, ao apreender as próprias coisas na sua verdade essencial que Deus lhes desvenda. As palavras só servem de advertência e estímulo, pois Cristo é o verdadeiro e único Mestre da Verdade. Como explica Santo Agostinho no *Sermão 179*, o pregador que não escuta o Mestre Interior não passa de inútil e extrínseco pregador, pois no interior da alma somos todos ouvintes, *in corde, in mente*¹⁶, onde Deus verdadeiramente nos ensina. Aliás, no *Sermão 23* diz Agostinho que o magistério é perigoso, enquanto o discipulado é seguro, uma vez que devemos reconhecer sermos todos nós, os que falamos e os que ouvimos, os que ensinamos e os que aprendemos, apenas condiscipulos aos pés do Mestre que é Cristo... (NUNES, 1978, p. 220-221).

¹⁶ in corde, in mente (em seu coração, em sua mente) (Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

Nesse excerto fica evidente a influência de Platão, exercida sobre o mestre de Hipona. No decorrer do diálogo, o discípulo é advertido que o ensino se dá pela busca do conhecimento que já está dado em seu interior. Contudo o autor em evidência ressalta que a comunicação serve para lembrar as pessoas do conhecimento que possuem no seu interior.

Os escritos agostinianos se aproximam da teoria da reminiscência, de Platão, ao distinguir dois tipos de conhecimento: o sensível e o inteligível, sendo que o primeiro é compreendido pelos sentidos, já o segundo é alcançado por meio da elevação das coisas múltiplas e mutáveis às ideias unas e imutáveis, cujo objetivo maior é a busca do Bem Supremo: o Deus de Platão. Pelo fato de Agostinho ser adepto da teoria cristã, ele defende que o conhecimento ocorre graças à iluminação divina, pois ele não concorda com a pré-existência da alma.

No percurso para atingir o conhecimento, nesse esforço intelectual de inteligência, nossa consciência recebe uma influência divina; e é graças à bondade de Deus que compartilhamos a consciência divina. Assim, elaboramos o conteúdo do conceito que tentamos apreender.

Ensina Santo Agostinho que o homem é dotado de razão, poder espiritual que se distingue conforme os objetos do conhecimento. Assim, a razão é inferior, enquanto conhece o mundo sensível e corporal, e é superior, desde que se volte para o conhecimento do que é inteligível e eterno. Da razão inferior procede a ciência, e da superior, a sabedoria. Acontece que o ser divino e a coisas eternas excedem a capacidade intelectual do homem, o âmbito da razão superior. Daí o recurso de Agostinho à metáfora da *iluminação*, que caracteriza a intervenção divina quanto à razão. Desse modo, Deus é comparado ao sol nos *Solilóquios* (I, 8, 15), é a luz que ilumina a inteligência humana [...] (NUNES, 1978, p. 219).

Nessa sua concepção do processo do conhecimento, Agostinho chama a atenção para o fato de que o conhecimento racional é subordinado à fé. A razão deve ser vista como um auxílio a mais, dado pela divindade, mas o que Deus realmente quer é a aceitação pela fé. A razão passa a ser um instrumento que subsidiará o homem. Estabelecendo um paralelo com a educação, os recursos da linguagem têm papel preponderante no auxílio ao homem para organizar seus conhecimentos.

O ideal de Agostinho, nessa época, era a 'lâmparina': um intelecto refulgente de verdade, instalado num corpo reduzido à completa submissão. Para sua congregação, ele era e continuou a ser o homem que sabia. Sabia dizer-lhes os sentidos ocultos da Bíblia. Sabia desenredar o significado de um número. Sabia cumprir imediatamente a promessa de responder às críticas maniqueístas ao Velho Testamento. Mantinha-se sempre claro, questionando e gesticulando para transmitir seu significado mais íntimo, sem que nunca lhe faltassem palavras [...] (BROWN, 2005, p. 175).

Para santo Agostinho, a educação deve ser o esforço da essência humana, responsável por levar o homem à perfeição e, assim, aproximá-lo de Deus. É, portanto, uma educação integralmente voltada para o aprimoramento religioso e espiritual do homem, sem nenhuma finalidade política, econômica ou social, como explica Peter Brown.

De Cassiciaco, Agostinho advogou nada menos do que um programa intelectual, que se afigurava a seus admiradores como 'uma visão verdadeiramente grandiosa do trabalho de uma vida'. Não era um programa original. Foi apenas proposto de forma particularmente extremada. O primeiro requisito de Agostinho era a disciplina. Para responder a indagações metafísicas e contemplar 'tal Deus', a mente precisava receber uma formação adequada, uma *eruditio*¹⁷ [...] (BROWN, 2005, p. 147).

É uma pedagogia a serviço do desenvolvimento da fé e da espiritualidade do homem. O pensamento de Agostinho se torna as bases filosóficas éticas do pensamento ocidental. Atribuem-se a ele a criação do primeiro currículo e a normatização do ensino. Foi também o primeiro filósofo a escrever um tratado especial sobre educação, como podemos observar na citação abaixo:

Ao apresentar um roteiro de como se tornar cristão, Agostinho nos brinda com um verdadeiro programa de estudos, necessários, em nosso entender, para qualquer aprendizagem e que independe da época em que o estudo se realiza. O autor destaca a importância da linguagem, do conhecimento da escrita, portanto, das letras, da necessidade do aprendizado do cálculo, de se entender a música, de se conhecer as instituições nas quais e para quais se realizam determinados estudos, de se conhecer a língua na qual o estudo está sendo realizado. Dentro deste aspecto, destaca a precaução necessária em relação às traduções. Do ponto de vista agostiniano, saber a língua na qual o texto foi escrito é condição para o bom entendimento da mensagem contida no mesmo [...]. Na verdade, a

¹⁷ Eruditio- aprendizagem. Fonte: Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

preocupação de Agostinho perdura até os tempos atuais e é constante no ensino e na leitura. Com efeito, a maioria dos nossos alunos não conhece as línguas originais nas quais os autores apresentam suas formulações, dependendo sempre dos tradutores que, em última instância, para verterem os escritos para nossa língua também interpretam e modificam muitas vezes o significado das palavras. Acabamos por ler o que o tradutor interpretou e não, efetivamente, o que o autor escreveu (OLIVEIRA, 2008, p. 6).

Santo Agostinho defendia o conhecimento clássico, com o propósito de cultivar a sabedoria, incorporando-a, buscando-a efetivamente. Podemos considerá-lo um dos maiores teóricos e legitimadores da doutrina cristã. É importante destacar que, no contexto histórico em que esse religioso estava inserido, a ação unificadora da Igreja foi essencial para a manutenção da sociedade.

Para Santo Agostinho a formação integral do cristão passava pelo conhecimento formal de leitura, de escrita, por uma compreensão que era fundamentada no *Trivium* e no *Quadrivium*. Para esse autor o discurso deveria ser elaborado mediante a formalidade da retórica, para tanto era necessário articular a gramática e a lógica, ou seja, deveria contemplar o conhecimento do *Trivium*. Sem, no entanto, desvalorizar o conhecimento das disciplinas que compõem o *Quadrivium*, aritmética, geometria, astronomia e música, que se constituíam em um conjunto de conhecimentos considerados externos ao pensamento, porém necessários à compreensão das Escrituras. Santo Agostinho procurou articular o ensino de modo a alcançar o propósito de divulgar ao povo a sua proposta mediante o conhecimento clássico (PEINADO, 2009, p. 274).

O teólogo em destaque, evidencia que a formação humana e integral perpassam o domínio das disciplinas que compõem o *Trivium* e *Quadrivium*, pois favorecia a formação do pensamento e da linguagem do cristão. No que diz respeito ao projeto de educação cristã, de Agostinho, ele evidencia a importância da formação. Para ele, o indivíduo se tornava cristão somente com a conversão e defendia que era preciso entender e decodificar a Sagrada Escritura.

A proposta de pesquisa, *As reflexões de Agostinho em De Magistro: Contribuições para a formação docente*, voltada para a perspectiva do aprimoramento das relações humanas, partiu de uma série de inquietações sempre presentes em nossas percepções e reflexões da realidade. Postulamos como relevante buscar compreender e significar o aprimoramento das relações humanas em momentos históricos distintos, por serem constitutivos da humanização.

4.1.2.3 As reflexões de Agostinho em *De Magistro*: contribuições para a formação docente

Em Agostinho é muito evidente a questão da busca pelo saber. Não há espaço para o discurso unívoco, de uma verdade pronta e acabada. A Verdade nos é oportunizada mediante os sinais e a capacidade humana de lê-los e também de criar sinais (convenção) que nos permitam uma compreensão de nós mesmos e do mundo, numa perspectiva de totalidade. Tais sinais apresentam-se numa dimensão exterior a ser considerada, ampliada para além das aparências, onde se encontra a verdade.

[...] Com as palavras não aprendemos senão palavras; antes, o som e o ruído das palavras, porque, se o que não é sinal não pode ser palavra, não sei também como possa ser palavra, aquilo que ouvi pronunciado como palavra enquanto não lhe conhecer o significado. Só depois de conhecer as coisas se consegue, portanto, o conhecimento completo das palavras [...] (AGOSTINHO, 1973, p. 350).

Falamos de Deus, expressamo-Lo por meio de palavras, mas não O conhecemos verdadeiramente, “só depois de conhecer as coisas se consegue, o conhecimento completo das palavras”, portanto, nenhum homem é detentor da verdade absoluta, Deus não é sinal, Ele está em tudo e é tudo. Nesse sentido, institui-se a perspectiva de conhecimento ilimitado e da necessidade de jamais se cessar a busca, ou assumir uma ideia e uma conduta unívoca. Não temos como provar a existência da Verdade, mas, pelo que dela sabemos e sentimos, deveríamos desejar mais dela desfrutar.

Mas também aqui nosso interlocutor conhece o que eu digo pela sua própria contemplação, e não mediante minhas palavras, posto que ele também veja por si a mesma coisa com olhos interiores e simples. Portanto, nem sequer a este, que vê as coisas na verdade, ensino algo dizendo-lhe a verdade, uma vez que não aprende pelas minhas palavras, mas pelas próprias coisas que Deus a ele revela em seu interior; e ele, interrogado sobre elas, sem mais, poderia responder (AGOSTINHO, 2008, p. 403).

Precisamos considerar Agostinho um intelectual cristão, que se fundamenta no princípio de que a plenitude humana sustenta-se pelo conhecimento, pela busca e vivência da Verdade, isto é, Deus. Este, entretanto, apresenta-se como uma realidade presente no mundo material, mas essencialmente abstrata, isto é, a essência encontra-se nas coisas, mas a materialidade de certa forma dificulta a apreensão dessa essência.

O trecho abaixo corrobora a ideia de troca entre os sujeitos e também enfatiza o processo de construção do conhecimento por parte do indivíduo, e não de um detentor e transmissor de um conhecimento acabado.

– Sem dúvida resumiste bastante bem tudo o que eu queria, e confesso-te que todas estas distinções me parecem mais claras agora do que quando, indagando e disputando, ambos as tirávamos de não sei que esconderijos. Porém, aonde eu deseje chegar contigo por meio de tantas voltas e rodeios é difícil dizer neste momento. Talvez penses que, ou nos divertimos, ou afastamos a mente das coisas sérias com questões pueris, procurando, quando muito, uma utilidade qualquer, pequena e medíocre que seja, pois, se destas discussões tivesse de sair algo de grande ou de importante, gostarias de sabê-lo já, ou, ao menos, ouvir disto um aceno. Eu, porém, desejaria, antes de mais nada, que não julgasses que quis, com esta conversação, fazer uma brincadeira inoportuna: embora às vezes brincássemos, a minha brincadeira jamais poderá ser considerada infantil e eu nunca pensei em bens pequenos e medíocres. No entanto, se te dissesse que é precisamente a vida bem-aventurada e sempiterna o lugar aonde, sob a guia de Deus, isto é, da própria verdade, pretendia chegar com passos de certa maneira ajustados ao nosso pé mal firme se teria medo de parecer ridículo por haver começado percorrendo caminho tão longo, não em consideração às próprias coisas que são significadas, mas aos sinais. Espero que me perdoes, portanto, se quis fazer contigo uma espécie de prelúdio, não para brincar, e sim para treinar as forças e a agudeza da mente graças às quais possamos depois não só suportar, senão ainda amar a luz e o calor daquela região onde se encontra a vida bem-aventurada (AGOSTINHO, 1973, p. 340-341).

Embora ensinar e aprender não sejam tarefas simples, o relacionamento entre os sujeitos deve se dar de forma lúdica e agradável. Nessa prática, o objetivo geral, segundo as orientações de Agostinho, consolida-se na busca pela Verdade, tendo em vista encontrar a felicidade, o propósito maior de toda a vida humana. Também se aponta a importância do processo que vai, gradativamente, do que é tido como mais simples até o que é mais complexo, do concreto ao abstrato, das partes para o todo. Atingir o complexo exige capacidades já desenvolvidas, como a

percepção, a atenção, a memória, a síntese mais elaborada como ponto de partida de uma nova etapa.

Os sinais são diversos, estão no mundo sensível, cabe ao homem percebê-los, analisá-los. A linguagem auxilia nessa etapa, mas em dado momento ela se mostrará insuficiente. Quando rezamos, não estamos sozinhos: existe uma relação entre Deus e quem reza, em que Deus é quem ensina e quem aprende é o indivíduo. Podemos observar tal constatação no trecho abaixo:

– Tenho a impressão de que não sabes que, se nos foi ordenado rezar em lugares fechados, expressão que significa o espaço secreto da alma o foi porque Deus não quer ser lembrado de algo ou ensinado por nossas palavras, para conceder-nos o que desejamos. Quem fala, pois, dá exteriormente o sinal da sua vontade por meio da articulação do som: mas devemos procurar Deus e suplicar-lhe no mais íntimo recesso da alma racional que se denomina o homem interior; quis Ele que fosse este o seu templo. Não leste no Apóstolo: ‘Não sabeis que sois o templo de Deus e que o espírito de Deus habita em vós’ e que ‘Cristo habita no homem interior?’ E não reparaste no que diz o Profeta: ‘Falai dentro dos vossos corações e nos vossos leitos arrependei-vos: ofereci os sacrifícios da justiça e confiai no Senhor?’ (AGOSTINHO, 1973, p. 324).

Nesse contexto, Cristo, ao se tornar homem como nós, de forma intencional, firma um compromisso com suas criaturas para que elas também possam desfrutar do bem. Ele habita no homem interior, constitui-se, assim, numa prova do amor e de bondade Suprema, o exemplo a ser seguido; e, acima de tudo, o caminho único para a Verdade.

O mestre de Hipona justifica a interioridade, o conhecer a si, o buscar em si o conhecimento. Agostinho reforça ainda a importância de compreender o passado, de buscar a compreensão não apenas no que é atual, mas estabelecer a ligação por meio do conhecimento acumulado. Tal caminho favorece a visão de totalidade.

‘Onde crês que se podem oferecer os sacrifícios da justiça a não ser no templo da mente e no íntimo do coração?’ Onde se fizer o sacrifício, aí também se há de orar. Por isso não são de mister palavras quando rezamos, isto é, palavras soantes, exceto, talvez, no caso do sacerdote que expressa pela palavra o seu pensamento, mas não para que Deus, e sim os homens ouçam, e, por meio do consentimento na recordação, sejam elevados até Deus. Ou não pensas assim? (AGOSTINHO, 1973, p. 324).

Além do discurso, o indivíduo precisa estar envolvido com a ação efetiva, percorrendo a via que vai da mente ao coração, juntando a racionalidade e a sensibilidade, o rigor e o amor em seu agir, proporcionando a prática coerente com suas palavras.

Em suas *Confissões*, ele relata:

[...] Existo, conheço e quero. Existo sabendo e querendo; e sei que existo e quero; e quero existir e saber. Repare, como a vida é inseparável nestes três conceitos: uma só vida, uma só inteligência, uma só essência, sem que seja possível operar uma distinção, que, apesar de tudo, existe (AGOSTINHO, 1973, p. 293).

Nessa citação a questão da totalidade é abordada, em oposição à visão de fragmentação; também se destaca a valorização do ser humano. Também nos remete a refletir sobre a ignorância, característica responsável por levar o homem ao engano. De modo geral, aquele que acredita ser o detentor da verdade absoluta nada sabe perante a sabedoria divina. Na verdade, torna-se um arrogante e disseminador de ideias e ações que muitas vezes, em determinadas situações, não contribuem para a vida e a sociedade.

O que importa é o desenvolvimento do intelecto humano como condição para que o homem possa lidar com as problemáticas e necessidades de seu contexto histórico. A educação precisa acompanhar as transformações sociais, oportunizando aos homens o desenvolvimento de suas potencialidades. Não podemos nos utilizar de práticas pedagógicas ultrapassadas, que não são voltadas para suprir as necessidades atuais. Os autores antigos apresentam essa capacidade de leitura que nos falta hoje. Isso é ressaltado aqui na medida em que a obra enfatiza a importância do aprendiz e do mestre, este interessado na busca da verdade, detentor de conhecimento fundamentado e de habilidade para conduzir o ensino dialeticamente, considerando o que aquele já sabe, procurando ampliar esse saber.

O capítulo VII de *De Magistro* visa corroborar a questão da construção do conhecimento pelo sujeito. Se considerarmos a teoria histórico-crítica, que se fundamenta na síncrese, análise e síntese, Adeodato chega a uma síntese, mas o processo do conhecimento não se fecha (ideia de espiral), constituindo, assim, o mecanismo dialético. No diálogo travado entre pai e filho, o momento de avaliação surge como uma oportunidade de mostrar o que foi aprendido, ou seja, uma síntese elaborada pelo aprendiz.

O mundo concreto e a percepção que dele fazemos, por assim dizer, são pontos de partida para a aquisição do conhecimento, porém o grande problema instaura-se a partir do momento em que validamos essa perspectiva como uma fonte de conhecimento segura, pronta e acabada. Isso acaba limitando o ser humano e a sociedade, pois, dessa forma, nossa investigação restringe-se apenas à superficialidade. Não podemos nos contentar com a leitura e a descrição daquilo que nos é aparente em nossa realidade.

O ideal de educação, acentuado na Antiguidade, portanto, ampara-se sobre a busca e a construção de uma compreensão sobre a totalidade da realidade, para além das aparências. Assim sendo, o ponto de partida é o conhecimento de que dispomos sobre a realidade aparente, mas este precisa ser ampliado.

A Verdade máxima, dentro do contexto abordado, é Deus. Ele encontra-se em tudo. De todo modo, temos que considerar certa relação, a saber, entre terra e céu, matéria e espírito, homem e Deus, que muitas vezes se dá de forma hierárquica. Logo, não podemos ter acesso direto à Verdade, mas gradualmente. O teólogo em destaque preconizava que o conhecimento do mestre deveria ser fundamentado, mediante a Palavra contida na Sagrada Escritura.

O desenvolvimento do intelecto é condição para a aprendizagem, mas é necessário partir do concreto em direção ao abstrato (essência), evidenciando elementos essenciais: como, por exemplo, a percepção de mundo do aprendiz e do mestre. O professor é um mediador que precisa assumir o compromisso com o desenvolvimento da autonomia do aprendiz. Partindo desse pressuposto, acentuamos que o mestre precisa dominar sua disciplina com propriedade para poder ensinar, destacamos também a questão da fonte sobre a qual o mestre estuda. E, por fim, a importância do diálogo intencional, tanto para extrair o que o aprendiz já sabe quanto para que ele perceba aquilo que ignora e que diz respeito às suas limitações, como também ao seu mundo como algo indispensável para o bem viver.

Ademais, Agostinho acreditava que a bondade do Pai extrapola o princípio da criação, pois, vendo sua criação em condições de vida insatisfatória, Ele nos envia Jesus, realidade mais acessível que temos da Verdade-Deus. Jesus Cristo, de essência divina como o Pai, viveu como homem tal qual nós. Nele se encontram os princípios divinos e também as tormentas humanas, sendo ele, portanto, exemplo de vida e sabedoria, caminho para a Verdade Suprema.

Isso nos foi legado como Palavra, na Sagrada Escritura. Conteúdo a que temos acesso, mas não podemos tomar como uma verdade pronta e acabada, a ser transmitida de forma linear pelo mestre, precisamos construí-la. Como criação divina participamos da Verdade, logo, o acesso a Ela depende da busca interior, o sujeito precisa querer.

Assim, deparamo-nos com a questão do ensino e da aprendizagem. O homem não pode se contentar com a ideia de uma verdade pronta a ser transmitida, a qual será reproduzida. É preciso entender a relação do conteúdo consigo, tornar essa relação explícita é a tarefa maior do mestre, pois ela é mola propulsora para o despertar do interesse do aprendiz.

O verdadeiro conhecimento só é atingido, quando há a compreensão do conteúdo pelo aprendiz, de modo que ele passe a utilizá-lo em sua vida com discernimento. Não basta citarmos e repetirmos um conhecimento sem que tenhamos um entendimento dele. Nesse sentido, temos que atentar para a importância da linguagem, para o uso dos signos para expressar o significado. Esses são caracterizados pelos signos naturais – a significação repousa sobre uma relação intrínseca, que independe da ação humana; tal constatação comprovamos ao analisar as marcas no casco da tartaruga que expressam a idade desta. Em se tratando dos signos instituídos, observamos que a significação repousa sobre a convenção humana.

O signo pode tanto ser considerado e estudado em si mesmo, isto é, como coisa, quanto também como aquele que remete à coisa que ele representa. Nesse sentido, o próprio homem é um signo. Imagem e semelhança do Pai, e o Pai, retratado no Filho, possibilita o acesso à Verdade. Agostinho estabelece relação entre signo e ideia e enfatiza o termo ideia como um elemento epistemológico do pensamento clássico que remonta a Platão. Também ressaltamos o trabalho de adaptação, feito pelos teólogos do cristianismo, do pensamento grego ao cristão.

O que são as ideias senão a representação dentro de nós daquilo que se passa fora de nós? Platão recorre em seus diálogos a exemplos matemáticos para comprovar que o conhecimento e a exatidão extrapolam o plano das aparências. De todo modo, o acesso a Verdade-Deus se sustenta de certa forma por esse caminho, isto é, não temos acesso a Deus com exatidão, mas temos condição de apreendê-Lo, somente mediante o desenvolvimento do intelecto humano. Buscar assemelhar-

se cada vez mais com o Pai que dispõe de Sabedoria plena e age com bondade para que suas criaturas desfrutem com Ele dessas maravilhas.

Interessante observar que, em se tratando de professor e aluno, a discussão dos dois coloca em evidência situações peculiares, aspectos que revelam, do nosso ponto de vista, que o docente, ao ensinar, também aprende, para estimular seu filho na apropriação do conhecimento. A metodologia utilizada pelo hiponense é o debate e a dialogicidade. Ela faz toda a diferença nesse processo, é o que subsidia a apropriação do conceito por seu filho. Sendo assim, percebemos que não podemos nos fundamentar num trabalho pautado em receitas prontas ou discursos do outro. Por isso o profissional da educação, além de dominar seu conteúdo disciplinar de forma plausível, tem que se inteirar dos processos de cognição que permeiam determinado ensino. Utilizando a ironia, com frequência Agostinho sentia-se admirado pela perspicácia do *loquendi causas constituo, aut ut doceamus, aut ut commemoremus vel alios vel nosmetipsos*.¹⁸ (*De Mag.* I, 1. 38). Poderíamos encontrar eco nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 23) “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Essa constatação nos permite o entendimento de que é refutada a conclusão inicial feita por Adeodato e Agostinho quanto ao fato de que, ao falarmos ou ensinamos ou aprendemos. Após acirrada discussão o filho concorda com o pai que ao se falar se ensina ou suscita-se recordação nos outros ou em nós.

Nesse sentido, na contemporaneidade é imprescindível que o professor domine as palavras para proporcionar qualidade de ensino e, em consequência disso, dominar os mecanismos para fazer com que o aluno, além de discutir e proporcionar atividades que estimulem a busca do desenvolvimento das suas capacidades de comunicação, da criatividade, da autonomia intelectual, na superação de desafios.

Esse professor procurava fazer com que seu aluno tivesse o entendimento de determinado conceito na totalidade e, para atingir tal feito, não o bombardeava com

¹⁸ “para falar da causa, ou para ser ensinada, ou outros, e nós mesmos como a sua atenção”. Fonte: Disponível em: <<https://translate.google.com.br/m/translate?hl=pt-BR#la/pt/in%20corde%2C%20in%20mente>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

conteúdo em excesso, mas priorizava qualidade em oposição à quantidade e auxiliava na resolução de dificuldades.

A partir dessa premissa, Nunes nos relata que,

Em primeiro lugar, diz ele, o professor pode ficar com a impressão de que sua aula parece vulgar e sem brilho. Ele deve reparar que essa impressão suscitada em seu próprio espírito pelo desejo, talvez, de excessiva perfeição. Ora, o remédio para isso é combater essa falsa impressão, pois a aula só estaria deixando a desejar se os alunos o manifestassem. O professor deve procurar, sim, descer das alturas do pensamento ou das suas ambições culturais até o nível dos seus ouvintes, tratando de se fazer entender, de falar com clareza, e de explicar qualquer dificuldade encontrada pelos alunos (NUNES, 1978, p. 223).

Outro exemplo de grande relevância para a educação é a introdução da ideia do professor respondendo às dúvidas dos alunos com paciência e dedicação, mesmo que em determinadas situações fosse interrompido. Analisando o excerto acima, constatamos que o professor, além de dominar o conteúdo de sua disciplina, deve entender os fundamentos legais da educação, bem como as estratégias mais eficazes para atingir os objetivos elencados durante o processo ensino-aprendizagem.

A segunda causa do enfado é que o professor se encanta com os próprios pensamentos e se aborrece por ser obrigado a falar, a expor o que pensa. Outras vezes, lamenta o tempo perdido com a exposição, pois mais lhe valeria ficar a ler um bom livro ou entregue à reflexão. Ora, o remédio para isso é lembrar-se o professor de que seu papel é ensinar e não permanecer alheio à classe em atitude narcisista. Tudo sairá bem se ele empregar os meios convenientes para ensinar a verdade das coisas ou dos acontecimentos por meio das palavras. O professor desempenha um papel social de relevo e, com as aulas, não deve pretender a glória pessoal ou o aplauso dos sábios. A sua tarefa pode parecer rotineira e está constantemente ameaçada pela preguiça pessoal ou pelo peso da monotonia, mas ele sempre poderá desempenhá-la a contento (NUNES, 1978, p. 223).

Outro exemplo de grande relevância é a introdução da ideia do professor respondendo as dúvidas dos alunos com paciência e dedicação, mesmo ao ser interrompido, procurando fazer com que seu aluno tenha o entendimento de determinado conceito na sua essência e, para atingir tal feito, sugere que não ocorra o bombardeamento de seu discípulo com conteúdo em excesso, priorizando

qualidade em oposição à quantidade. Além disso, o teólogo cristão defendia a resolução das dificuldades do aluno com muita resiliência.

A educação escolar deveria ser mediadora de desenvolvimento psíquico. Nem toda aprendizagem promove o desenvolvimento, pois este requer a transformação do psiquismo. Se partirmos do pressuposto de que mediar é ressignificar o objeto, é preciso disponibilizar meios adequados para que ocorra a mediação necessária. O ensino do conceito é um processo que se complexifica, contudo ter o domínio do verdadeiro conceito é essencial.

Em terceiro lugar, há professores que se lamentam por terem de voltar todos os anos, e constantemente, aos mesmos assuntos, pois o programa permanece, de certa forma, quase invariável diante das gerações sucessivas de alunos. Para isso, diz Agostinho, o grande remédio é 'adaptar-nos aos nossos ouvintes com amor fraterno, paterno e materno', pois se tivermos em mira o seu bem, e os estimarmos, os temas sempre nos parecerão novos, tal é o poder do amor! (NUNES, 1978, p. 223).

Temos que sair da nossa zona de conforto. O professor tem que estar em constante pesquisa, formação com o intuito de desenvolver as capacidades psíquicas superiores. O desenvolvimento das funções superiores demanda a internalização de signos.

Às vezes, acontece que não estamos dispostos a dar aula, e teríamos preferido ficar em casa a ler ou a fazer qualquer outra coisa e, no entanto, o dever nos chama e temos de fazer a nossa exposição ou dar explicações. O resultado é que estas não saem brilhantes e os alunos correspondem à atitude do professor com bocejos. Quando for esse o caso, é preciso primeiro que o professor se retempere, e procure levantar o tônus da classe por meio de alguma frase engraçada ou de historieta graciosa mas relacionada com o assunto da aula. Cuide o professor de manter o bom humor, e use esses pequenos estratagemas, que servem para despertar a atenção, sem converter a aula numa seqüela de piadas [...] (NUNES, 1978, p. 223).

Como explica Nunes (1978, p. 223), o desenvolvimento da atenção é uma questão didática. E precisa ser estimulada para que o aluno aprenda. E entre as funções essenciais para que ocorra a aprendizagem tem-se a memória. Atualmente, o aluno precisa compreender e memorizar, função psíquica fundamental para que ocorra a aprendizagem. Esse, em determinadas situações, não está suficientemente

instrumentalizado, de certa forma é difícil prestar atenção, demanda muita disciplina lógica interna e articulação.

[...] o professor pode ficar aborrecido com a atitude de indiferença dos alunos. Eles parecem não querer nada com nada. Fixam algum ponto no espaço infindo, murmuram para os vizinhos ou olham o professor de modo cínico. O professor precisa manter a calma diante desse tipo de auditório. Envide os melhores esforços para chamar a atenção dos ouvintes para a matéria exposta, procure descobrir, por meio de perguntas, se eles estão entendendo, e anime os que tiverem algo a dizer ou a objetar. Agora, se o aluno for inepto, surdo e indiferente, diz Santo Agostinho, o professor 'deve suportá-lo misericordiosamente'.

Observamos, por intermédio do bispo de Hipona, que a memória era essencial para que a aprendizagem se concretizasse. Ele também ressaltava a importância da comunicação para as pessoas, pois, no período histórico em que ele viveu, a maioria não dominava a leitura e escrita. Sendo assim, era por meio da linguagem, das normas, das leis e da leitura dos textos da Sagrada Escritura que aconteciam os ensinamentos. Ele vivia num contexto cultural em que prevaleciam a oralidade e a escrita. Hoje o que está em evidência é o visual, no entanto, com os recursos audiovisuais, devemos resgatar e incentivar a importância da linguagem e da escrita.

A linguagem e a memória são requisitos básicos para a conversão ao cristianismo. Por isso, com o objetivo de fazer com que os povos nômades entendessem os sinais da Sagrada Escritura, Agostinho elaborou um programa de ensino com estratégias didáticas para direcionar as aulas com entusiasmo e alegria.

Assim sendo, buscamos referência em Sócrates, quando este edifica o verdadeiro conhecimento, bem como a atuação autônoma e crítica a partir da provocante questão "Conhece-te-a-ti mesmo". Procuramos, assim, atribuir significância a nossa hipótese de que, embora sendo uma sociedade grandiosa em termos de conhecimento, acabamos enfrentando tanta dificuldade para com o aprimoramento e refinamento da sociedade, em grande parte, pela inconsistência cognoscitiva de nós próprios. Isso observamos em determinados indivíduos e, conseqüentemente, carência de amor e rigor como princípios norteadores das ações educativas, que acabam contribuindo para a perda de expressividade formativa humana e institucional.

Em nosso entendimento, o cristianismo postula Cristo como a verdade e, portanto, único meio de atingirmos uma vida plena. Para tanto, a vida, em e com Cristo, reserva-se em um caminho místico, trilhado com amor e rigor, amor que é representativo do desejo pela verdade, experimentação e vivência da mesma, e rigor, que é representativo do processo de busca, compreensão e vivência dessa verdade.

Doravante, transcrevemos uma citação de Agostinho: “Se ficarem em silêncio façam silêncio de amor. Se confessarem, confessem com amor. Se ensinarem ensinem com amor. Se perdoarem, perdoem com amor. Deixem o amor entrar em vocês, somente o bem pode nascer dessa origem”. Em nosso entendimento, essa premissa sustenta toda a incursão do cristianismo sobre a humanidade e, essencialmente, as que elegemos para esta proposta de estudo, como também provoca uma reflexão sobre como temos feito a transposição das nossas práticas educativas, e, diante destas, qual tem sido o fio condutor das relações humanas e da constituição da nossa sociedade?

Podemos encontrar indício de que a motivação favorável à aprendizagem foi defendida pelo hiponense. Para ele, o professor deve indagar o aluno durante a explanação daquele, para saber o que esse aluno está entendendo do conteúdo trabalhado, para estimular o debate e a participação na discussão. Além disso, o docente deve cuidar com os termos desconhecidos para não estimular a indiferença e para restaurar o ânimo do aluno, é preciso apelar para suas emoções, relacionando com algo de seu interesse, para, assim, motivar a atenção.

Para atingir as finalidades acima elencadas, o professor deve ter domínio do conteúdo, devem ser realizadas atividades diversificadas, diálogos formais e informais. No entanto, para alguns educandos, a escola não tem significado ou importância e muitos conteúdos trabalhados não têm a aplicabilidade imediata esperada, provocando muitas vezes o desinteresse.

Agostinho orientava o domínio da língua em que os textos foram escritos, como o grego e o hebraico, para que não ocorresse a interpretação incorreta da Bíblia. Incentivava a utilização da linguagem simples pelos cristãos com o intuito de provocar a compreensão da Sagrada Escritura.

Portanto, em nossos estudos, temos buscado entender e superar as problemáticas escolares que brotam, enraízam-se e tornam-se gigantescas barreiras para a promoção da vida humana em sua totalidade e não apenas escolar.

Concluimos, portanto, que, para Agostinho, ser cristão é ser alguém esclarecido e não um alienado. Ele indica o domínio dos saberes que os homens cultivaram. Diante do exposto, faz-se necessário, na atualidade, dominar o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, por ser essencial para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

Diante dos resultados alarmantes da educação brasileira, constatamos que, entre os vários motivos que influenciam essa realidade, temos a ineficiente formação docente. Assim, comungamos da ideia de que o aprimoramento da formação inicial e continuada é essencial para a eficácia do processo ensino-aprendizagem e importante recurso para captar as contradições presentes na prática social de educar.

Se fizermos um estudo histórico sobre o conhecimento, observaremos que, entre os filósofos gregos, aquele era produzido como explicação do mundo em sua totalidade, e que esse paradigma foi rompido mediante o surgimento da ciência e a fragmentação do conhecimento em áreas específicas.

Considerando, entretanto, a função social da escola, percebemos a necessidade de uma ressignificação das práticas educativas fragmentadas, pois uma sociedade humanizada requer, dentre outras coisas, uma atuação educativa consciente, concebida e teorizada a partir da realidade imediata, tendo em vista a busca da consciência de que conhecimento é imprescindível para a produção da vida material, social e existencial humana.

Assim sendo, a articulação entre teoria e prática impõe-se como aspecto preponderante tanto ao processo de formação profissional quanto ao exercício da profissão. Trata-se de tomar a realidade e suas problemáticas como ponto de partida e de chegada das reflexões, construções e mediações dos conhecimentos científicos como alternativa de formação para as novas gerações.

Enfim, não serão ações isoladas que determinarão essa ressignificação. Não adianta um projeto interdisciplinar se não houver uma conscientização por parte dos sujeitos da escola. Saber interdisciplinar e contextualizado é a possibilidade de uma sociedade humanizada, de cidadãos reflexivos e críticos.

A partir da pesquisa realizada, constatamos que os escritos de Agostinho, especialmente o diálogo *De Magistro*, são um referencial clássico, pois nos subsidiam reflexões essenciais sobre a formação docente na medida em que seus escritos respondem a questões que também nos afligem na atualidade. Evidenciamos a preocupação com aspectos pedagógicos que nos possibilitam que o aluno faça parte do processo ensino-aprendizagem pela valorização do diálogo. O

mestre expõe suas ideias com propriedade e interage com seu filho; é incentivado que Adeodato debata o conteúdo, mostrando se realmente entendeu a discussão. Defendemos que, dessa forma, o aluno poderá alcançar êxitos na aquisição do conhecimento.

Ensinar e aprender são diferentes, embora inseparáveis: trata-se de um processo. Mas, quando falamos, queremos ensinar, apresentando ideias que suscitem a dúvida e, por conseguinte, a busca, a construção do conhecimento, ou que despertem a recordação, conceitos ou ideias que já conhecemos, sem que tenham sido apresentadas empiricamente. Podemos citar, como exemplo, conceitos matemáticos, no caso, importantes para a justificação de Deus, da realidade imaterial. Aprender depende do próprio sujeito, da interioridade, da autonomia, da construção própria.

Nesse diálogo podemos verificar importantes questões, como o preparo do professor, bem como o domínio do conteúdo e do encaminhamento mediante a forma como o aluno pensa e chega às respostas, considerando o conhecimento não algo acabado, mas em construção por ambos os sujeitos. É possível percebermos a questão da intencionalidade, do planejamento, do compromisso, as etapas do processo, parte-se do simples ao mais complexo, do concreto ao abstrato, do particular ao geral. Percebemos também as duas funções da linguagem, ensinar e lembrar, fica evidente a necessidade da linguagem, mas também a sua insuficiência. Se as palavras não dão certeza absoluta, logo, o compromisso com a verdade exige a busca dentro de nossas próprias mentes.

Palavras são sinais e significam coisas. Somos dotados de uma estrutura psíquica que nos permite conhecer, nesse sentido podemos fazer referência à memória individual, mas no diálogo é feita uma referência ao passado, àquilo que se encontra ausente, mas tem ligação com a nossa vida. Entender a nós próprios e ao mundo em que vivemos exige esse retorno às memórias que as palavras despertam, mas o trabalho mental de percepção, a leitura análise etc. é o próprio sujeito que realiza. Também quando pensamos em memória e interioridade, não podemos deixar de ressaltar a questão dos conceitos que somos capazes de aprender sem o recurso ao empírico (ideia inata/recordar), exemplo: o diálogo de Menon, no qual um escravo bem interpelado chega a certas noções matemáticas, conteúdo real que tem uma existência imaterial, como Deus.

Assim, para responder àquele que interroga, devemos dirigir a mente, isso requer autonomia, depois de percebermos os sinais, pois antes é preciso estar atento, ter percepção, fazer análise, utilizar a memória e a interioridade, fazer uso dos sinais. Diversos são os sinais, estão além das palavras, mas estas são um meio, representam e significam coisas. Isso seria um conhecimento superficial, é preciso buscar as próprias coisas, as mais relevantes e não podemos negá-las, porque elas possuem uma existência, mas é de ordem imaterial, isto é, Deus.

Estas discussões se fazem necessárias, à medida que concluímos que Agostinho exerceu considerável influência na fundamentação do cristianismo, especificamente durante a transição da Antiguidade para o Medievo, contribuindo para a formalização da fundamentação teórica da educação cristã. Ele exerceu papel preponderante na formação do homem no período histórico em que viveu, assim como nas gerações que o sucederam.

Santo Agostinho preconizava que o homem é uma alma que se serve de um corpo. Sendo assim, constatamos que a verdadeira grandeza de seus escritos está na obra civilizadora que ele realizou. Ele revela sua admiração pela cultura antiga e sua vontade de mantê-la. Traz à tona a necessidade do pensamento reflexivo, tem o objetivo de formar uma sociedade com a consciência de que são necessários a dedicação e o compromisso. Afirma que nós somos ser e matéria, que nossa alma é ser espírito. Então, temos capacidade de decidir, pois a matéria não é nada sem a alma, no sentido da razão. Ao fazer a discussão do livre arbítrio, Agostinho diz que Deus é criador de todas as coisas, mas cabe aos homens descobrir o seu papel na natureza.

Para atingirmos êxito e alcançarmos os objetivos na educação, é preciso entender o aluno e que uma possibilidade de construir novos relacionamentos entre professores e seus jovens estudantes se dá conhecendo as diversidades, modos de vida, pensando, compreendendo o contexto sociocultural, econômico, político e afetivo em que a juventude está inserida. Além de conhecer, nós devemos respeitar as diferenças, desmistificando o protótipo de “jovem ideal”.

Pelas grandes e rápidas transformações, temos que concordar que professores e jovens se culpam mutuamente, pois os primeiros afirmam que os jovens são indisciplinados, desinteressados, não respeitam; por outro lado, estes consideram “chatas” as aulas, que estudam por obrigação, apesar de entenderem a importância do estudo. Embora queiramos trilhar um caminho certo, os alunos têm

acesso a muitas informações, porém não sabem processá-las. Ensinar os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade de forma significativa é tarefa árdua diante de tantos problemas enfrentados pelos professores como salas superlotadas, turmas heterogêneas, desinteressadas, que não possuem o hábito da leitura, sendo resistentes em fazer tarefas e trabalhos escolares, famílias desestruturadas que consideram cumprir seu papel, ao matricular seu filho na escola, difíceis condições de trabalho, desvalorização da profissão e falhas no planejamento das aulas pela ineficiência da formação inicial e continuada.

Todo ser humano almeja “ser alguém na vida” e só conseguirá isso quando sua condição social e econômica não for apenas garantia da própria sobrevivência. Por isso o processo de aprendizagem deve levá-lo a refletir, questionando-o na tomada de consciência de seus direitos e deveres para que não se torne cidadão explorado e desprotegido. Somente assim a instituição escolar pode ser parceira e coconstrutora de forma a proporcionar uma boa relação entre escola e trabalho. Outra iniciativa que podemos utilizar para conhecermos os jovens que estudam na escola em que atuamos é o diálogo aberto, com o intuito de uma aproximação e reconhecimento de que os jovens são sujeitos de direitos e que os problemas que os afligem podem ser vistos como expressão de necessidades e demandas não atendidas.

Para atingirmos as finalidades acima elencadas, devem ser realizadas atividades diversificadas, diálogos formais e informais. No entanto não atingimos a totalidade dos sujeitos, pois, para alguns, a escola não tem significado ou importância e muitos conteúdos trabalhados não têm a aplicabilidade imediata esperada, provocando muitas vezes o desinteresse daqueles. Mesmo nos deparando com essa situação, devemos ter consciência crítica de nossa autonomia e aspirar à formação de um cidadão culto que tenha condições dignas para viver com mais autonomia.

Em se tratando do querer aprender do aluno, não podemos nos esquecer de que o educando não terá interesse em algo totalmente desconhecido, por isso torna-se relevante partir de seu conhecimento prévio, pois, assim, entendemos que essa metodologia despertará sua atenção para a apropriação de novos conceitos.

Ter vontade de aprender é ter interesses, e perceber a utilidade do conteúdo apresentado é imprescindível para que a aprendizagem ocorra de modo que o domínio da teoria nos permita a chegar à prática. Nesse aspecto, notamos a cuidado

com o aluno, pois o hiponense tinha a preocupação com a subjetividade do homem, por isso Agostinho torna-se útil para tratarmos educação na atualidade, à medida que devemos tentar desenvolver as potencialidades dos alunos, pensando em seus limites e possibilidades.

Ele apontou caminho para o homem de seu tempo, com o intuito de formá-lo segundo os preceitos da doutrina cristã. Pode ser considerado um pensador das inquietudes humanas, motivo pelo qual seus escritos são atuais e importantíssimos. Ao nos propormos realizar uma pesquisa sobre santo Agostinho, buscamos alternativas a partir de épocas distintas, lições que nos auxiliem a sermos pessoas comprometidas com as questões da nossa atualidade isso porque a sociedade, para ser próspera e dar exemplo de ordem perfeita, precisa ter pessoas com princípios fundamentais como amor mútuo, solidariedade, ética, sensibilidade e harmonia. Essas características geram a união, a paz e impõem a disciplina.

No decorrer deste trabalho procuramos evidenciar que as questões pedagógicas estão explícitas em várias obras desse filósofo. Diante disso, a proposta de educação de Agostinho nos instiga a considerarmos a subjetividade do aluno, a refletir sobre o papel do ser humano, enquanto valorização dos alunos independente de sua origem e de sua diversidade, trabalho em equipe que possa pensar coletivamente soluções eficazes para o enfrentamento de problemas diários. Formação docente que possa corroborar com os profissionais da Educação para o cumprimento da sua função essencial, a saber, ensinar.

Considerando o que é ensinar e qual o papel do professor, eminentes professores, faz-se necessários refletirmos sobre qual é a formação continuada que nos é ofertada e qual é a formação que queremos. Será que os cursos nos subsidiam adequadamente a direcionarmos nossas ações no aprimoramento da ação educativa, no impacto significativo na aprendizagem do aluno. Será que corresponde a perspectiva do aluno que queremos formar.

Da mesma forma que Agostinho objetivava a excelência para sua ação evangelizadora, o professor do século XXI precisa superar as lacunas de sua formação para que atue pautado em ações coerentes que contribuam para a formação de cidadãos capazes de viver com autonomia e estimulados a continuar aprendendo.

Outra estratégia que consideramos importante salientar é a incorporação da leitura dos clássicos na formação continuada dos professores, para superação do saber fragmentado e das problemáticas que somos acometidos diariamente.

É imprescindível, contudo, que o mestre se aproprie de um conhecimento mais consistente para o exercício da docência, tendo como princípios edificantes: a virtuosidade, a sensibilidade, o compromisso e a perseverança.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **De Magistro**. Traduzido por Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

AGOSTINHO, Santo. O Mestre. In: _____. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ALVES, Marco Aurélio do Nascimento. **De Magistro**. 2012. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=de+magistro+marco+aurelio>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

A REGRA DE SÃO BENTO. Traduzido por D. Basílio Penido. Petrópolis: Vozes, 1993. 119 p.

BARK, Willian Carroll. **Origens da Idade Média**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BROWN, Peter Robert. **Santo Agostinho, uma biografia**. Traduzido por Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Traduzido por Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de Professores no Brasil: História Políticas e Perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 42, p. 94-112, jun. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art06_42.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Traduzido por Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Traduzido por Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CORRÊA, Walmir Damiani. **Jerônimo**. 25 set. 2014. Disponível em: <<http://www.elevados.com.br/artigo/382/jeronimo.html>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

DUBY, Georges. **As três ordens do Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Traduzido por Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FALLEIROS, Ialê. Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-235.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (Coords.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GILSON, Etienne. **Introdução ao estudo de santo Agostinho**. Traduzido por Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

GUIZOT, François. **História da Civilização na Europa**. Lisboa: Livraria Editora e Oficinas Typographicas e de Encadernação, 1907.

GUIZOT, François. **O Estado da sociedade religiosa no século V**. Traduzido por Terezinha Oliveira e Claudinei Mendes. Maringá: Eduem, 1999. (Série Apontamentos, n. 77).

HENGEMUHLE, Adelar. **Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994. (Coleção Nova História).

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do ocidente medieval**. Bauru: Edusc, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

MARROU, Henri Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. Traduzido por Mário Leônidas Casanova. 4. reimp. São Paulo: EPU; Brasília, DF: INL, 1975.

MENDONÇA, Sueli Guadalupede Lima. **Vygotsky e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **Revista Theomai**, Buenos Aires, n. 15, p. 107-130, 2007. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO15/ArtMeszaros_15.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

MICCIOLI, Giovani. Os monges. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989. p. 9-54.

NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. **A razão em exercício**: estudos sobre a filosofia de Agostinho. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NÓVOA, Antônio. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2009.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo: EPU, 1978.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: EPU, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha. **Guizot e a Idade Média**: civilização e lutas políticas. 1997. 434 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 1997.

OLIVEIRA, Terezinha. Agostinho e a Educação Cristã: um olhar da História da Educação. **Notandum**, São Paulo/Porto, ano 11, n. 17, p. 5-12, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand17/terezinha.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

OLIVEIRA, Terezinha. Formação docente frente à crise da educação nacional: o Projeto Político Pedagógico. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 14, n. 3, p. 601-617, set.-dez. 2014. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5980/pdf_55>. Acesso em: 12 jul. 2015.

OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre. Montesquieu: uma análise histórica de Roma. In: OLIVEIRA, Terezinha; VISALLI, Angelita Marques (Orgs.). **Pesquisas em Antiguidade e Idade Média**: olhares interdisciplinares. São Luis: Editora UEMA, 2010. p. 119-145.

PEINADO, Maria Rita Sefrian de Souza. História, LINGUAGEM E CONHECIMENTO EM Santo Agostinho In: OLIVEIRA, Terezinha; RIBEIRO, Elizabete Custódio da Silva (Orgs.). **Pesquisa em Antiguidade e Idade Média**: olhares interdisciplinares. Maringá: Eduem, 2009. v. 3, p. 267-278.

PEREIRA MELO, José Joaquim. Santo Agostinho e o Pensamento Clássico. **Notandum**, São Paulo/Porto, ano 13, n. 24, p. 55-64,. 2010. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand24/Notandum24.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PIMENTA, Garrido Selma. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RICCI, Angelo. Notas sobre o “De Magistro” de Santo Agostinho. **Veritas**, Porto Alegre, v. 1, p. 320-347, 1956.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996. p. 145-155.

SAVIANI, Demerval. A função docente e a produção do conhecimento. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 11, n. 21, p. 127-140, 1997.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.